



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Alexandre de Oliveira Barbosa

**Os caminhos da esquerda socialista carioca na década de 1960: o PCBR no  
Rio de Janeiro (1968-1970)**

São Gonçalo

2020

Alexandre de Oliveira Barbosa

**Os caminhos da esquerda socialista carioca na década de 1960: o PCBR no Rio de Janeiro (1968-1970)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, relações de poder e movimentos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida

São Gonçalo

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

B238 Barbosa, Alexandre de Oliveira.  
Os caminhos da esquerda socialista carioca na década de 1960: o PCBR no Rio de Janeiro (1968-1970) / Alexandre de Oliveira Barbosa. – 2020. 124f.

Orientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida.  
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – Teses. 2. Brasil – Política e governo – Teses. 3. Ditadura – Teses I. Almeida, Gelsom Rozentino de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB7 – 4994

CDU 329.15(81)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Alexandre de Oliveira Barbosa

**Os caminhos da esquerda socialista carioca na década de 1960: o PCBR no Rio de Janeiro (1968-1970)**

Dissertação de mestrado apresentada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, relações de poder e movimentos sociais.

Aprovada em 27 de março de 2020

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores - (UERJ)

---

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão  
Faculdade de Formação de Professores - (UERJ)

---

Prof. Dr. Demian Bezerra de Mello  
Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2020

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

BARBOSA, Alexandre de Oliveira. **Os caminhos da esquerda socialista carioca na década de 1960: o PCBR no Rio de Janeiro (1968-1970)**. 2020. 124f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

O presente trabalho é um estudo acerca de uma das organizações importantes que resistiram à ditadura empresarial-militar instaurada em 1964. Inicialmente, traremos um quadro geral das organizações da esquerda socialista do período, analisando suas características mais importantes. Também abordaremos os debates que ganharam relevância na esquerda brasileira após a Revolução Cubana. Depois, avançaremos para uma análise do processo de fundação do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), de seu programa e concepção expressos nos dois primeiros documentos da organização. Neste sentido, abordaremos discussões como o grau de desenvolvimento do capitalismo nacional, o caráter da revolução brasileira, os métodos de luta e a concepção de partido. Por fim, procuraremos demonstrar um pouco da estrutura do partido, sua concepção e atuação no Rio de Janeiro entre os anos de 1968 e 1970.

Palavras-chave: PCBR. Guerrilha. Ditadura.

## ABSTRACT

BARBOSA, Alexandre de Oliveira. **The paths os the socialist left in Rio de Janeiro: the PCBR in BR no Rio de Janeiro (1968-1970)**. 2020. 124f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

The present work is a study of one of the significant organizations which resisted against the businesses and military dictatorship established in 1964. Initially, we present an overview of the left socialist organizations of that period, analyzing their most important characteristics. Also seeking to address the debates they took, which gained relevance in the Brazilian left after the Cuban revolution. We then proceed with an analysis of the founding process of the PCBR, its program and internal structure expressed in the first two documents of the organization. In this sense, discussions such as the development pace of national capitalism, the character of the Brazilian revolution, the methods of struggle and the party conception. Finally, we try to demonstrate a bit of the party structure, its conception and insertion on Rio de Janeiro between 1968 and 1970.

Keywords: PCBR. War. Dictatorship.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Organograma (1) .....	85
Figura 2 –	Organograma (2) .....	86

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADP	Ação Democrática Parlamentar
ALP	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
AP-ML	Ação Popular Marxista-Leninista
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIA	Agência Central de Inteligência Norte-Americana
COLINA	Comando de Libertação Nacional
DI	Dissidência Estudantil
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JUC	Juventude Universitária Católica
LIMDE	Liga da Mulher Democrata
MAR	Movimento de Ação Revolucionário
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCC	Partido Comunista Cubano
PCCh	Partido Comunista Chinês
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética (PCUS)
PEI	Política Externa Independente
POC	Partido Operário Comunista
POR-T	Partido Operário Revolucionário Trotskista
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
SNI	Serviço Nacional de Informações
UME	União Metropolitana dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>UM PANORAMA DA ESQUERDA SOCIALISTA</b> .....	38
1.1	<b>PCB – do “monopólio” à crise de sua hegemonia</b> .....	88
1.2	<b>As organizações da esquerda socialista não estalinistas antes do golpe</b> ....	44
1.2.1	<u>Os trotskistas</u> .....	45
1.2.2	<u>POLOP - A busca por uma alternativa programática à esquerda</u> .....	47
1.2.3	<u>Ação Popular, do cristianismo ao maoísmo</u> .....	50
1.3	<b>As organizações oriundas do PCB na década de 1960</b> .....	52
1.3.1	<u>Partido Comunista do Brasil (PCdoB)</u> .....	52
1.3.2	<u>ALN - A opção pela ação revolucionária</u> .....	55
1.3.3	<b>Da dissidência estudantil ao MR-8</b> .....	57
2	<b>DO PCB AO PCBR: A BUSCA PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL</b> .....	60
2.1	<b>A luta dentro do PCB (1964-1967)</b> .....	61
2.2	<b>Atmosfera 68</b> .....	62
2.3	<b>A reconstrução partidária: seus primeiros momentos e os alicerces fundacionais do PCBR</b> .....	65
2.4	<b>O caráter da revolução brasileira</b> .....	66
2.5	<b>O internacionalismo do PCBR</b> .....	70
2.6	<b>As formas de lutas propostas pelo partido</b> .....	73
2.7	<b>O partido e sua concepção</b> .....	77
2.8	<b>A primeira direção nacional</b> .....	80
2.9	<b>Algumas conclusões sobre o caráter do PCBR</b> .....	81

3	<b>ESTRUTURA, ATUAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PCBR NO RIO DE JANEIRO</b> .....	83
3.1	<b>A forma organizativa nacional</b> .....	83
3.2	<b>O PCBR no Rio de Janeiro</b> .....	89
3.3	<b>A forma organizativa do PCBR no Rio de Janeiro</b> .....	90
3.4	<b>Os setores de atuação do PCBR no Rio de Janeiro</b> .....	91
3.4.1	<u>O trabalho metalúrgico</u> .....	92
3.4.2	<u>Setor bancário</u> .....	93
3.4.3	<u>Setor estudantil</u> .....	95
3.4.4	<u>Setor jornalistas</u> .....	99
3.5	<b>As ações armadas e o processo de quedas</b> .....	100
3.6	<b>Aprofundamento na luta armada, o balanço e uma reorientação do partido na visão da nova direção</b> .....	103
3.7	<b>Os principais dirigentes do PCBR</b> .....	109
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	112
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado, intitulada *Os caminhos da esquerda socialista carioca na década de 1960: o PCBR no Rio de Janeiro (1968-1970)*, aborda o período da ditadura empresarial-militar. Ainda é necessário à sociedade brasileira refletir historicamente sobre esse período em meio ao fortalecimento de movimentos de defesa do retorno do regime militar. Ironicamente, no ano em que se completam 55 anos do golpe que derrubou o presidente João Goulart, pondo fim à democracia, chegou à Presidência da República um senhor que exalta o regime autoritário e rasga elogios a torturadores e militares que foram ditadores no Brasil e em outros países do continente.

A quebra da ordem democrática em 1964 levou o país a mais de duas décadas de um regime ditatorial que perseguiu, torturou e matou opositores. A instituição da ditadura gerou uma profunda crise na esquerda brasileira. Em meio a vários debates polêmicos, a esquerda socialista se dividiu em diversos grupos que buscaram um caminho para derrubar a ditadura. A presente dissertação pretende estudar esse processo, com ênfase na formação e atuação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Os estudos até então realizados dão conta de uma série de debates, mas buscam apresentar uma visão mais geral da resistência e suas organizações ou se concentraram em algumas correntes, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). O PCBR, uma das mais importantes dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que optou pela luta armada, ainda é muito pouco analisado.

Podemos tentar dividir as obras que falam sobre o tema da seguinte maneira: uma parte é composta pelos depoimentos de ex-guerrilheiros que trazem memórias, relatos de ações nas quais se envolveram de alguma forma e reflexões pessoais sobre esse passado, como os livros de Carlos Eugênio Paz<sup>1</sup> e Álvaro Caldas.<sup>2</sup> Outra, de estudos que apresentam uma visão geral dessas organizações, seus principais posicionamentos, método de luta e algumas ações realizadas, como os trabalhos de Marcelo Ridenti<sup>3</sup> e de Jacob Gorender.<sup>4</sup> Além disso, há estudos acerca de alguma organização em particular, analisando sua concepção e

---

<sup>1</sup> PAZ, Carlos Eugênio. **Nas trilhas da ALN**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

<sup>2</sup> CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

<sup>3</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

<sup>4</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

atuação, como o de Edson Teixeira.<sup>5</sup> Há também as biografias que buscam contar a trajetória de importantes dirigentes, como a obra de Mario Magalhães.<sup>6</sup>

Nosso objetivo é nos debruçarmos sobre o PCBR para analisar centralmente sua concepção de partido, seu programa, sua composição social e sua atuação no Rio de Janeiro entre os anos de 1968 e 1970. Enfatizaremos nesta introdução a formulação do problema, a justificativa, as referências teóricas e a metodologia utilizada.

O Brasil viveu vinte e um anos de ditadura empresarial-militar que deixou marcas profundas em nossa sociedade. O esforço de entender o que se passou nesse período é uma necessidade premente para a compreensão da história nacional e, mais particularmente, para apreender a conformação da esquerda socialista brasileira. Pretendemos contribuir com esse esforço a partir do exame da concepção de partido, programa, composição social e atuação do PCBR no Rio de Janeiro entre os anos de 1968 a 1970.

A luta contra a ditadura promoveu um forte debate entre as organizações políticas de esquerda sobre os métodos e as políticas a serem construídas para o enfrentamento ao regime, e gerou uma fragmentação das correntes políticas de esquerda existentes naquele momento. Nesse marco, surge, em 1968, o PCBR. Sua origem é fruto das polêmicas e dissidências no interior do PCB nos anos de 1966 e 1967.

Para contextualizar o surgimento do PCBR, torna-se necessário entender a situação política internacional naquele período e como esta influenciava as realidades locais. Com o fim da Segunda Grande Guerra e a derrota do nazifascismo, o mundo passou a viver o que foi denominado de Guerra Fria, período no qual o planeta se encontrava dividido sob a influência de dois grandes blocos: o denominado socialista, dirigido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e o bloco capitalista, sob o comando dos Estados Unidos da América (EUA). Essa nova configuração geopolítica pautava corações e mentes em todo o mundo. Segundo Hobsbawm:

A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia

---

<sup>5</sup> SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira. **Um combate ao silêncio**: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a repressão política. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

<sup>6</sup> MAGALHÃES, Mario. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.<sup>7</sup>

Essa polarização ofereceu momentos de grande tensão entre as duas superpotências, a partir da qual se formaram dois grandes blocos militares, a saber: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que tinha a participação dos Estados Unidos, Canadá, Portugal, Itália, Noruega, Dinamarca, Islândia, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França e Reino Unido; e o Pacto de Varsóvia, que contava com a URSS, Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia e Romênia.

No mesmo período, houve outros focos de intensa polarização política, e o mundo assistiu a processos revolucionários vitoriosos, como, por exemplo, a Revolução Chinesa, a Revolução Cubana e os processos de independência na África e na Ásia. Houve também proliferação de golpes de Estado reacionários, com militares tomando o poder em vários países, incluindo muitos da América Latina. A Guerra Fria foi marcada, além da corrida armamentista, pelo grande investimento estatal em propaganda, através da qual cada lado tentava demonstrar suas virtudes e apontar os erros do oponente.

A América Latina foi um dos palcos dessas disputas. A região, tradicionalmente sob a influência do imperialismo estadunidense, assistiu à Revolução Cubana, que se transformou de uma luta de libertação nacional em uma revolução socialista. Esse episódio, sem dúvida, impactou o mundo, especialmente o continente latino-americano.

No Brasil, o ápice dessa polarização ocorreu no período dos governos de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e de João Goulart (1961-1964). Jânio foi um político conservador que esteve por um curto período à frente do governo. Embora conservador, apresentava políticas de forma a se afirmar por fora da disputa dos dois blocos, o que foi denominada como Política Externa Independente (PEI). Condecorou Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana e, do ponto de vista econômico, procurou abrir o leque de relações comerciais com diversos países, independentemente do alinhamento político destes em relação à polarização imposta pela Guerra Fria. Ao mesmo tempo, tinha uma política econômica de austeridade, conforme sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Sua política não chegava a agradar setores considerados de esquerda, tampouco os setores de direita. Além disso, o presidente se envolveu em uma série de medidas internas polêmicas, como por exemplo, a proibição do uso de biquíni.

Segundo a avaliação de Manzur,

---

<sup>7</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 224.

[...] um dos pontos centrais da política externa de Jânio Quadros foi o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas seguindo o princípio universal: todos os países seriam potenciais parceiros comerciais e diplomáticos, independentemente de seus vínculos a blocos político-militares; isso significava, efetivamente, a abertura de relações com os países socialistas e com os novos Estados africanos, muitos dos quais vinham tornando-se independentes exatamente naquele momento. Jânio procurava, com isso, projetar a liderança política do Brasil no hemisfério sul para, posteriormente, pleitear um tratamento privilegiado dos Estados Unidos. Essa postura nada tinha de neutralista, dado que não se rompia, naquele momento e em qualquer momento da história brasileira, com a tradicional opção ocidental do país.<sup>8</sup>

Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros entregou sua carta de renúncia à Presidência da República. Moniz Bandeira opina que Jânio tentou, com a renúncia, fazer uma jogada política que almejava impor um golpe de Estado para ter poderes extraordinários e, então, executar as reformas desejadas.

Porém, o tiro saiu pela culatra.<sup>9</sup> A renúncia do presidente colocou o país numa grave crise, pois as forças reacionárias tentaram impedir a posse do vice-presidente, João Goulart (conhecido como “Jango”), que, naquele momento, encontrava-se em viagem oficial à China comunista. A posse do vice-presidente é sustentada a partir da resistência dirigida pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que organizava em Porto Alegre a “campanha pela legalidade”, conclamando o povo a resistir ao golpe e a garantir a posse de Goulart. Essa resistência possibilitou a construção de um acordo para a posse do presidente simultaneamente à implantação do sistema parlamentarista. A situação de crise, porém, perdurou até 1964.

Durante o novo governo, o país esteve imerso numa crescente polarização política. Os movimentos sociais exigiam reformas que melhorassem a vida do povo trabalhador, enquanto a burguesia denunciava um suposto perigo de implantação do comunismo no Brasil. Os dois lados se enfrentaram numa dura luta política que tomou as ruas do país. Em 1963, realizou-se um plebiscito, que resultou no retorno do sistema presidencialista. Demian Melo afirma que o próprio Goulart dizia que o plebiscito seria sua “verdadeira eleição para presidente da República”.<sup>10</sup>

Concordando com Moniz Bandeira,<sup>11</sup> observamos que as classes dominantes, com a ajuda do imperialismo, empenharam seus esforços para desestabilizar o governo. O Instituto

---

<sup>8</sup> MANZUR, Tânia Maria P. G. **A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio**. São Paulo: Lua Nova, 2014, p. 184.

<sup>9</sup> BANDEIRA, Moniz. **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-1964**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

<sup>10</sup> MELO, Demian Bezerra de. **O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 90.

<sup>11</sup> BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram dois atores importantes nesse processo. A CIA, Agência Central de Inteligência dos EUA, atuou junto a tais instituições com o objetivo de criar um clima de grande instabilidade, e as organizações da direita realizaram grandes manifestações de rua, como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

De acordo com Delgado:

Os conspiradores contaram com o apoio de organizações como: Agência Central de Inteligência Norte Americana (CIA), Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Ação Democrática Parlamentar (ADP), Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Liga da Mulher Democrata (LIMDE), além de jornais da grande imprensa, como o Estado de São Paulo e O Globo, que eram historicamente antitrabalhistas.<sup>12</sup>

Por outro lado, os movimentos sociais pressionavam por suas reivindicações, que incluíam a reforma agrária, o direito de voto dos analfabetos, entre outras demandas, levando o governo a iniciar um movimento para atender parte dessas pautas. Jango apresenta então dois projetos: o Plano Trienal e as Reformas de Base.

O Plano Trienal pretendia combater a inflação, propiciar crescimento econômico e iniciar um processo de distribuição de renda. Um dos pontos mais importantes era a nacionalização da indústria petrolífera. As Reformas de Base visavam combater a desigualdade social com medidas, como, por exemplo, a reforma agrária, o direito de voto para analfabetos, entre outras. Jango, apoiado por alguns movimentos sociais organizados e pressionado por outros, que se alinhavam com a direita, também vai às ruas em busca de apoio popular, conforme ilustra a realização do comício na Central do Brasil, em março de 1964.

Diante desse contexto de polarização, setores da burguesia, com o apoio dos Estados Unidos, articulam o golpe empresarial-militar, reunindo na trama os militares e setores da burguesia nacional e internacional. A consumação do golpe em 1964 expõe toda a fragilidade da esquerda no país e abre uma profunda crise nas organizações.

O “partidão”, como era chamado o PCB, principal organização que reivindicava o socialismo, coerente com sua orientação política “etapista”, apostava numa aliança estratégica com a burguesia nacional como caminho para revolução. Diante do golpe, o partido se viu impotente e mergulhado numa luta política, que levou a várias defecções. Militantes

---

<sup>12</sup> DELGADO, Lucia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. **Revista Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, jun. 2010. Disponível em: [http://www.fuac.edu.co/recursos\\_web/descargas/grafia/grafia9/175-191.pdf](http://www.fuac.edu.co/recursos_web/descargas/grafia/grafia9/175-191.pdf). Acesso em: 10 abr. 2017.

importantes, como Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, entre outros, se levantam contra a maioria do Comitê Central e o secretário-geral Luís Carlos Prestes. Cabe destacar que, no decorrer da luta política dentro do PCB, os divergentes chegam a ser maioria na conferência do Rio de Janeiro, assim como em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

As fortes discussões geraram uma grande polarização no partidão. A polêmica desemboca num debate que vai além das posições que o partido tomou diante da realidade do pré-golpe. Nas discussões não faltaram acusações de pacifismo, capitulação, esquerdismo, entre outras. Mas, ao fim, o debate se deu em torno de dois temas: concepção de organização e estratégia para a revolução brasileira.

Ao longo da pesquisa, investigamos o que há de divergente nessa dissidência do “partidão” para apreender o que existe de continuidade e o que existe de ruptura nesse processo. Diante dos vários “modelos organizativos” dentro da esquerda socialista naquele momento, o que exatamente o PCBR buscava superar? A nova organização trazia algo de novo?

Avaliamos que, num momento de retrocesso, com o avanço de pensamentos conservadores e desprestígio das organizações socialistas, temas como democracia interna, princípios, estratégia e métodos de lutas ganham muita importância. Tomando como referência esses aspectos, no que se diferenciava o PCBR das demais organizações? Além disso, uma organização é composta de pessoas e se apoia em setores da sociedade. A esquerda se apoia, tradicionalmente, nos movimentos sociais. Neste sentido, indagamos: em que movimentos o PCBR pôde buscar militantes no Rio de Janeiro? O que eles conseguiram realizar em meio a uma brutal ditadura?

Para realizar a análise, contextualizaremos, no marco da política internacional e nacional, a problemática que motivou as crises e quais elementos nortearam as diferenças que culminariam em rupturas tão importantes. Para tanto, foi necessário elencar os aspectos que envolveram o debate sobre o método da luta, a concepção de organização, o caráter da revolução e o programa. Questões que, conforme mencionamos, são essenciais para compreender a história da esquerda socialista no Brasil. Nossa intenção é, nos limites de uma pesquisa de mestrado, contribuir com a interpretação dessa história por meio da investigação e análise da concepção de partido, do programa, composição social e a atuação do PCBR no Rio de Janeiro entre os anos de 1968 e 1970.

No primeiro capítulo, trazemos um panorama da esquerda socialista brasileira, identificando e demonstrando as principais características de algumas organizações, como as

formadas por trotskistas, que na época atuavam no Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional (ALN), além da situação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No segundo capítulo, apresentamos as polêmicas que levaram à ruptura dos militantes com o PCB que foram formar o PCBR. Desde o Golpe de 1964, uma crise se abateu sob o partidão. Acusações de despreparo deste diante da situação, divergências sobre as posições políticas do partido e um questionamento mais global sobre os rumos que a organização deveria tomar. Nesse capítulo, analisamos o documento “Um esquema para discussão”, lançado pela executiva do partido em maio de 1964, que naquele momento tinha, circunstancialmente, uma maioria de divergentes e não de militantes que concordavam com a diretriz política da maioria da direção. Apresentamos também o processo de debate e os atos preparatórios para o congresso do partido e a exclusão dos que se opunham à linha da maioria da direção.

Ainda no segundo capítulo, analisamos o processo de fundação do PCBR tendo como base o documento apresentado em seu congresso de fundação, chamado “Linha política”, que apresenta os alicerces da nova organização, como o caráter da revolução brasileira, a revolução brasileira e a situação mundial, o caminho revolucionário no Brasil e o partido de vanguarda marxista-leninista. Além disso, examinamos o documento chamado “Pronunciamento do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia”, que expõe mais categoricamente o postulado do PCBR nos debates internacionais. A análise desse documento foi fundamental para entendermos a visão do novo partido sobre os temas centrais que dividiam a esquerda naquele momento. Junto com esses documentos e a bibliografia conhecida, analisamos as informações oriundas de dirigentes do partido no período.

A partir desses materiais, averiguamos uma das hipóteses com que trabalhamos: a possibilidade de o PCBR ter vivido um processo de transformação entre o velho programa de conciliação de classes do PCB e a busca de um programa de transição. E também a hipótese de que, diante da negativa ao pacifismo, o PCBR conseguiu ser um partido que coordenava ações armadas, e não pura e simplesmente um grupo armado. Ou seja, essa organização teria conseguido conjugar a violência revolucionária com algum tipo de trabalho de massas.

No terceiro capítulo, abordamos a forma organizativa do partido nos âmbitos nacional e local e a atuação do PCBR no Rio de Janeiro. O PCBR, após sua fundação, experimenta um importante crescimento, que exige de sua direção uma nova estruturação organizativa. A

direção do partido cria então novos organismos para responder às tarefas colocadas e coordenar as atividades militantes, forma uma estrutura dirigente paralela ao Comitê Central, o Comitê Político Militar Nacional, e as direções regionais obedecem a uma lógica territorial. No Rio de Janeiro, no processo de ruptura com o PCB, os militantes que fundariam o PCBR conseguiram eleger a maioria dos delegados ao congresso do partidão e assim sair com quadros importantes para a nova organização. A presença de militantes como Apolônio de Carvalho, Renê de Carvalho e Elinor Brito, prestigiado dirigente do movimento estudantil, fez com que a organização conseguisse ter alguma militância política em setores como estudantes, metalúrgicos, jornalistas e bancários.

Confrontando os depoimentos dos militantes da época com os documentos encontrados no Fundo da Polícia Política do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Instituto Mário Alves e o levantamento do projeto Brasil Nunca Mais, descrevemos parte da forma organizativa do PCBR, sua estrutura dirigente e instâncias de base. Analisamos também a composição social da organização, sua atuação nas categorias nas quais intervinham e suas principais ações armadas. Nosso objetivo foi refletir o que era o PCBR no Rio de Janeiro, além de sinalizar brevemente os debates do partido após as quedas de dezembro de 1969 e janeiro de 1970.

### **Por que debater esse tema meio século depois**

Para muitos, tratar do passado é algo incômodo, pois ele traz à tona momentos difíceis e dolorosos. Por isso, a ideia de virar a página para não reabrir feridas é tão forte. Falar do passado não é exatamente uma opção. Ele sempre está em nosso presente. É dele que vem a nossa construção social. A esse respeito, Beatriz Sarlo afirma que:

Não se prescinde do passado pelo exercício da decisão nem da negligência; tampouco ele é convocado por simples ato de vontade. O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente.<sup>13</sup>

Concordamos com Sarlo quando esta sinaliza que “[...] propor-se não lembrar é como se propor não reconhecer um cheiro, porque a lembrança, assim como cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada. [...] Poderíamos dizer que o passado se faz presente.”<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 9.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 10.

Portanto, lembrar, além de inevitável, é também confrontar e entender o que passou, pois, ao olharmos para trás, analisamos a situação desde o presente até sua relação com o futuro.

Nesse sentido, entendemos que esta pesquisa traz um tema ainda vivo em nossa sociedade. Os movimentos que ganharam expressão, a partir de 2015, pedindo a volta da ditadura, enaltecendo a tortura e pregando o anticomunismo colocam a necessidade de não deixar cair no esquecimento o que foi o regime ditatorial e de preservar a memória dos que resistiram. Esse exercício de diálogo da situação atual com o passado é fundamental para a preservação dos direitos democráticos no Brasil.

Ao perceber os objetivos apontados, o leitor poderia indagar: por que e como abordar um tema já tão debatido ao longo dos anos? Qual seria a relevância disso tantos anos depois?

A resposta parte de uma reflexão sobre o momento em que vivemos no país. Assim como na década de 1960, estamos diante de um quadro conturbado. Após décadas de um regime democrático, podemos afirmar que vivemos uma situação com sinais de retrocesso.

Uma realidade marcada por um golpe parlamentar e a eleição de um governo reacionário que avança com a retirada de direitos conquistados através de lutas árduas travadas pelos trabalhadores ao longo da história nacional; pela ampliação da coerção aos movimentos sociais; e pelo surgimento de uma nova direita ultrarreacionária que defende abertamente posições inaceitáveis como, por exemplo, todo tipo de intolerância e de opressão.

Neste contexto, vem ganhando audiência setores que reivindicam o período da ditadura. Suas narrativas em alguns momentos legitimam as atrocidades cometidas contra os opositores do regime à época e, em outros, negam tais fatos numa tentativa de apagar a memória e construir uma nova narrativa a respeito do período. Esse mecanismo chegou ao ponto de um ministro e o deputado federal, filho do atual presidente da República, ameaçarem a oposição com uma reedição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que legalizou a barbárie no país em 1968.

É representativo deste novo período em que vivemos a eleição de um presidente como Jair Bolsonaro, que, na votação do impedimento da presidenta Dilma Rousseff no Congresso Nacional, fez uma homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra,<sup>15</sup> posteriormente, já como presidente, elogiou o ditador paraguaio Alfredo Stroessner<sup>16</sup> dizendo tratar-se de um

---

<sup>15</sup> EDUARDO Bolsonaro celebra impeachment agradecendo torturador. **Exame**, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2TH60j6>. Acesso em: 1º ago. 2018.

<sup>16</sup> BOLSONARO elogia ditador paraguaio Alfredo Stroessner em público. **El País**, 26 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2wyJykh>. Acesso em: 1º mar. 2019.

estadista, orientou militares brasileiros a comemorarem a data do Golpe de 1964<sup>17</sup> e, por último, enviou uma mensagem à Organização das Nações Unidas (ONU) afirmando que não houve o golpe no Brasil.<sup>18</sup>

Ademais, não só no Brasil há um governo conservador. Na Colômbia e no Paraguai também temos a direita no poder. Na Bolívia, acabamos de acompanhar um golpe de Estado clássico, em que a violência e perseguição política são as armas contra o povo e a oposição. A ingerência estadunidense no continente segue forte; e ostensiva sobre a soberania do povo venezuelano. Além disso, a nova direita que no Brasil emergiu desde 2015 busca tratar a esquerda como terrorista e igualar o comunismo ao nazismo.<sup>19</sup> Ou seja, não se trata simplesmente de uma tentativa de afirmar que a vida era melhor na ditadura, mas, sim, de enaltecer um regime que teve a tortura como uma política de Estado, que assassinou, demonizou e desapareceu com opositores.

Parece que estamos retornando ao tempo em que golpes, ascensão da direita e perseguição à esquerda e a opositores era a regra em nosso continente. E ainda há os que negam as atrocidades cometidas pela ditadura e tentam deturpar a história.

No Brasil – apesar das Comissões da Verdade que existiram pelo país terem contribuído como contraponto, rompendo o silenciamento dessas páginas da história nacional por meio da investigação, confronto de fontes, documentação de arbitrariedades, constituindo um acervo de preservação de memória indispensável – não fomos até o fim. Diferentemente de outros países, não fomos capazes de punir os torturadores e seus colaboradores militares e civis. Neste momento, a preservação dessa memória e busca pela verdade estão sob o ataque do governo Bolsonaro, que encerrou o grupo de trabalho que investigava as ossadas encontradas no cemitério de Perus, na Zona Leste da capital paulista.<sup>20</sup> Nesse sentido, é fundamental entendermos que a construção da memória coletiva de nossa sociedade está em disputa. E é tarefa premente disputar todos os espaços com aqueles que representam movimentos anticivilizatórios.

---

<sup>17</sup> BOLSONARO recomendou “comemorações devidas” do golpe de 1964, diz porta-voz. **Folha de S. Paulo**, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/38tILON>. Acesso em: 26 mar. 2019

<sup>18</sup> OLIVEIRA, Eliane. Em telegrama à ONU, governo Bolsonaro afirma que não houve golpe militar em 64. **O Globo**, 4 abr. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2PTTrUPa>. Acesso em: 10 abr. 2019.

<sup>19</sup> Na obra de Friedrich Hayek – um importante intelectual da Escola Austríaca, guru dos neoliberais, que ganhou muita notoriedade após receber um Prêmio Nobel em 1977 com o livro *O caminho da servidão*, escrito na década de 1940 – encontramos várias “justificativas” para posições que a nova direita brasileira defende. Hayek afirma, por exemplo, que o comunismo e o nazismo são parte de uma mesma tendência, pois são ambos inevitavelmente autoritários. Na visão do autor, ambos trabalham com planejamento da economia, o que seria antiliberal e, conseqüentemente, autoritário e antidemocrático.

<sup>20</sup> BOLSONARO encerra grupo de trabalho que identificava ossadas de Perus. **Estado de Minas**, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2v3Pu4v>. Acesso em: 24 abr. 2019.

Ao tratarmos da preservação de memória dos oprimidos ou perdedores no período da ditadura, estamos lidando com os ditos e não ditos, que são elementos muito importantes, como observa Michael Pollak em *Memória, esquecimento, silêncio*.<sup>21</sup> Evidente que neste momento fosse tentado, desde o governo central, construir uma memória coletiva falsificando o que foi o regime instaurado em 1964, negando ou justificando as ações repressivas combinado com uma desqualificação dos opositores. Acusações de terroristas, vagabundos e bandidos hoje são proferidas por autoridades importantes do país para se referir à esquerda de modo geral. Trazer à tona a chamada memória coletiva subterrânea, a que expressa a versão do “perdedor”, que os vencedores tentam esconder com suas narrativas, torna-se, neste momento, uma condição na defesa da democracia. Portanto, essa página de nossa história seguirá aberta e sendo um campo de resistência.

Nosso objetivo é nos debruçarmos sobre o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) para analisar seu programa, sua concepção de partido, sua composição social e sua atuação no Rio de Janeiro entre os anos de 1968 e 1970, compreendendo as aproximações e divergências entre o PCB e o PCBR no tocante à concepção organizativa, métodos de luta e programa. Pretendemos também analisar a atuação e a influência do PCBR no Rio de Janeiro.

A primeira hipótese é que o PCBR viveu um processo de transformação entre o velho programa de conciliação de classes do PCB e a busca de um programa de transição. Sendo assim um partido comunista, mas não estalinista. Além disso, apesar de negar o pacifismo, havia a tentativa de conjugar a violência revolucionária com algum tipo de trabalho de massas da organização, o que permitiu a sobrevivência da corrente mesmo diante da brutal repressão no Rio de Janeiro.

A segunda hipótese é que o PCBR, devido à brutal repressão, não conseguiu pôr em prática parte fundamental daquilo que propunha como forma de luta e caiu na dinâmica da maioria das organizações guerrilheiras e, a partir de 1970, se afastou ainda mais dos objetivos iniciais de conjugação de trabalho político e ações armadas.

### **Os nossos pressupostos teóricos**

Preliminarmente, é necessário dizer que nossa análise vai no mesmo sentido de tentar resgatar a história dos que resistiram na clandestinidade e sofreram nos porões da ditadura,

---

<sup>21</sup> POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/333BJzo>. Acesso em: 30 jun. 2019.

daqueles que estavam sendo brutalmente perseguidos e oprimidos. Combatemos a falsa perspectiva de uma história neutra e com interpretações imparciais, posto que partimos da compreensão de que os sujeitos e suas práticas são determinados e, ao mesmo tempo, determinantes das dimensões estruturais da realidade social.

Nesta parte do trabalho, trataremos das referências teóricas com as quais dialogaremos. Pretendemos, assim, identificar quais temas são importantes para a análise dessa história. Dentre eles, elencamos o caráter de classe do Golpe de 1964, a concepção de organização, o método de luta para se chegar à revolução e o caráter dessa revolução.

Neste sentido, optamos por alguns interlocutores, dentre os quais se destacam René Dreifuss, Marcelo Ridenti, Jacob Gorender, Vladimir Ilyich Ulyanov (Lenin), Pierre Broué, Jean Sales, Jorge Ferreira, entre outros.

### **O caráter de classe do golpe**

Um das principais polêmicas da historiografia sobre o período é sobre como defini-lo: uns chamam de ditadura civil-militar e outros de empresarial-militar. Entender o caráter de classe desse episódio da nossa história é fundamental para termos a capacidade de compreender o processo.

Durante muitos anos, costumou-se chamar o regime instaurado a partir do Golpe de 1964 de ditadura militar, pois neste se consolidara o poder político das Forças Armadas, que fecharam o Congresso Nacional mais de uma vez, manipularam eleições e impuseram um regime de terror. Ocorre que não só os militares organizaram essa ação.

Há muito tempo já foi revelada ao público a participação de diplomatas estadunidenses na condução na trama que pôs fim à democracia no Brasil e o envolvimento de políticos como, por exemplo, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Afonso Arinos e outros civis na conspiração.<sup>22</sup> Além disso, houve manifestações de massa contra o governo Jango em favor do golpe. Por essa razão, vários historiadores começaram a denominar esse fato histórico como uma ditadura civil-militar.

Ocorre que essa explicação não avança numa análise essencial. É central delimitarmos os setores sociais envolvidos. Ao observarmos mais detidamente, percebemos que, na

---

<sup>22</sup> Os autores Jorge Ferreira e Angela Gomes demonstram nos capítulos “O golpe civil e militar: o movimento em marcha” e “O golpe civil e militar: o presidente sitiado” a articulação entre o governo dos EUA, os militares e civis do livro 1964 o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 333-373.

verdade, trata-se de uma ação com forte interesse de classe, já que inúmeros empresários e o próprio imperialismo estiveram envolvidos nessa articulação e na conformação dos governos. Concordamos com Dreifuss em apontar que a ditadura tinha um caráter de classe:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários.<sup>23</sup>

Os governos do período colaboravam com setores empresariais viabilizando negócios, por exemplo, nas grandes obras como a ponte Rio-Niterói. Em contrapartida, essas empresas ajudavam a financiar a repressão. Pedro Campos, em sua tese de doutorado, explica essa profunda relação entre governo, empresários e repressão. Nela podemos ver a participação de empresas como a Camargo Corrêa, por exemplo. Essa participação fez, inclusive, com que Sebastião Camargo fosse um dos alvos da Ação Libertadora Nacional (ALN), já que ele e sua empresa eram parte ativa da Operação Bandeirante (OBAN) através de financiamento.<sup>24</sup>

Um caso muito conhecido é o do empresário dinamarquês radicado no Brasil, Henning Albert Boilesen, que organizava as contribuições para financiamento da repressão e foi executado por guerrilheiros em abril de 1971.

Boilesen se destaca por ter sido o responsável por organizar, junto a outros empresários, a arrecadação de fundos para a Operação Bandeirantes (Oban), criada em São Paulo, pelo comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, em conjunto com a Secretaria de Segurança do estado, chefiada por Hely Lopes Meirelles, para unificar o combate aos opositores do regime. [...] Esta colaboração era retribuída sob a forma de favores estatais para a viabilização de negócios, como se pode perceber no caso de Sebastião Camargo, da empreiteira Camargo Corrêa, um dos maiores contribuintes com a “caixinha da Oban”, que conseguiu contratos para a construção de grandes obras públicas, como a Ponte Rio-Niterói.<sup>25</sup>

É sabido por vários estudos e depoimentos que muitas empresas mapeavam os trabalhadores que tinha algum tipo de atividade política ou sindical e entregavam à repressão. A própria Volkswagen não só doou meios materiais para repressão como dentro de suas dependências ocorreram torturas, como é relatado:

Outro caso de graves violações de direitos humanos aconteceu com Lúcio Bellentani, na Volkswagen de São Bernardo do Campo, em 1972. Segundo seu

<sup>23</sup> DREIFUSS, René A. **1964. A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981. p. 417.

<sup>24</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985.** Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

<sup>25</sup> RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio.** Relatório / Comissão da Verdade do Rio. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. p. 69.

depoimento, ele “estava trabalhando e chegaram dois indivíduos com metralhadora, encostaram nas minhas costas, já me algemaram. Na hora em que cheguei à sala de segurança da Volkswagen já começou a tortura, já comecei a apanhar ali, comecei a levar tapa, soco”. Foram presos no mesmo episódio mais de 20 metalúrgicos, a maioria da Volkswagen e o restante da Mercedes, da Perkins e da Metal Leve.<sup>26</sup>

Neste sentido, vêm ganhando audiência as posições que definem o período como ditadura empresarial-militar. E é com essa definição que pretendemos trabalhar. Sem esse referencial, não seria possível compreender os interesses que realmente moveram a construção do golpe, a lógica de gerenciamento do Estado, a construção de “caixinhas” para ajudar os agentes da repressão e até mesmo a participação em sessões de tortura organizadas por setores do empresariado.

### **Que tipo de organização era necessária para a revolução**

Um aspecto importante passa pela discussão sobre concepção de organização. A esquerda latino-americana se dividiu entre duas vertentes no que diz respeito à concepção de organização revolucionária. Uma ligada ao modelo leninista e outra tendo por base o modelo foquista inspirado na Revolução Cubana.

Tomamos como ponto de partida das polêmicas sobre concepção de partido as posições defendidas por Lenin em 1903 no congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR). Dialogamos com Pierre Broué, em seu livro *O Partido Bolchevique*. Esse autor afirma que o debate sobre programa no interior do partido transcorreu sem grandes divergências entre bolcheviques e mencheviques. As principais divergências surgiram com os economicistas. Segundo Broué, Lenin, sob o argumento de que o movimento operário não poderia ser refém da burguesia, rejeita as teses economicistas, que defendem que o único caminho para os marxistas russos é apoiar as reivindicações econômicas dos trabalhadores e participar da oposição liberal.

Conforme afirma o autor, Lenin e Martov estiveram juntos no debate programático e se dividiram quando o debate avançou para os temas referentes ao tipo de partido que era necessário para organizar os socialistas. Esta se torna a grande polêmica desse congresso e que divide os revolucionários até hoje.

---

<sup>26</sup> GRUPO DE TRABALHO DITADURA E REPRESSÃO AOS TRABALHADORES, ÀS TRABALHADORAS E AO MOVIMENTO SINDICAL. **A luta dos trabalhadores por verdade, justiça e reparação**. Relatório. p. 19. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/livro%20a%20luta%20dos%20trabalhadores\[1\].pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/livro%20a%20luta%20dos%20trabalhadores[1].pdf). Esse texto foi baseado no relatório do Grupo de Trabalho nº 13 da Comissão Nacional da Verdade, sobre Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical (GT-13).

Os dois dirigentes discordaram: enquanto Lenin defendia a organização de um partido com fronteiras bem definidas, no qual existissem critérios rígidos para alguém ser considerado membro do partido, Martov defendia critérios mais flexíveis para considerar uma pessoa membro do partido. Propunha uma fórmula que abarcasse todos aqueles que colaborassem de forma regular e pessoal sob a direção de uma de suas organizações.

Para Lenin, na Rússia do início do século passado, o partido deveria ser composto de militantes clandestinos com dedicação extrema e com muita disciplina. Essa concepção impunha alguns critérios fundamentais para ser membro da organização. Como o partido era a vanguarda da classe operária, todo militante deveria participar de reuniões presencialmente, se centralizar pela posição da maioria e sustentar financeiramente a organização.

Dadas as condições da Rússia no início do século 20, o partido operário deve ser integrado por revolucionários profissionais. Para enfrentar a polícia do Estado czarista, a arma principal do proletariado deve ser uma organização rigorosamente centralizada, sólida, disciplinada e o mais secreta possível. Composto de militantes clandestinos, o partido se concebe como “a ponta de lança da revolução”, como o estado-maior e a vanguarda da classe operária.<sup>27</sup>

Ao contrário do que muitos avaliam, Lenin defendia uma ampla democracia e liberdade de debates no partido. Sua concepção está ancorada na realidade, na situação concreta da luta de classes, ou seja, ela não é imutável. Ela é útil enquanto for favorável à construção da organização. No debate sobre o balanço do congresso de 1906, por exemplo, Lenin apresenta o seguinte questionamento perante uma resolução do Comitê Central que não permite críticas públicas às resoluções.

Ao examinar a substância desta resolução, vemos vários pontos estranhos. A resolução diz que “nas reuniões do Partido”, “liberdade total” deve ser permitida para a expressão de opiniões pessoais e críticas (§1), mas em “reuniões públicas” (§2) “nenhum membro do Partido deve convocar as ações que contrariem as decisões do Congresso”. Mas veja o que resulta disso: nas reuniões do Partido, os membros do Partido *têm o direito* de pedir ações que contrariem as decisões do Congresso; mas em reuniões públicas *não* lhes é “permitida” a liberdade total para “expressar opiniões pessoais!”<sup>28</sup>

Mais adiante argumenta:

Aqueles que elaboraram a resolução têm uma concepção totalmente errada da relação entre a *liberdade de criticar* dentro do Partido e a *unidade de ação* do Partido. A crítica dentro dos limites dos princípios do Programa do Partido deve ser

<sup>27</sup> BROUÉ, Pierre. **O Partido Bolchevique**. São Paulo: Sundermann, 2014. p. 33.

<sup>28</sup> LENIN. Vladimir Ilich. **Centralismo democrático**: liberdade para criticar e unidade de ação. Grifos do autor. Disponível em: <https://bit.ly/2PX5tZb>. Acesso em: 11 mar. 2019.

bastante livre (lembramos ao leitor aquilo que Plekhanov disse sobre esse assunto no Segundo Congresso do POSDR), não apenas nas reuniões do Partido, mas também nas reuniões públicas. Tal crítica, ou tal “agitação” (porque a crítica é inseparável da agitação) não pode ser proibida. A ação política do partido deve ser unida. Nenhuma “convocação” que viole a unidade de ações definidas pode ser tolerada tanto em reuniões públicas, como em reuniões do Partido ou na imprensa do Partido. Obviamente, o Comitê Central definiu a liberdade de criticar imprecisamente e de forma muito estreita, e a unidade de ação de modo impreciso e amplo.<sup>29</sup>

E conclui afirmando:

A resolução do Comitê Central é essencialmente errada e contradiz as Regras do Partido. O princípio do centralismo democrático e da autonomia das organizações partidárias locais implica uma liberdade universal e plena de crítica, desde que isso não perturbe a unidade de uma ação definida; exclui todas as críticas que perturbem ou dificultem a unidade de uma ação decidida pelo Partido. Pensamos que o Comitê Central cometeu um grande erro ao publicar uma resolução sobre essa importante questão sem antes discuti-la na imprensa do Partido e nas organizações do Partido; tal discussão teria ajudado a evitar os erros que indicamos. Apelamos a todas as organizações do Partido para que discutam esta resolução do Comitê Central agora e expressem uma opinião definitiva a respeito.<sup>30</sup>

Nem Lenin, nem os bolcheviques, antes de Stalin chegar ao poder, usaram de manobras com o centralismo democrático como arma de perseguição a minorias, pois tinham um entendimento político desse conceito. Zinoviev, mesmo se colocando contra a insurreição que levou ao poder os revolucionários de 1917, foi indicado para a presidência da Internacional Comunista pós-revolução. O próprio Lenin quebrou o centralismo, pois para ele havia uma hierarquia na qual a política dava a dinâmica. Broué descreve esse fato no trecho a seguir:

Apesar da desilusão de muitos deles e das não menos numerosas deserções, os bolcheviques voltam a empreender as tarefas que haviam iniciado clandestinos antes de 1905. Sem dúvida tão pouco eles se veem livres de divergências internas. A maioria queria voltar a boicotar as eleições, desta vez porque a lei eleitoral de Stolypin torna impossível que a classe operária esteja representada equitativamente. Sobre esta questão, Lênin opina que tal consigna, lançada num momento de apatia e indiferença operárias, corre o risco de isolar os revolucionários que, no lugar disso, deveriam se aferrar a todas as ocasiões que lhes ofereçam de desenvolver publicamente seu programa. Tanto as eleições como a III Duma devem ser utilizadas como tribuna dos socialistas que, apesar de não fazerem nenhuma ilusão sobre sua verdadeira natureza, não podem desprezar esta forma de publicidade. Apesar do isolamento em que se encontra dentro de sua própria fração, Lênin não vacila em votar só, junto com os mencheviques, contra o boicote das eleições na conferência de Kotka do mês de julho de 1907. Sem dúvida, os partidários do boicote voltam a tomar a iniciativa depois das eleições, pedindo a demissão dos socialistas que foram eleitos. Estes partidários da “retirada”, conhecidos pelo nome de “otzovistas”, encabeçados por Krasin e Bogdanov, veem aumentar seus efetivos pelo apoio do grupo dos “ultimatistas” do comitê de São Petersburgo, que se manifestam contra

---

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> Ibidem.

toda participação nas atividades legais, inclusive nos sindicatos, intensamente vigiados pela polícia. Por último, Lênin se une à maioria dos bolcheviques, sem poder impedir a separação dos membros da oposição que, por sua vez, se constituem em fração e publicam seu próprio jornal, *Vpériod*, o segundo deste nome.<sup>31</sup>

Como, para Lenin, a concepção de partido está profundamente ligada à realidade concreta, na guerra civil é proibida a existência de tendências internas no partido. O que ele mais à frente tentaria reverter, mas já era tarde. Stalin se consolidava cada vez mais no comando do partido.

O bolchevismo foi profundamente deformado pelo estalinismo. A consolidação de Stalin no poder gera uma degeneração no regime partidário. As falsificações e o uso da necessidade de “disciplina no partido” “para defender a revolução” contra os perigos viram uma arma de perseguições, prisões, expurgos e assassinatos de divergentes.<sup>32</sup>

A concentração absoluta do poder nas mãos de pequenos grupos dirigentes, a falta de democracia interna, o “seguidismo” das posições de Moscou e a estratégia da conciliação de classes vira uma marca nos partidos comunistas no mundo. No Partido Comunista Brasileiro não é diferente. O estalinismo está profundamente arraigado na cultura militante dessa organização. Gorender relata no capítulo “Epílogo para um romance à revelia do autor”, do livro *Combate nas trevas*, que Hermínio Saccheta e outros militantes do comitê regional de São Paulo foram expulsos do PCB nos anos 1930 sob acusação de serem trotskistas; o autor também relata em outros capítulos a expulsão de outros militantes na década de 1960, deixando explícita a prática de perseguição política dos divergentes.<sup>33</sup>

Gorender relata que a direção do PCB fazia uma espécie de ameaça ou chantagem aos divergentes:

A reunião seguinte do Comitê Central, em setembro, foi a última à qual compareci. Guardo recordação indelével de um trecho da intervenção de Prestes: os companheiros dissidentes – falou o secretário-geral – cuspiam no prato em que comiam, porque atacavam a direção que pagava o sustento deles e de suas famílias. A chantagem não ia abalar nenhum dissidente já exposto ao sol e chuva, mas transmitia o recado aos vacilantes. Afinal como se arranjaría, sem a magra ajuda que Giocondo Dias lhe destinava, um operário beirando os cinquenta anos, clandestino e

<sup>31</sup> BROUÉ, Pierre. **O Partido Bolchevique**. São Paulo: Sundermann, 2014. p. 40.

<sup>32</sup> Nos livros *Minha vida* e *Os processos de Moscou*, de Leon Trostky, é possível ter dimensão desses fatos terríveis que se abateram sobre os comunistas da Rússia a partir da consolidação de Stalin no poder. E, de certa forma, essa metodologia persecutória se alastrou pelos partidos comunistas do mundo. No PCB, desde os anos 1930, com a perseguição aos trotskistas passando pela expulsão dos divergentes da década de 1960, essa prática se estabeleceu como forma de vencer a luta política.

<sup>33</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

procurado pela polícia? Um deles me disse que acompanharia os dissidentes, se não carregasse a obrigação do sustento da família.<sup>34</sup>

Em seu livro, Gorender ainda descreve o processo de luta política e confirma a prática de medidas disciplinares contra a oposição interna em 1967.

Ainda em setembro, o Comitê Central aprovou uma resolução que expulsou Marighella e Jover Telles do partido e aplicou punições disciplinares a outros divergentes da direção. Em dezembro, reuniu-se o Sexto Congresso do PCB. Embora eu tivesse duplo direito a estar presente, pois era membro do Comitê Central e delegado eleito pela conferência do Rio Grande do Sul, não fui conduzido ao local do Congresso. O mesmo foi feito com os demais membros e suplentes oposicionistas do Comitê Central. Em seu depoimento dito autocrítico, Prestes diz que não nos deixaram tomar parte do Sexto Congresso porque havíamos fundado outro partido – o PCBR. Confusão maliciosa, uma vez que a fundação do PCBR não se deu antes, mas depois do Sexto Congresso do PCB.<sup>35</sup>

A perseguição e a mentira como parte dos principais métodos oriundos do estalinismo estavam mais vivas que nunca no PCB.

Outra concepção muito presente nos meios da esquerda nos anos de 1960 era o foquismo. A maioria das organizações que optaram pela luta armada estavam profundamente impactadas pela Revolução Cubana e pelo foquismo – teoria sistematizada por Régis Debray no livro *Revolução na revolução* e pelo guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara em seu livro *Guerra de guerrilha*. Gorender coloca que, no geral, essa visão defendia que já existiam condições objetivas para uma revolução no continente.

O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. Guevara dizia que a revolução latino-americana seria continental, impondo-se por cima de diferenças nacionais secundárias, e diretamente socialista.<sup>36</sup>

Se, do ponto de vista objetivo, estava tudo resolvido, era a hora de construir o aspecto subjetivo. Para isso, bastava querer fazer a revolução. A receita, inovadora, apontava para criação de uma organização guerrilheira e a implantação do foco. Defendiam que a localização privilegiada para construção da organização guerrilheira seria o campo, e as cidades seriam palco somente de ações de expropriações de fundos financeiros e de propaganda armada para fortalecimento da guerrilha rural. A organização guerrilheira não é um braço do partido e funciona com outra lógica.

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>35</sup> Ibidem.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 80.

O foquismo trouxe outra novidade, que o singularia: a ideia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Os cubanos dirigiam uma crítica ácida, mas verdadeira, ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas. Ao invés de esperar por eles, o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta. Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerrilha rural, desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário.<sup>37</sup>

O PCBR, que surge em 1968, se vê diante do desafio de construir uma organização que segue defendendo a necessidade do partido revolucionário e aderir à luta armada defendendo priorizar a guerrilha rural. Ao fazer a opção pela reconstrução partidária, o PCBR não nega de forma absoluta táticas propostas pela teoria foquista. A tentativa de combinar os dois elementos gera inclusive uma crítica de Jacob Gorender, importante dirigente do PCB e posteriormente do PCBR.

### **O caráter da revolução**

As organizações sob influência do estalinismo continuavam defendendo uma revolução por etapas, cuja primeira fase seria com a burguesia nacional contra o imperialismo. Ou seja, a burguesia nacional ainda teria um papel revolucionário.<sup>38</sup>

Essa tese também reforça a estratégia etapista da revolução e exalta a democratização da vida política no Brasil.

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política.<sup>39</sup>

Mesmo após o Golpe de 1964, a direção do PCB, principal organização que reivindicava o socialismo, coerente com sua orientação política *etapista*, apostava numa aliança estratégica com a burguesia nacional como caminho para a revolução. Concordamos com Ridenti quando ele demonstra o etapismo do partidão ao afirmar que, para o PCB, a

<sup>37</sup> Ibidem, p. 80-81.

<sup>38</sup> O estalinismo se transformou no método do PCB, e como todo método está a serviço de uma política, se implementou a linha de colaboração de classes. No Brasil defendiam que, devido ao grau de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a burguesia nacional ainda teria um papel revolucionário, subordinando, assim, os interesses do proletariado ao da classe inimiga. A essa fórmula se deu nome de etapismo, pois a revolução seria por etapas: primeiro a revolução deveria ser burguesa, sob direção da burguesia, e somente depois, socialista.

<sup>39</sup> PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Comitê Central. Declaração sobre a política do PCB. **A Voz Operária**, mar. 1958. Disponível em: <https://bit.ly/2VSm1Fv>. Acesso em: 13 maio 2019.

principal tarefa dos comunistas era somar forças com a burguesia para uma revolução democrático-burguesa.

*As propostas do PCB, que poderiam ser chamadas de nacional-reformistas, influenciavam vários setores sociais, mesmo os que não militavam no partido. Buscava-se realizar a “revolução burguesa” no Brasil, pois a sociedade brasileira ainda apresentaria características feudais, ou semifeudais, no campo, travando o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.<sup>40</sup>*

Segundo as análises de Ridenti, em organizações importantes surgidas de rupturas do PCB, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), dirigida por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, persistia a ideia de uma revolução por etapas, na qual haveria aliança com setores da burguesia e que obedeceria a uma tarefa democrática de libertação nacional. Ou seja, seria uma revolução burguesa, não diretamente socialista. Para a ALN, o antagonismo central se dava entre o imperialismo e a nação. A diferença entre PCB e ALN era que esta, apesar de defender a revolução por etapas em aliança com a burguesia, não reconhecia na burguesia nacional capacidade para dirigir o processo e defendia que a revolução deveria estar sob a direção do proletariado.<sup>41</sup>

Ainda seguindo Ridenti, ele avalia que o PCBR, no seu documento de fundação “Linha política”, propunha como objetivo a destruição do aparelho burocrático-militar e substituí-lo por um governo popular revolucionário. Para o PCBR, a contradição entre proletariado e burguesia ocupava lugar central nesse processo, e a revolução deveria ser o caminho para o socialismo. O desenvolvimento desse processo converteria a revolução em socialista.<sup>42</sup>

Na compreensão de Gorender, a visão de revolução defendida pelo PCBR era a seguinte:

Nestas condições a revolução a vista não mais podia ser democrático-burguesa. Devia ser uma *revolução popular*, destinada a destruir o Estado burguês (imperante sob formas de democracia representativa ou ditadura militar) e a conquistar um governo popular revolucionário. Dirigida pelo proletariado, em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas empobrecidas, a revolução popular conduziria a transformações profundas: a nacionalização (estatização) das empresas pertencentes ou associadas ao capital monopolista; a reforma agrária radical, mediante a distribuição individual de terras e a formação de fazendas coletivas nas grandes propriedades unificadas sob o aspecto da gestão econômica; o controle

---

<sup>40</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 26. Grifos do autor.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 33-34.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 34.

estatal dos setores básicos da economia nacional e a planificação do desenvolvimento econômico.<sup>43</sup>

Ou seja, uma formulação mais próxima a uma revolução diretamente socialista, deixando de lado as estratégias etapistas.

### **As formas de luta revolucionária**

Com a vitória da Revolução Cubana, um novo modelo de revolução e de organização ganha força entre os comunistas da América Latina. Uma organização guerrilheira, não um partido comunista “tradicional”, desce as montanhas e toma o poder pelas armas. Essas novas ideias ganham cada vez mais espaço dentro da esquerda comunista no continente. Em vários países do continente, surgem grupos defendendo a luta guerrilheira como forma de chegar ao poder. No Brasil, podemos perceber isso na carta de Marighella à direção do PCB.

A luta guerrilheira é a única maneira de reunir os revolucionários brasileiros e de levar nosso povo à conquista do poder. Recursos humanos e condições para a guerrilha não faltam no Brasil. A consciência revolucionária, que brota na luta, se incumbirá do resto. A guerrilha é o que pode haver de mais anticonvencional e de mais antiburocrático, o que mais se distancia do sistema tradicional de um partido da cidade.<sup>44</sup>

Após Marighella ter ido à Cuba para reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), a influência do foquismo em suas elaborações se torna evidente. Não só ele, mas este passa a ser um debate fundamental e divisor de águas na esquerda brasileira. A defesa de um modelo de pequenos grupos de combatentes que formam colunas guerrilheiras e o rechaço aos partidos comunistas tradicionais é um sentimento explícito em parte importante dos comunistas da época.

Certamente, é na fase de planejamento e preparação da guerrilha que percebemos mais claramente o quanto a permanência de Carlos Marighella em Cuba o tornou receptível às ideias foquistas, sobretudo àquelas que preconizam a possibilidade do desencadeamento da luta guerrilheira a partir da existência de um pequeno núcleo de militantes bem treinados e que, uma vez deflagrada, a guerrilha conseguiria aglutinar forças e apoio até a tomada do poder, seguindo a receita que teria sido utilizada em Cuba. Para Marighella, o requisito básico para a primeira fase da guerrilha é a “existência de um pequeno núcleo de combatentes, surgido em condições histórico-sociais determinadas”. Este núcleo deve ser imune aos partidos da esquerda

<sup>43</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 103.

<sup>44</sup> MARIGUELLA, Carlos. Carta ao Comitê Central. In: CARONE, Edgard. **O movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984. p. 51.

tradicional e conduzir a luta ideológica contra o “grupo de direita oposto à luta armada”. Por fim, nesta fase, seria necessário o adestramento dos combatentes em tiro e marcha a pé, “algumas armas e munições”, a exploração do terreno, noções de sobrevivência e orientação, e organização inicial do apoio logístico, o que incluiria a coleta de recursos.<sup>45</sup>

Sobre a Revolução Cubana, podemos afirmar que foi a maior referência de uma geração de lutadores socialistas latino-americanos, constituindo-se como um dos fatores que marcaram as opções políticas e ideológicas da esquerda do país nesse período, como apresenta Sales.<sup>46</sup> Essas visões polarizavam as discussões entre os comunistas. Não só o PCB, mas outras organizações, como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) e a Ação Popular (AP), entre outras, foram impactadas por esse fenômeno.

Parte importante das dissidências do partidão se dá sob a influência da Revolução Cubana, e tais dissidências migram para organizações de outro tipo. Nesse debate sobre o método para se chegar à revolução e que tipo de organização seria necessária para a revolução, podemos dizer o seguinte: o método escolhido pelas dissidências do PCB foi a guerrilha, mas a forma organizativa foi variada.

Segundo Ridenti, esse último tema dividiu Marighella e Mário Alves, e como consequência deu origem à ALN e ao PCBR. O primeiro negava a forma tradicional de organização dos partidos comunistas. Negava a necessidade de partido e defendia um modelo de organização mais voltada para a ação. Levantava uma bandeira antiburocrática, entendendo que os modelos clássicos eram burocráticos ou burocratizantes. No *Mini-manual do guerrilheiro urbano*<sup>47</sup>, fica evidente que a ALN coloca que a estrutura organizativa deve responder em primeiro lugar à ação revolucionária, inclusive com a participação de seus dirigentes nelas.<sup>48</sup>

Ainda de acordo com Ridenti, havia grupos, como o PCBR, que defendiam que o partido deveria coordenar a luta armada com as ações de massa na cidade e no campo, dirigindo de conjunto o processo revolucionário.<sup>49</sup> Podemos dizer que Gorender nos apresenta o PCBR como uma organização que, de fato, faz uma opção por um tipo de reorganização partidária, mas que não estava atrelada a nenhuma das grandes referências internacionais entre

<sup>45</sup> SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. *Tempo*, v. 14, n. 27, p. 199-217, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/38tqLUV>. Acesso em: 19 abr. 2019.

<sup>46</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1964)**. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2005.

<sup>47</sup> MARIGUELLA, Carlos. **Mini-manual do guerrilheiro urbano**. 1969. Mimeografado. Disponível no site: <https://bit.ly/2TxCuNQ>. Acessado em: 4 set. 2019.

<sup>48</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP. 2010. p. 41.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 39.

os comunistas existentes no período. Fato importante este, já que era uma característica muito comum nas organizações comunistas da época o atrelamento completo a suas referências internacionais. Dessa forma, era possível chegar a posicionamentos independentes sobre temas da conjuntura internacional.<sup>50</sup>

Apesar de o debate mais importante ser o caráter da revolução, sem dúvida, o que teve mais peso entre os militantes foi o método de luta. A negação do pacifismo pecebista e a opção pela guerrilha como forma de combater a ditadura e como caminho para se fazer a revolução ganhou corações e mentes. Gorender relata que o PCB seguia adotando uma linha pacifista mesmo depois do golpe, enquanto o guerrilheirismo como método de luta revolucionária ganhava todas as dissidências do partido.<sup>51</sup>

Portanto, nosso objetivo em localizar essas discussões é poder ter referências teóricas nos debates em tela e buscar, assim, analisar o processo de desenvolvimento no que toca à concepção, à política, ao programa e à forma de luta escolhida pelo PCBR entre 1968 e 1970. Vamos usar os conceitos apontados no texto acerca do caráter da revolução, democrático-burguesa ou diretamente socialista. A respeito da concepção de organização, usaremos como referência o modelo leninista e o cubano para analisar em qual deles se localiza o PCBR. No que diz respeito à forma de luta, vamos tentar localizar o partido entre os que negam a orientação pacifista e aderem à guerrilha.

Todos esses aspectos são fundamentais para refletirmos sobre que tipo de organização o PCBR pretendia ser, analisando seus principais documentos, e o que se tornou na prática, estudando sua atuação e composição social. Nesse sentido, qual o grau de ruptura do PCBR com sua organização-mãe? Será que o PCBR caminhava para um programa de transição? Se trataria de uma organização adepta do bolchevismo, mas sem vínculos orgânicos com movimento comunista internacional? A definição dos parâmetros apresentados por diversos autores nos ajudará nessas reflexões.

## **Metodologia e fontes**

Quando escolhemos um tema como o proposto nesse trabalho, sabemos que estamos navegando por um mar de polêmicas as quais, em seu conteúdo, refletem posicionamentos políticos tanto dos atores políticos da época, parte do nosso objeto propriamente dito, quanto

---

<sup>50</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 101-105.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 79-83.

dos historiadores e analistas que se debruçaram sobre eles. A história feita pelos historiadores é, assim, sempre a história do tempo presente. Atualmente, muitas visões sobre o objeto aqui analisado são apresentadas, já que hoje, talvez até mais do que ontem, a interpretação do período histórico por nós abordado está profundamente relacionada à realidade política nacional. Convém alertar, portanto, que nossa própria análise sobre o objeto, por mais rigor científico que tenhamos – e, aliás, justamente por isso –, não está descolada da nossa posição política no tempo presente, isto é, das escolhas e projetos societários que abraçamos.

Para investigar a trajetória do PCBR no Rio de Janeiro, trabalhamos com documentos produzidos pelo próprio partido, encontrados no arquivo do Instituto Mário Alves em Pelotas (RS); com a documentação encontrada no Fundo da Polícia Política, localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), e no Arquivo Nacional; com relatórios das Comissões da Verdade; assim como com as entrevistas já concedidas por ex-membros da organização a veículos de imprensa ou a outros pesquisadores. Assinalamos aqui que, devido às condições da luta clandestina, há documentação ainda dispersa e não localizada em poder dos ex-militantes.

A partir desses documentos internos já localizados, vamos abordar dois temas: o primeiro se refere à concepção de organização, refletindo as influências das ideias leninistas de partido, já sob predomínio do que foi o estalinismo, e a influência de um modelo de organização inspirado na Revolução Cubana – que não é um partido em si, mas uma organização com outras características, supostamente mais adaptada à luta guerrilheira. O segundo tema versa sobre a concepção de revolução defendida pelo PCBR, remontando à velha controvérsia sobre o “etapismo”, isto é, se o caráter da revolução brasileira seria o de uma revolução democrática com a burguesia ou o de uma revolução diretamente socialista. Por meio desses dois temas, queremos investigar o grau de ruptura do PCBR com o PCB.

Outro tema de que tratamos é o balanço iniciado no início de 1970 que estão nos documentos internos. Esse tema é importante, pois de certa forma é complementar aos que apontamos anteriormente. Afinal, qual era a percepção dos envolvidos sobre a capacidade de o PCBR implementar aquilo a que se propôs em sua fundação?

Como dissemos, a maioria dos documentos foram produzidos pela própria organização, que era brutalmente perseguida, e pelos órgãos de repressão do Estado. Assim, os questionamentos, as confrontações e a contextualização dessas fontes serão fundamentais para o desenvolvimento do trabalho científico. O questionamento dos documentos é um dos pilares da pesquisa historiográfica, e a contextualização de como eles foram produzidos ganha muita relevância nas pesquisas.

Ao nos depararmos com os documentos guardados do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, entendemos cada vez mais o alerta de Jacques Le Goff de que não devemos nos contentar com uma reflexão crítica dos documentos, mas estes devem ser submetidos a uma crítica radical, pois se trata de uma escolha. Le Goff, no texto “Monumento e documento do livro *História e memória*”, diz que a existência ou a ausência de um documento num arquivo não se dá de forma aleatória, sendo fruto da ação humana. Ou seja, houve uma ação humana que gerou a presença do documento, logo, essa ação e suas causas também precisam ser analisadas.

Outro método que usamos é a realização de entrevistas com ex-militantes do PCBR, nas quais ouvimos deles qual a percepção sobre os temas acima descritos, assim como sobre a composição e atuação do partido no Rio de Janeiro e os seus balanços acerca dessa experiência. Tais entrevistas tiveram um roteiro inicial, mas a dinâmica de cada encontro redirecionaram a interlocução, contribuindo para avançarmos na investigação. Através dos testemunhos de indivíduos que viveram aqueles momentos, e de sua confrontação com outras fontes, pudemos progredir na percepção e interpretação da realidade estudada. Ainda existe muito a ser desvendado e exposto sobre a luta de resistência.

O trabalho com o método da história oral é fundamental em nossa pesquisa, uma vez que a repressão não apenas eliminou os militantes opositoristas como também confiscou e/ou destruiu documentos de organizações políticas e movimentos sociais – muitas vezes, os próprios militantes foram obrigados a destruir tais documentos para evitar que fossem apreendidos. Assim, a oralidade, muitas vezes, é única forma de as vítimas preservarem sua memória.

De acordo com Sarlo,

[...] o lugar espetacular da história oral é reconhecido pela disciplina acadêmica, que, há muitas décadas, considera totalmente legítima as fontes testemunhais orais (e, por instantes, dá impressão de julgá-las mais “reveladora”). Por sua vez, histórias do passado mais recente, apoiadas quase que apenas em operações de memória, atingem uma circulação extradisciplinar que se estende à esfera pública comunicacional, política e, ocasionalmente, recebem impulsos do Estado.<sup>52</sup>

Há uma tênue fronteira na relação entre a memória e a história que gera pontos de contato, interações e distinções entre esses conceitos. A memória tem relação com lembrar ou recordar, e também com esquecer. A história produz conhecimento através de provas que são fruto do confronto de diversas fontes, tendo a história oral como um dos elementos do

---

<sup>52</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 12.

processo de análise do pretérito. Neste sentido, dialogamos aqui com autores, como, por exemplo, Beatriz Sarlo, Michael Pollak, Paul Thompson e Paul Ricoeur, a fim de percorrermos os caminhos da memória por meio da história oral.

O trabalho com a oralidade começa a ganhar destaque na História a partir de meados da década de 1970 e início da década de 1980, sendo a princípio percebida como um grande potencial no estudo de uma história do tempo presente, vista pelos “de baixo”. A reflexão acerca desse campo gerou debates sobre seu caráter, se seria uma outra história, uma técnica, uma metodologia, ou uma disciplina. Em resposta a tais questões, a abordagem trazida por José Eduardo Lozano<sup>53</sup> trabalha com o “estilo do analista completo”, que compreende a história oral no processo de produção da fonte a partir da coleta, ordenação e crítica do material, sem ignorar sua dimensão técnica de produção e transcrição. Não se limitando a isto, complementa o uso da fonte oral com outras fontes documentais e leva em conta todos os debates que perpassam a relação com essas fontes, como entre história e memória e entre escrita e oralidade. Como salienta Portelli: “A história oral é, ao mesmo tempo, uma história de recordações da memória, e o fato de que tínhamos acesso a entrevistas realizadas entre a memória e a recordação mudam com o passar do tempo.”<sup>54</sup>

Nesse momento, há no Brasil uma política de disputa sobre os fatos ocorridos no regime iniciado em 1964 e findado em 1988. É uma verdadeira disputa de que narrativa e de que memória se construirá sobre esse período. As forças conservadoras, lideradas, atualmente, pelo governo federal, querem silenciar a memória dos que foram oprimidos e perseguidos.

Quando se fala da memória do oprimido, estamos tratando de uma memória que agrega em si um significado de busca por justiça. Isso se relaciona ao conceito de dever de memória que teve origem na Europa, pós-Segunda Guerra Mundial. O dever de memória liga-se a passados sensíveis, traumáticos, e visam a preservar determinados acontecimentos com o objetivo de mantê-los “vivos” para que não se repitam. Além disto, o dever de memória também trabalha na perspectiva da reparação e da superação. Concordando com Paul Ricoeur, este dever está ligado ao compromisso de fazer justiça às vítimas.<sup>55</sup>

Ao confrontar as entrevistas com os documentos do PCBR, com os relatórios das forças de repressão e com os demais documentos com os quais trabalhamos, tivemos como objetivo chegar o mais próximo possível do que foi a real estrutura militante da organização

---

<sup>53</sup> FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

<sup>54</sup> PORTELLI, Alessandro. Terni em greve: 2004. In: BOSI, A. et al. (Org.). **Mundos dos trabalhadores: lutas e projetos**. Cascavel: Edunioeste, 2009. p. 24.

<sup>55</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010. p. 460.

entre os anos 1968 e 1970 no Rio de Janeiro. Do mesmo modo, fizemos uma reflexão sobre o balanço dessa atuação, iniciado pela própria organização em 1970 e não concluído devido às prisões e assassinatos que vitimaram os membros de sua direção.

Evidentemente, nos apoiamos também na importante bibliografia existente sobre o período, o que contribuiu para a realização dos nossos objetivos e para a verificação de nossas hipóteses.

## 1 UM PANORAMA DA ESQUERDA SOCIALISTA

### 1.1 PCB – do “monopólio” à crise de sua hegemonia

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, foi a principal organização da esquerda socialista brasileira durante décadas. Constituído na cidade de Niterói, o partido é um reflexo organizativo da Revolução Russa no Brasil. Surgido sob o embalo da revolução bolchevique, em alguns anos ocupa o lugar que fora do anarquismo no movimento operário. Apesar da existência de outros grupos comunistas, como os grupos trotskistas, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), das várias organizações guerrilheiras, como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e outros grupos de esquerda, o PCB foi hegemônico até o início dos anos 1980.

Desde os primeiros anos, o partido seguiu as orientações do Komintern (Internacional Comunista), mesmo que isso significasse trilhar um caminho equivocado. Então, ao analisar a política do PCB, também analisaremos a linha da Terceira Internacional. Aqui não vamos dissertar sobre a longa trajetória do partido, mas tratar de alguns momentos específicos que foram marcantes em sua história.

O Partido Comunista, entre 1946 e 1964, se consolidou como um partido fortemente enraizado na classe operária, com peso na juventude, no campesinato, em parte da intelectualidade e até em setores do baixo oficialato. Era a principal organização comunista do país e disputava uma influência de massas.<sup>56</sup> A breve legalidade conquistada em 1945 possibilitou ao partido um período de crescimento. Pode-se perceber isso através do prestígio de figuras como Luís Carlos Prestes, que juntava multidões para ouvi-lo. Nas eleições, o partido teve um importante resultado, conseguindo eleger 16 deputados e um senador, tendo uma atuação destacada na Constituinte de 1946. Além disso, conseguiram eleger 18 vereadores no distrito federal e 46 deputados em assembleias estaduais. O partido chegara a contar com cerca de 200 mil filiados.<sup>57</sup>

O curto intervalo entre o fim da Segunda Guerra, vencida pelas forças aliadas contra o nazifascismo, e o início da Guerra Fria fez com que o partido não percebesse as mudanças na

---

<sup>56</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 20.

<sup>57</sup> FALCON, Gustavo. **Do reformismo à luta armada: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)**. Salvador: EDUFBA: Versal, 2008. p. 135.

política interna. O PCB seguia a lógica de uma grande unidade contra o fascismo, mas a burguesia brasileira não estava disposta a dividir espaço institucional com um partido comunista. Mesmo que este defendesse uma visão conciliadora na luta de classes. Gorender relata que o PCB seguia se orientando por uma grande unidade nacional contra o fascismo, adotando uma linha pacifista.

Conquistada uma situação de legalidade em 1945, excepcional em sua trajetória histórica, o PCB se iluiu pela aparente concórdia internacional reinante no breve lapso entre a derrota do Eixo nazifascista e a deflagração da Guerra Fria. Continuou a se orientar pelo enfoque da união nacional contra o fascismo, sem perceber as alterações na disposição das forças de classe dentro do País. No cargo de secretário-geral, Luís Carlos Prestes gozava do auge do prestígio biográfico. Cem mil pessoas reuniam-se para ouvi-lo no Largo da Carioca ou no Vale do Anhangabaú (note-se que as populações do Rio e de São Paulo apenas se aproximavam dos dois milhões àquela altura). Prestes e os principais dirigentes saídos da Conferência da Mantiqueira (Diógenes de Arruda, Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois) se entregaram à pregação de um trivial pacifismo. Acreditavam nos bons propósitos da burguesia nacional, então chamada de “progressista”, e recomendavam aos trabalhadores o entendimento com os patrões em benefício do desenvolvimento da economia brasileira.

A burguesia “progressista” não se impressionou tanto por semelhante boa vontade quanto pelos êxitos eleitorais dos comunistas nas maiores cidades do País. Achou conveniente privar o PCB do oxigênio da legalidade. Recebeu inspiração dos acontecimentos internacionais, uma vez que as primeiras escaramuças da Guerra Fria tinham afastado os ministros comunistas dos governos da França e da Itália.<sup>58</sup>

As ilusões dos comunistas na burguesia nacional eram enormes. Mesmo diante do pedido de proscricção do partido na justiça, Prestes, secretário-geral, não acreditava que o registro do PCB poderia ser cassado. Porém, em maio de 1947, por três votos a dois, o partido é colocado na condição de ilegalidade e, em janeiro de 1948, era vez de os mandatos serem cassados. Apesar desse erro, não houve um levante da base e dos quadros contra a direção. Gorender atribui isso ao prestígio do secretário-geral. “Tão crasso erro de previsão não provocou reações críticas nas fileiras do PCB, tal a dimensão do prestígio do secretário-geral.”<sup>59</sup>

Diante da nova situação, o partido migrou do pacifismo para o radicalismo revolucionário expresso no conhecido “Manifesto de Agosto de 1950”. O partido mais uma vez faz um zigue-zague na política, ratificado no Congresso de 1954. Ainda segundo Gorender, dessa vez o PCB colocava os grandes capitalistas brasileiros e os monopólios imperialistas no mesmo plano. Mas, no que se refere ao caráter da revolução, permanecia a visão etapista. No que diz respeito ao governo, o partido mantém a mesma caracterização

---

<sup>58</sup> Ibidem, p. 20-21.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 21.

sobre o governo de Getúlio que tinha do governo Dutra e defendia sua derrubada. Podemos ver tal análise em Sales: “Chama a atenção que o partido continuasse a classificar o governo de traidor nacional como se não tivesse havido nenhuma mudança na passagem do governo do general Dutra para o de Getúlio Vargas (1951-1954).”<sup>60</sup>

Diante da crise de agosto de 1954, o PCB custa a romper com a paralisia e se localizar na nova situação política. O partido, assim como a direita udenista, defende a deposição de Vargas. Quando resolvem fazer uma inflexão, ela é incompleta e tardia. Ficando, assim, confuso para os próprios militantes, que têm reações distintas diante da situação e também não amenizam reações violentas dos getulistas contra o PCB em alguns lugares.<sup>61</sup>

É relevante ressaltar que, apesar da linha equivocada nesse período, o partido foi capaz de construir ações em frentes com demais setores do movimento social. A volta à participação em lutas sindicais unitárias e na campanha “O petróleo é nosso” são importantes exemplos.

Em 1956, os relatórios de Krushov apresentados no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) abalam as estruturas do PCB. As notícias de parte dos crimes de Stalin caíram como uma bomba no partido. Muitos quadros deixam a organização, alguns importantes, como Agildo Barata, dentre outros.

A direção do PCB, tendo Prestes à frente, se coloca ao lado de Moscou e defende a linha aprovada no XX Congresso. Por outro lado, importantes dirigentes, como João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois iniciam uma dura luta política que vai dar origem ao PCdoB, reunindo cerca de uma centena de militantes. Na prática, essa fração dissidente defendia algo como uma espécie de ortodoxia estalinista contra os que eles chamavam de revisionistas, que compunham a maioria do Comitê Central.

A “Declaração política de 1958”, em consonância com a linha da Internacional Comunista, marca mais um giro do PCB. Dessa vez para a consolidação de uma perspectiva pacifista, de colaboração de classe, apontando que, devido ao não desenvolvimento pleno do capitalismo no país, a revolução não poderia ser diretamente socialista.

As modificações na arena internacional criam condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países.<sup>62</sup>

<sup>60</sup> SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a referência da revolução cubana**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 16.

<sup>61</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 22.

<sup>62</sup> PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Comitê central. Declaração sobre a política do PCB. **A Voz Operária**, mar. 1958. Disponível em: <https://bit.ly/3cydZHM>. Acesso em: 28 ago. 2019.

Mais adiante, o documento é mais enfático quanto à possibilidade de um caminho pacífico para as transformações e afirma que:

Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade.<sup>63</sup>

A declaração também reforça a estratégia etapista da revolução e exalta a democratização da vida política no Brasil, como afirmou Gorender em seus estudos sobre o tema.<sup>64</sup>

É curioso atentar para a atuação de Mário Alves e Jacob Gorender nesse período. No PCB, como em outras organizações estalinistas, em momentos de polêmica, muitas vezes os divergentes eram afastados da direção. Dessa vez não foi diferente. O próprio Gorender reconhece ao dizer que o centro da direção pediu a colaboração dele e de Mario para operar sua linha. “Dias recorreu a nós, Mario e a mim, para redigir o documento justificador das alterações na direção”.<sup>65</sup> Assim, Diógenes Arruda, Maurício Grabois e João Amazonas foram afastados da Comissão Executiva. Gorender reconhece, inclusive, que a saída desses quadros da direção teria sido fundamental para aprovar a nova linha *política*. O próprio documento aprovado no congresso de 1958 foi escrito por uma equipe da qual os dois, Alves e Gorender, faziam parte a mando de Prestes e à revelia do Comitê Central.<sup>66</sup> Esses dois militantes mais tarde vão rever sua posição e fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que defenderá a luta armada contra a ditadura implementada a partir de 1964 e uma revolução com caráter popular como transição ao socialismo.

No ano de 1961, em uma manobra tática, o partido tentou demonstrar para as autoridades e para o conjunto da classe dominante que não era um partido subordinado à Internacional Comunista. Para isso, muda seu estatuto. Entre as mudanças estão a retirada de referências à concepção leninista de organização e a mudança de nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. Dessa forma, esperava conseguir de volta a legalidade. Ou seja, mais uma vez o partido acredita no caráter democrático da burguesia nacional.

---

<sup>63</sup> Ibidem

<sup>64</sup> Ibidem.

<sup>65</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 29.

<sup>66</sup> Ibidem.

Durante o governo Jango, o partido não só apoiava o presidente, mas também confiava neste. Tal confiança, na realidade, refletia uma adaptação ao regime democrático-burguês e a certeza na capacidade revolucionária de setores da burguesia nacional. Acreditava na força do governo para impedir o golpe.

O fato é que o PCB estava desarmado em todos os sentidos diante do golpe empresarial-militar, e isso abriu uma profunda crise. O partido, desde os primeiros momentos do golpe, sofreu com a perseguição. Muitos de seus quadros não sabiam o que fazer, ficando expostos e sob risco. O PCB tinha perdido muito de sua concepção conspirativa. Marighella, por exemplo, foi perseguido pela polícia no bairro carioca da Tijuca em plena luz do dia – sendo baleado ao se refugiar em um cinema, onde resiste à prisão. As cadernetas de Prestes são encontradas pela polícia e muitas informações vão parar nas mãos da repressão.

Em começos de 1964, quando cheguei em São Paulo vindo de Goiânia, soube do salve-se quem puder das primeiras horas após a vitória do golpe. No dia 31 de março, muitos militantes acorreram às sedes do PCB e ali recebiam a orientação de se manterem em calma. Deviam aguardar o pronunciamento do general Amaury Kruehl, comandante do II Exército, que ia acabar com o golpe. À noite, o general anunciou sua adesão ao movimento contra o governo constitucional. Adesão importante do ponto de vista, também permitiu o posicionamento claro do governador Ademar de Barros. Os militantes do PCB recordavam com indignação as palavras levianas de Prestes na festa do Pacaembu, quando ameaçou as cabeças dos golpistas.<sup>67</sup>

Os comunistas ainda recuperavam o fôlego quando ocorreu a notícia de que companheiros haviam sido presos pelo DOPS ou eram procurados para interrogatório a respeito de documentos encontrados na residência de Prestes. Começava o famoso episódio das cadernetas. Sobre esse ocorrido, Gorender descreve uma característica da personalidade do secretário-geral: Prestes, diante de seus erros pessoais, isentava-se de responsabilidade e a transferia a outro ou ao partido.<sup>68</sup>

O PCB, a partir do golpe, se atola numa luta política interna. As divergências chegavam a patamares que colocavam em risco a unidade do partido. O pacifismo, a confiança cega em setores da burguesia, a incapacidade de previsão do golpe, o despreparo em que o partido se viu diante da reação direitista e as polêmicas sobre o que fazer tomaram conta da principal organização da esquerda socialista à época.

---

<sup>67</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit., p. 85.

<sup>68</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit.

Contudo, a luta política já vinha se arrastando desde 1961 e se aprofunda com o golpe. Desde então começa a tomar contornos de luta política organizada, envolvendo quadros fundamentais, como afirma Sales:

As divergências de Carlos Marighella com a direção do PCB remontam pelo menos a 1961, no momento da renúncia de Jânio Quadros, mas só se tornaram públicas com a crise que tomou conta do partido após o golpe de 1964 e com a crescente oposição que Marighella e outros dirigentes passaram a adotar ante a direção partidária. A insatisfação veio a público com a elaboração, em maio de 1964, do primeiro pronunciamento partidário após o golpe, intitulado de “Esquema para discussão”. O documento refletia o ponto de vista de Mário Alves, Jover Telles, Jacob Gorender, Giocondo Dias, Orlando Bonfim e Marighella. Entre outras coisas, o “Esquema para discussão” afirmava que a causa da derrota diante dos golpistas estava no fato de o PCB ter incorrido em grave “desvio de direita”, na medida em que alimentara ilusões a respeito do alcance das reformas de base por meio pacífico, acreditando na aliança com a burguesia nacional e “conciliando objetivamente com um governo burguês”, não tendo, assim, preparado as massas para resistir ao golpe.<sup>69</sup>

Apesar dessa polêmica, exposta no documento “Esquema para discussão”, e do entendimento de que havia um desvio direitista, na reunião do Comitê Central do partido as conclusões tomam outro rumo, e a tese aprovada aponta no sentido de que o erro teria sido um desvio esquerdista. Como mais uma vez afirma Sales:

Em maio de 1965, ocorreu a primeira reunião do Comitê Central após a chegada dos militares ao poder. Nela, diferentemente do que afirmava o *Esquema para discussão*, prevaleceu a ideia de que o problema residia em um “desvio de esquerda” que o partido havia adotado, na medida em que haveria abandonado a bandeira da legalidade nas mãos dos inimigos e superestimado o nível de enraizamento e coesão das forças democráticas. Em suma, a linha política que havia sido traçada no V Congresso deveria ser salva, pois apenas havia sido mal aplicada na conjuntura que antecedeu o golpe.<sup>70</sup>

Como orientação política para combater o golpe, a direção do PCB insistia na busca de uma aliança com os setores da burguesia nacional que estavam na oposição e na constituição de uma frente ampla a partir de acordos de cúpula, insistindo na chamada via pacífica. Em algumas regionais, como em São Paulo, a desmoralização da direção era enorme. Na conferência estadual do partido, as teses da direção foram rechaçadas, e Marighella teve uma vitória esmagadora com a conquista de 90% dos delegados. Situação parecida ocorreu no Rio Grande do Sul e no estado do Rio de Janeiro, como afirma Gorender.<sup>71</sup>

Diante das derrotas, a Comissão Executiva não aceita o resultado e, se valendo das condições impostas pela clandestinidade, resolve intervir nas direções rebeldes, aprofundando

<sup>69</sup> SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**, op. cit., p. 56.

<sup>70</sup> Ibidem.

<sup>71</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit., p. 90-91.

ainda mais a crise. Na reunião do Comitê Central seguinte a essas barbaridades, as tensões aumentam e a direção, na figura de seu dirigente máximo, perpetra verdadeiras ameaças, visando impedir maiores defecções, como está relatado por Gorender:

A reunião seguinte do Comitê Central, em setembro, foi a última à qual compareci. Guardo recordação indelével de um trecho da intervenção de Prestes: os companheiros dissidentes – falou o secretário-geral – cuspiam no prato em que comiam, porque atacavam a direção que pagava o sustento deles e de suas famílias. A chantagem não ia abalar nenhum dissidente já exposto ao sol e chuva, mas transmitia o recado aos vacilantes. Afinal, como se arranjaría, sem a magra ajuda que Giocondo Dias lhe destinava, um operário beirando os cinquenta anos, clandestino e procurado pela polícia? Um deles me disse que acompanharia os dissidentes, se não carregasse a obrigação do sustento da família.<sup>72</sup>

Daí em diante, é imposta aos divergentes uma série de sanções que vão até a expulsão. A partir de então, a luta interna ganha outros contornos: a necessidade de construir outra organização e aderir à luta armada ganha muitos quadros dirigentes e setores do partido, em especial na juventude, efetivando-se algumas rupturas importantes. Dissidências de juventudes surgem em vários estados; além disso, duas grandes rupturas são geradas no interior da luta política da direção: a Ação Libertadora Nacional (ALN) de Marighella e Câmara Ferreira e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) de Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender. Além disso, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) ganha muitos quadros da juventude na dissidência universitária da Guanabara. O PCB atravessa a ditadura firme na sua linha pacifista, apesar de duramente perseguido, mantendo seus postos no movimento sindical organizado até a década de 1980, quando o surgimento do novo sindicalismo, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) constroem uma nova hegemonia nos movimentos sociais.

## 1.2 As organizações da esquerda socialista não estalinistas antes do golpe

Mesmo antes dos rachas pós-Golpe de 1964, já existiam organizações comunistas que divergiam do PCB. Essas divergências estavam ligadas a uma questão estratégica: o caráter da revolução no Brasil. Notadamente os trotskistas e a ORM-POLOP já se constituíam como

---

<sup>72</sup> Ibidem, p. 92.

oposição às teses do PCB no movimento comunista brasileiro. Entretanto, não vamos aqui desenvolver a história dessas organizações, mas demarcar suas diferenças com PCB.

### 1.2.1 Os trotskistas

Os trotskistas estão ligados à corrente histórica do movimento operário mundial fundada e influenciada pelo revolucionário russo Lev Davidovich Bronstein, conhecido como Leon Trotsky. Foram importantes não por sua inserção no movimento dos trabalhadores, pois foi pequena, mas pelas suas posições políticas, que, ao longo de anos, foi um contraponto à interpretação estalinista da realidade nacional e sua consequente política de conciliação de classes.

Pequena expressão política e social. Julgamentos desse tipo mais de uma vez foram emitidos para justificar a exclusão das organizações trotskistas como objeto de estudo para uma história da esquerda no Brasil. É inegável que essas organizações, desde suas origens, no final dos anos 1920, sempre se caracterizaram por seus reduzidos efetivos. Em contrapartida, estes pequenos agrupamentos, que umas poucas vezes conseguiram uma audiência de massa, possuíam uma capacidade de interpretação da luta de classes na sociedade brasileira que lhes permitia observar e enunciar realidades que escapavam a outras organizações políticas contemporâneas, capacidade essa que, inegavelmente, já ao seu tempo deitou raízes na história do movimento operário.<sup>73</sup>

No Brasil, a história da corrente trotskista está ligada ao convencimento de alguns quadros pelos argumentos fundamentais que dão corpo à Oposição de Esquerda dentro da Internacional Comunista (IC) no fim da década de 1920.

Fundamentalmente, haverá três pontos críticos no movimento comunista internacional que darão consistência à formação da Oposição Internacional de Esquerda: A política do Comitê Anglo-Russo, a revolução chinesa, vinculada à teoria da “construção do socialismo em só país”. Esta, como vimos, definida por Stálin e subjacente, desde então, a todas as ações da Internacional Comunista e do Estado Soviético, partia da premissa de resolver as contradições entre o proletariado e o campesinato pelas forças internas da URSS, de modo a garantir ali a construção de uma sociedade plenamente socialista, com a simpatia e o apoio do proletariado dos outros países, sem a prévia necessidade de uma vitória da revolução proletária internacional, aspecto este até então incontroverso nas fileiras comunistas internacionais e russas.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> MARQUES NETO, José Castilho; KAREPOVS, Dainis. *Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930 – 1966)*. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. v. 6, p. 109.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 119.

Contra-pondo-se a isso, Trotsky apresenta a teoria da revolução permanente, concebida em 1906 e atualizada em 1930, diante do insucesso da linha da Internacional Comunista na China. Como colocam Neto e Karepovs, tal teoria afirmava que a burguesia já não era mais revolucionária e tinha se transformado numa força conservadora. Isso significava afirmar que a burguesia como classe social não mais realizaria as chamadas “tarefas democrático-burguesas”. O revolucionário russo explicita que, diante dessa situação, era o proletariado que teria essa tarefa.<sup>75</sup>

Na atualização feita em 1930, Trotsky examinou o desenvolvimento desigual e combinado dos países periféricos, que se manifestava em uma mesma formação social por intermédio de formas modernas e atrasadas. Ele afirma que, nesses países, dada a incapacidade das suas burguesias de assumir um papel democrático e anti-imperialista, somente o proletariado poderia ter tal papel, à frente de uma revolução democrática logo transformada em revolução socialista, a qual, por sua vez, somente se poderia completar em escala planetária.<sup>76</sup>

Em relação ao Brasil, podemos dizer que os seguidores de Trotsky tiveram o mérito de, desde os anos 1930, contribuir de forma qualitativa na análise marxista sobre o Brasil. O texto “Esboço uma análise da situação econômica e social do Brasil”<sup>77</sup>, escrito no início da década de 1930, foi um marco nesse sentido. Nesse texto, Mario Pedrosa e Lívio Xavier identificam as origens da burguesia nacional, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e combatem as teses da revolução em etapas, cuja primeira fase era definida como democrático-burguesa.

A luta pela independência de classe, contra a caracterização de que o Brasil era um país feudal, ou semifeudal, e conseqüentemente a defesa por uma revolução diretamente socialista foram as marcas dessa tradição política. Tal oposição às teses estalinistas custou caro aos trotskistas, mas nutriu o movimento de firmeza teórica e ideológica.

Desde seu início, o movimento trotskista brasileiro sofreu com as crises que atingiram a IV Internacional, organização fundada para ser uma alternativa à III Internacional, dirigida por Stalin. Como é muito grande o número de grupos dentro do trotskismo, não pretendemos analisar nenhum especificamente, mas tão somente anunciar os pressupostos teóricos que diferenciam os trotskistas dos estalinistas.

No Brasil, os seguidores de Leon Trotsky criaram, em 1932, a Liga Comunista Internacionalista (LSI) e, em 1936, uma crise interna levou à saída de Mario Pedrosa, que

<sup>75</sup> Ibidem.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>77</sup> ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. **Na contracorrente da história**: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). São Paulo: Sundermann, 2015. p. 62-74.

funda o Partido Operário Leninista (POL). Uma ruptura no Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1937, tendo Hermínio Sachetta à frente e envolvendo alguns quadros, vai se fundir com o POL, dando início ao Partido Socialista Revolucionário (PSR), que acaba devido à crise da IV Internacional. Em 1953, sob influência do excêntrico dirigente argentino Juan R. Posadas, é fundado o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), como reflexo da reorganização do movimento trotskista em nível internacional. No decorrer das décadas de 1970 e 1980, surgem outros grupos trotskistas que ganham relevância e terão papel destacado na campanha da anistia, na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como: Convergência Socialista (CS), Democracia Socialista, O Trabalho e Causa Operária, entre outros.

### 1.2.2 POLOP – A busca por uma alternativa programática à esquerda

No carnaval de 1961, é fundada, na cidade de Jundiaí, interior do estado de São Paulo, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), fruto da fusão de alguns pequenos agrupamentos, como a Juventude do Partido Socialista Brasileiro, a Juventude Trabalhista, de Minas Gerais, a Juventude Socialista, da Guanabara, além de membros da Liga Socialista.

A nova organização procurou analisar o Brasil por uma ótica alheia ao esquema estalinista, hegemônico na esquerda naquele momento, tendo como algumas de suas referências teóricas Marx, Engels, Lenin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, Bukárin e alguns outros autores menos conhecidos, como Brandler e Talheimer.

Podemos afirmar que a grande contribuição da POLOP ao marxismo brasileiro se deu no campo da elaboração política e teórica. Depois de anos de hegemonia do PCB, que enfrentava somente uma pequena oposição dos diminutos grupos trotskistas, a POLOP chega para dar uma nova interpretação à realidade brasileira, pautando temas fundamentais que constituem as elaborações mais ricas do período acerca da situação brasileira. O estudo do grau do desenvolvimento do capitalismo, do papel de cada classe social e do caráter da revolução no Brasil foi fundamental para se entender o país.

O caráter da revolução brasileira foi a primeira grande polêmica que a POLOP protagonizou contra o PCB. A organização, que nascera em 1961, afirmava categoricamente que a revolução deveria ser socialista, enquanto o velho partido estalinista reafirmava a

revolução por etapas e o papel revolucionário da burguesia nacional. A origem da polêmica está ligada à avaliação da realidade do país.

Tais diferenças partiam de uma divergência de análise da realidade brasileira. Se, para o PCB, o desenvolvimento pleno do capitalismo e de suas contradições era impedido no Brasil pela presença do latifúndio e pela pressão imperialista, o que justificava a necessidade da etapa democrático-burguesa da revolução, para a POLOP o Brasil era um país plenamente capitalista, inserido na dinâmica da fase imperialista deste sistema, e, portanto, o ataque ao imperialismo só poderia ser consequente se empreendido numa perspectiva anticapitalista, o que conferiria à tarefa revolucionária um caráter socialista, desde a primeira hora.<sup>78</sup>

Uma melhor interpretação do patamar em que se encontrava o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e sua integração no contexto mundial foram importantes contribuições da POLOP nos estudos sobre o país. No “Programa socialista para o Brasil”, difundido em 1967, a POLOP afirmava o seguinte acerca do capitalismo brasileiro:

Assim também [atua] o imperialismo, que não penetra no Brasil contra os interesses do capitalismo interno; ao contrário, o capital nacional só se desenvolve integrando-se com o capital imperialista. Os choques entre eles – que também configuram uma relação de “cooperação antagônica” – não se sobrepõem ao interesse maior de explorar a mais-valia nacional. Daí que também as medidas anti-imperialistas radicais só possam destruir as bases do próprio regime no país. Quando o imperialismo tomou conta das regiões mais atrasadas do globo e as integrou no mundo capitalista na qualidade de regiões dependentes, ao mesmo tempo cortou suas possibilidades de repetir o processo de desenvolvimento trilhado pelas nações capitalistas avançada.<sup>79</sup>

A POLOP define o proletariado como sujeito social da revolução. No segundo número de *Política Operária* já se apresenta a proposta da Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Essa política foi imediatamente combatida pelo PCB em seu periódico *Novos Rumos*, como afirma Mattos.<sup>80</sup>

Outro debate fundamental para qualquer agrupamento revolucionário é a natureza da organização necessária para a revolução. Nesse sentido, a POLOP propunha a construção de um partido como a ferramenta que expressaria uma política classista. Isso porque, segundo a organização, não havia mais política independente por parte do PCB: “Em todos os debates

<sup>78</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2002. v. 6, p. 210.

<sup>79</sup> ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA. Programa socialista para o Brasil. 1967. Este e outros documentos da organização, assim como obras de referência teórica importantes para seus militantes podem ser encontrados no site do Centro de Estudos Victor Meyer. Disponível em: <https://bit.ly/2TxHUZp>. Acesso em: abr. 2017.

<sup>80</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista... Op. cit., p. 210.

realizados até agora, chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operária.”<sup>81</sup>

Na convocatória ao primeiro congresso da organização, sua direção afirma que:

Isso, para nós, já se tornou ponto pacífico e, quando chegamos a essas conclusões, não fizemos mais que concordar com o velho Engels, quando afirmou que “a nossa tática tem uma coisa em comum em todos os países modernos e em todas as circunstâncias: levar os operários à formação de um partido independente e oposto a todos os partidos da burguesia”.<sup>82</sup>

Na parte inicial do estatuto, que trata dos objetivos e da estrutura da organização, também fica explícita a sua definição como partido, expressa no artigo primeiro. Assim como há a reafirmação do internacionalismo proletário, só que sob uma ótica diferente dos PCs e de Moscou, segundo os quais havia uma relação de subalternidade entre a URSS e os partidos comunistas pelo resto do mundo.

Além disso, o documento reivindica a doutrina e o método elaborados por Marx, Engels e Lenin. Coloca-se nos marcos do internacionalismo proletário resguardando a igualdade entre os partidos revolucionários e propõe a ditadura do proletariado como instrumento de instauração do comunismo em todo o mundo. No segundo artigo do estatuto é possível destacar o caráter leninista da organização regida pelo centralismo democrático.<sup>83</sup>

Ao fazermos um balanço da corrente, podemos dizer que a POLOP foi a organização da esquerda socialista que, em sua época, conseguiu ter a melhor leitura da conjuntura e da realidade estrutural do Brasil. Por isso, foi capaz de apontar que a revolução desde seu princípio tinha que ser socialista e que defendeu o papel revolucionário do proletariado. A organização não teve nenhuma ilusão nas relações com setores da burguesia como teve o PCB. A POLOP foi ainda a organização que conseguiu antever o golpe empresarial-militar de 1º de abril de 1964, como afirma Gorender.<sup>84</sup>

---

<sup>81</sup> ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA. **Convocatória para o Primeiro Congresso**. [1961]. Este e outros documentos da organização, assim como obras de referência teórica importantes para seus militantes podem ser encontrados no site do Centro de Estudos Victor Meyer. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br>. Acesso em: abr. 2017.

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA. **Estatutos**. [196-]. Este e outros documentos da organização, assim como obras de referência teórica importantes para seus militantes podem ser encontrados no site do Centro de Estudos Victor Meyer. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br>. Acesso em: abr. 2017.

<sup>84</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 127.

Suas contribuições sobre o país até hoje servem de referência para debates, como é o caso de Ruy Mauro Marini, que elaborou notáveis análises sobre o capitalismo dependente no Brasil. Portanto, no campo da elaboração, não existe dúvida de sua relevância.

### 1.2.3 Ação Popular, do cristianismo ao maoísmo

A Ação Popular (AP) foi uma organização que nasceu entre membros da Juventude Universitária Católica (JUC). Esta, como afirma Sales, inicialmente visava apenas uma valorização da harmonia social ou tentar “reformular as consciências individuais para que uma ordem harmônica e justa imperasse no mundo, espelhada na vontade de Deus”.<sup>85</sup>

Com decorrer do tempo, mudanças importantes acontecem. A aproximação da Igreja das questões sociais e a vitória da Revolução Cubana trazem novas ideias, que começam a influenciar essa juventude católica. No Brasil, as reformas de base propostas no governo Jango polarizavam a sociedade e impactavam um setor da juventude.

A JUC, por ser uma organização de jovens, teve forte presença no movimento estudantil; já nos anos de 1950, tinha atuação destacada na União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1961, Aldo Arantes é eleito presidente da entidade estudantil nacional e, sob sua direção, a UNE participa da campanha da legalidade, da campanha pela reforma universitária e de várias outras lutas.

A Ação Popular foi criada entre 1962 e 1963, em três reuniões. A primeira reunião ocorreu em São Paulo, na qual aprovaram o “Estatuto ideológico”; na segunda, em Belo Horizonte, se escolheu o nome Ação Popular; e o terceiro encontro foi em Salvador, onde se deu o primeiro congresso da organização, que ratificou a estrutura delineada nesses três encontros. O texto aprovado, que serviu de orientação política da organização, foi chamado de “Documento base”. Esse texto não fazia referência ao cristianismo e defendia um socialismo diferente do praticado na URSS, com um viés social-democrata. Podemos dizer que, ao longo de sua história, a AP transitou entre o socialismo, a social-democracia e o humanismo.

---

<sup>85</sup> SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a referência da revolução cubana**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 23.

Após o golpe, a AP, assim como a maioria das organizações de esquerda, foi atraída cada vez mais pela linha *foquista* propagada pelos revolucionários cubanos. Segundo Gorender, em 1965, “já é taxativa a decisão da AP de tomar o caminho da luta armada”.<sup>86</sup>

No sentido de atender a essa demanda, a AP constitui uma comissão militar para ensinar a utilizar armas de fogo e explosivos. Gorender relata que um dirigente, por iniciativa própria, resolveu colocar em prática os ensinamentos militares e preparou um atentado contra o general Costa e Silva, que visitaria Recife. Ocorre que o avião que transportaria o militar sofreu uma pane e ele se deslocou de João Pessoa para a capital pernambucana de carro. A ação foi realizada, e em decorrência dela morreram o almirante Néelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Regis Carvalho e ficaram feridas outras 14 pessoas. Tal iniciativa causou grande polêmica dentro da direção da corrente, que reprova a ação, acaba com a comissão militar e inicia uma reflexão sobre sua relação com a direção cubana.<sup>87</sup>

Nesse processo de reflexão, inicia-se a atração pelo maoísmo e a estratégia da luta popular prolongada. Assim como o PCdoB, a AP se afasta da luta armada imediata, o que poupa a organização de ações de expropriações que geram repressão, e envia quadros pra China para receberem treinamento político e militar.

Gorender relata que, em 1968, a AP viveu uma intensa luta política interna e se dividiu. Um grupo liderado por Vinícius Caldeira Brant, o Rolando, formulou críticas à linha da AP, o que foi respondido com vigor pela direção nacional. Essa luta levou à ruptura, e a fração minoritária foi construir o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) junto com ex-militantes da POLOP e do PCB.<sup>88</sup>

Por outro lado, ainda segundo Gorender, o processo de consolidação da AP como uma organização maoísta leva a uma aproximação com o PCdoB. Em 1971, a AP se transforma em Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML) e apresenta a proposta de que organizações marxistas-leninistas perpetrassem um esforço no sentido de construir um partido novo proletário. Essa proposta é negada pelo PCdoB, pois a direção do partido identifica posições trotskistas – devido à determinação uniformizante fundamental do sistema imperialista mundial – e não concorda que se funde outro partido, afirmando que o PCdoB já é o partido revolucionário do Brasil. Só em 1973 o comitê central da AP-ML decide aderir ao PCdoB. Assim como os demais agrupamentos, é possível afirmar que essa organização nunca conseguiu de fato inserção na classe trabalhadora.

---

<sup>86</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit., p. 112.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 115.

### 1.3 As organizações oriundas do PCB na década de 1960

O PCB, ao longo dos anos 1960, sofreu várias rupturas. A primeira foi o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962, ainda como consequência da crise aberta no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Após o Golpe de 1964, nova crise se instaurou, e surgiram outras organizações, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

#### 1.3.1 Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi uma dissidência que nasceu como reflexo das crises abertas após a divulgação dos relatórios de Krushov no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A nova corrente surge reivindicando a defesa da “ortodoxia” estalinista e, ao se separar do Partido Comunista Brasileiro (PCB), procurou novas influências, como o Partido Comunista Chinês (PCCh) e, mais tarde, o Partido Comunista da Albânia. O novo partido originado pela ruptura com o PCB, apesar de não contar com um número expressivo de militantes, levou dirigentes importantes, como João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, entre outros, o que proporcionou condições para que se desenvolvesse ao longo do tempo.<sup>89</sup>

O XX Congresso do PCUS, realizado em 1956, é o ponto de partida para inúmeras crises que levaram ao rompimento de vários militantes com PCB. Nikita Krushov, secretário-geral, expõe para o mundo os crimes de Stalin. O discurso, que reconhecia a ocorrência de torturas, assassinatos, perseguições, etc. sob o regime estalinista, foi publicado no *The New York Times*. Tal fato levou à ruptura de muitos militantes com os partidos comunistas no mundo todo, e no Brasil não foi diferente. Entretanto, também houve aqueles que se mantiveram defendendo Stalin; neste sentido, o grupo que veio dar origem ao PCdoB se autodefinia como ortodoxos em luta contra o revisionismo de Prestes e a maioria do PCB.

---

<sup>89</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit., p. 33-34.

Na disputa pela orientação política do PCB, foi vencedora uma linha pacifista e de conciliação de classes, expressa pela “Declaração política de 1958”, que culminaria, dois anos depois, com a saída de João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, entre outros.

Além disso, em 1961, houve mudanças polêmicas na organização: o nome, que passaria de Partido Comunista do Brasil (PCB) para Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a retirada das referências ao marxismo-leninismo no estatuto. Assim, a direção do PCB acreditava construir condições para desmontar o discurso de que eram uma agremiação que estava sob ordem de Moscou, facilitando, então, a recuperação da legalidade junto ao TSE. Com isso, a ala divergente articula um documento conhecido como “Carta dos cem”, no qual afirma que o PCB abandonou o projeto de um ser partido revolucionário. A direção do PCB, acusando os opositoristas de serem uma fração antipartido, reage expulsando vários dirigentes, entre eles: Alzira Reis Grabois, Ângelo Aroyo, Ary Gonçalves, Calil Chade, Guido Enders, João Amazonas, José Duarte, Lincoln Cordeiro Oest, Maurício Grabois, Manoel Ferreira, Pedro Pomar e Valter Martins.<sup>90</sup>

Em 1962, os dissidentes convocam uma conferência para reorganizar o partido, e assim surge a nova organização, PCdoB, se autoproclamando o verdadeiro partido revolucionário do Brasil. Reconhecem as resoluções do PCB até o IV Congresso e se declaram o verdadeiro herdeiro do partido fundado em 1922. Fato curioso foi que os expulsos pela direção do PCB expulsam seus algozes em seu encontro, mesmo sendo de organizações diferentes. Pode até parecer cômico, mas lamentavelmente tal postura reflete que a intolerância com as diferenças é parte da tradição dos partidos comunistas. Triste herança que o estalinismo<sup>91</sup> deixou na esquerda mundial.

Poucos meses depois, acusados de organizarem uma fração, proibida pelos Estatutos, os principais responsáveis pela Carta dos 100 começaram a ser expulsos do Partido. As cabeças rolavam, mas os atingidos não admitiam a legalidade do ato. Convocaram uma Conferência Extraordinária, constituindo organização própria, e reivindicando as tradições, as datas comemorativas, as experiências e até mesmo as alianças internacionais do velho Partido fundado em 1922. E expulsaram os que os haviam expulsado, em manobra surpreendente, mas que faria escola. Estava fundado

<sup>90</sup> SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil-PCdoB**: propostas teóricas e prática política – 1962-1976. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2000. p. 65. Disponível em: <https://bit.ly/2PXZa7T>. Acesso em: 2 set. 2019.

<sup>91</sup> O chamado estalinismo é a doutrina implementada por Josef Stalin, que tinha como método a perseguição política, como teoria o “socialismo em só país” e como política a coexistência pacífica e a revolução por etapas. Essa doutrina se transformou na principal referência dos partidos comunistas no mundo. No Brasil, o PCB, seção oficial da III Internacional, defendia que, devido ao grau de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a burguesia nacional ainda teria um papel revolucionário. Subordinando, assim, os interesses do proletariado ao da classe inimiga. A essa fórmula se deu nome de etapismo, segundo a qual a revolução seria por etapas. Primeiro, a revolução deveria ser burguesa, sob direção da burguesia, e somente depois, socialista.

um novo Partido Comunista, embora seus dirigentes designassem o ato de fundação como momento de reorganização.<sup>92</sup>

Apesar de algumas divergências com a matriz, o novo partido não rompeu com a estratégia e seguiu defendendo a revolução por etapas. A revolução não seria socialista, e sim passaria por uma etapa democrático-burguesa, assim como postulava a organização de origem. Ou seja, a conciliação de classes persistiria como estratégia apesar da defesa da luta armada. Mesmo sob o impacto da Revolução Cubana, o novo partido se definiria pela adesão ao maoísmo; passando, assim, a defender a guerra popular prolongada. Um dos motivos para tal opção é que os chineses mantinham o exército guerrilheiro subordinado ao partido. No que diz respeito ao funcionamento, o PCdoB mantém uma estrutura igual ao PCB no IV Congresso.<sup>93</sup>

Em primeiro lugar, (o maoísmo) subordinou o fator militar ao fator político. O exército guerrilheiro devia estar sob a direção absoluta do partido comunista. O partido precede a guerrilha e esta não surge e desenvolve senão mediante o trabalho político entre os camponeses. A perspectiva devia ser, por isso, a da guerra popular prolongada. Em segundo lugar, a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção da revolução em duas etapas. Bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa da revolução antiimperialista e antifeudal.<sup>94</sup>

O novo partido consegue atrair para suas fileiras Jover Teles e um grupo de militantes do Rio de Janeiro fundadores do PCBR e, mais tarde, a Ação Popular (AP), organização de origem cristã que adere ao marxismo. Após o golpe empresarial-militar, o PCdoB começa a preparar a guerrilha rural, não praticando ações de guerrilha urbana. Sendo, por isso, menos atingido pela repressão nos anos iniciais da ditadura. O partido consegue estruturar seus militantes na região do Araguaia e iniciar a luta de guerrilha até o ano de 1974, quando, após dura investida das forças militares, a direção ordena a retirada.

Em dezembro de 1976, o partido é duramente atingido pela ditadura, perdendo parte sua direção, assassinada no episódio conhecido como Chacina da Lapa. Nessa reunião do Comitê Central, se faria o balanço da guerrilha do Araguaia após a derrota no sul do Pará. Desde sua fusão com a AP, o PCdoB passou a ter forte presença no meio estudantil, dirigindo a União Nacional dos Estudantes.

<sup>92</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 37.

<sup>93</sup> FARIA, Fabiano Godinho. **Ação, tradição e organização**: a evolução do conceito de Partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB (1962-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 65.

<sup>94</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit., p. 88.

### 1.3.2 ALN – A opção pela ação revolucionária

A Ação Libertadora Nacional (ALN) surgiu em 1967 e foi a mais importante ruptura sofrida pelo PCB no período pós-golpe. A organização nasceu sob a influência da Revolução Cubana, o aumento da repressão e a oposição à política pacifista do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esses elementos formaram um caldo explosivo na base do partido. Permitindo, assim, que Carlos Marighella e Câmara Ferreira conseguissem, ao serem expulsos, recrutar boa parte dos militantes comunistas em São Paulo, em especial entre os jovens, visto que, entre estes, a necessidade de fazer algo mais concreto contra a ditadura era latente.

A ALN expressava três debates fundamentais que dividiram águas na esquerda socialista do período. A saber: A forma de luta para derrubar a ditadura, o tipo de organização necessária para fazer a revolução e o caráter da revolução brasileira. Essas discussões refletem diferenças de fundo que efetivamente tornaram impossível a construção de um movimento centrípeto, prevalecendo a dispersão, além de expressar o grau de ruptura daqueles que saíram do Partido Comunista.

Apesar de o debate mais importante ser o caráter da revolução, sem dúvida, o que teve mais peso entre os militantes foi o método de luta. A negação do pacifismo pecebista e a opção pela guerrilha como forma de combater a ditadura e como caminho para se fazer a revolução ganhou corações e mentes. No documento “Questão de organização”, escrito por Marighella, isso fica explícito na parte que trata dos princípios da organização:

Para isso é necessário ter presente que os nossos princípios são os seguintes: [...] d. nossa atividade principal não é a construção de um partido, mas *desencadear a ação revolucionária*; [...] . o dever de todo revolucionário é *fazer a revolução* [...] l. não pedimos licença a ninguém para *praticar atos revolucionários*.<sup>95</sup>

Na concepção foquista, a guerrilha poderia começar do zero, sem a necessidade de relação com o movimento de massas. Uma ideia central dessa concepção é a de que a ação de uma vanguarda como exemplo a partir de um determinado território pode despertar a consciência revolucionária nas massas.

A ALN ficou marcada por ter a ação direta como uma prioridade, e isso refletiu na sua forma organizativa. Os quadros que, durante anos, estiveram construindo um partido como o

---

<sup>95</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Questão da organização**. 1968. Mimeografado. p. 6, grifos nossos.

PCB, com organismos hierarquizados e com uma direção que tinha, ou pretendia ter, controle das políticas e das ações do partido, agora caminhavam para outro tipo de organização.

A nova corrente negava o modelo leninista e o identificava com a burocracia pecebista, fazendo, assim, uma ruptura profunda com o partido de origem. Apesar de ser uma organização marcada pela existência de um líder quase mítico por sua trajetória política, o novo modelo era mais horizontal e atomizado. A organização marighellista preconizava que, para desencadear a guerrilha e as ações inerentes a essa forma de luta, era preciso agilidade; cuja existência não seria permitida por uma estrutura de partido marxista-leninista. Assim, a nova corrente, na prática, caminha para uma estrutura mais próxima a algo sob influência anarquista. Gorender define a concepção organizativa da ALN como grupista e anarco-militarista.<sup>96</sup> No texto “Questão da organização”, de 1968, Marighella coloca:

Nossa organização foi constituída para levar à prática uma linha revolucionária que tem como estratégia a guerrilha. Os princípios de tal organização não se confundem com os das organizações políticas de esquerda tradicionais no Brasil, cujo funcionamento se dá à base de reuniões para elaborar documentos, e vez por outra controlar tarefas mais ou menos burocráticas, ditadas pela cúpula, e que nunca se realizam.<sup>97</sup>

Essa autonomia tática, na qual cada grupo poderia fazer o que julgasse conveniente, pode ser percebida no caso do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, realizado pela ALN e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) na cidade do Rio de Janeiro. Sob o comando de Câmara Ferreira, a ação foi executada sem a autorização ou conhecimento de Marighella. Mesmo sendo uma ação de grande envergadura, a autonomia política prevaleceu. O próprio Marighella, ao fazer o balanço da ação, criticou o fato de não ter sido comunicado. Alegava que uma ação dessa monta precisaria ser de conhecimento da organização, pois necessitaria de medidas de segurança para o conjunto dos militantes. Ele, por exemplo, estava no Rio de Janeiro e poderia ter sido pego em uma *blitz* policial. Só que, no debate, o próprio Marighella foi obrigado a reconhecer a legitimidade da ação, afinal ela expressava nada mais que a concepção organizativa da ALN.

Como afirma Ridenti, várias das novas organizações guerrilheiras da época tinham um traço de antiteoricismo. E a ALN não era diferente. Marighella defendia que o

---

<sup>96</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit., p. 97.

<sup>97</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Questão da organização**, op. cit., p. 1.

desenvolvimento da organização viria da ação direta, ou seja, da ação revolucionária, e não de debates teóricos tão comuns na esquerda revolucionária.<sup>98</sup>

A ALN herdou do PCB a teoria da revolução em duas etapas. Destacando que a primeira etapa seria de libertação nacional e depois a etapa que levaria ao socialismo.<sup>99</sup> Entretanto, não se tratava de posições idênticas, pois a ALN não reconhecia na burguesia nacional capacidade de dirigir um processo revolucionário e dedicava ao proletariado esse papel dirigente; já o PCB defendia que, naquele momento, a burguesia era central no processo. Como afirma Ridenti, Marighella, ao fazer um primeiro balanço público do golpe, deixa explícito que o erro do PCB foi confiar à burguesia nacional o papel de liderança. Ele chega a afirmar que a burguesia é sempre débil e vacilante. Além disso, o velho dirigente propunha buscar juntar o maior número de forças sociais possíveis na luta pela libertação nacional.<sup>100</sup> Entre os setores tidos como aliados nessa etapa chamada democrática ou anticapitalista, temos a pequena burguesia, pequenos empresários nacionais e camponeses.

### 1.3.3 Da dissidência estudantil ao MR-8

A crise aberta no Partido Comunista Brasileiro (PCB) após o golpe foi gigantesca. Defecções individuais e rupturas de grupos se alastraram. O setor mais atingido foi a juventude do partido, que deu origem às chamadas dissidências universitárias. Pouco depois, esses agrupamentos viraram grupos guerrilheiros “autônomos” ou aderiram a alguma outra organização. Essas dissidências se formaram na Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara e Rio Grande do Sul. Os motivos da ruptura com o partidão têm origem no balanço da postura deste frente ao golpe, nos seus erros pré-golpe e na necessidade de uma ação concreta para além dos discursos e documentos. Assim, os jovens universitários comunistas tomam um rumo diferente do PCB.

A Dissidência da Guanabara foi um desses agrupamentos que ganhou destaque na vida política brasileira. Seja pela sua grande influência no movimento estudantil da capital ou pelo grupo guerrilheiro que vieram a formar, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) –

---

98 RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 41-42.

99 GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit., p. 97.

100 RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**, op. cit., p. 33.

nome dado em homenagem ao guerrilheiro Ernesto Che Guevara assassinado na Bolívia em 8 de outubro de 1967.

A Dissidência da Guanabara contava com figuras conhecidas pela sua atuação no movimento estudantil, como Vladimir Palmeira, Franklin Martins, Daniel Aarão Reis, Vera Sílvia Araújo Magalhães, Cid Benjamim, César Benjamim, entre outros. O grupo começou a se organizar como fração ainda em 1964, como afirma Izabel Priscila Pimentel da Silva.

Ainda em 1964, surgiu na Guanabara uma *fração*, reunindo militantes comunistas universitários, contrários aos rumos sugeridos pela direção do PCB. Segundo a definição proposta por Marcelo Ayres Camurça e Daniel Aarão Reis, o termo “fração”, no jargão comunista, refere-se a um “agrupamento, reunindo militantes de diferentes células, que se juntam para articular posições políticas, à revelia das direções estabelecidas”.

[...]Os *fracionistas* eram aqueles que não aceitavam as decisões das majorias e tentavam articular, por fora das instâncias autorizadas pelo estatuto partidário, determinadas atividades secretas. Como nos estatutos do “Partidão” as frações eram formalmente proibidas, o chamado *fracionismo* era considerado um grave “desvio”. No caso concreto, quando os estudantes comunistas começaram a organizar sua dissidência em relação ao PCB, o fizeram sob a forma de uma fração, *clandestina* aos olhos da direção partidária. Assim, só sabiam da existência dessa fração os militantes que nela estavam.<sup>101</sup>

Em meio ao aumento das lutas estudantis e sua radicalização a Dissidência Universitária da Guanabara se consolida como parte importante do movimento estudantil do estado e do Brasil. A luta contra a cobrança de mensalidades, contra as reformas propostas pelo governo e por liberdades democráticas marcaram esse momento. Em dezembro de 1968 é decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) fechando toda e qualquer forma de luta. Consequentemente a organização muda sua forma de atuar passando na luta armada e na clandestinidade.

Inserida no contexto marcado pelo refluxo do movimento estudantil e radicalização das lideranças, onde diversas organizações da esquerda brasileira optaram pelo recurso às armas, a Dissidência da Guanabara, que já defendia a perspectiva da luta armada, também adotou formas mais radicais de luta. Em fins de 1968, a DI-GB já se envolveu em ações armadas, mas seria em abril de 1969, por ocasião da realização (clandestina) de sua III Conferência, que os *dissidentes* cariocas se definiram enquanto “organização comunista empenhada na guerra revolucionária”<sup>16</sup> e adentraram, efetivamente, na guerrilha urbana.<sup>102</sup>

<sup>101</sup> SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. De estudantes a guerrilheiros: a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro e a luta armada no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. **Diálogos**, Rio de Janeiro, n. 5, 2011. p. 140-141.

<sup>102</sup> *Ibidem*. p.143.

Sob o impacto da revolução cubana a DI se transforma num grupo guerrilheiro e inicia várias ações. Já como MR-8 teve destaque o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick em parceria com a Ação Libertadora Nacional (ALN).<sup>103</sup>

Portanto, a ruptura como tantas outras vai se consolidar em torno de dois debates: a concepção de organização e a forma de luta. Sobre a forma de luta a pressão para que se passasse a ação era enorme. Os jovens estudantes foram ganhos pelo guerrilheirismo como método de luta. Embora afirmassem a necessidade de um partido leninista, o MR-8 se organizou como as demais correntes guerrilheiras com um setor armado, um setor de trabalho operário e outro que militava sobre as camadas médias. Na prática, era outro o modelo de organização.<sup>104</sup> Do ponto de vista programático, entendiam a incapacidade da burguesia nacional de fazer a revolução por suas relações com imperialismo e apontavam o caráter socialista.<sup>105</sup>

---

<sup>103</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit., p. 166.

<sup>104</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**, op. cit., p. 40.

<sup>105</sup> DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA. Linha política. abr. 1969. In: REIS, Daniel Aarão Reis; SÁ, Jair Ferreira de. (Comp.). **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda, 1961-1971**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 435-436.

## **2 DO PCB AO PCBR: A BUSCA PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL**

Neste capítulo analisaremos o processo de luta política dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que gerou a ruptura do grupo que deu origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a situação política do ano de 1968 e as linhas políticas fundamentais do PCBR em sua fundação. Para isso, priorizaremos a análise de dois textos do PCBR: o documento fundacional “Linha política do 1º Congresso do PCBR. Rio de Janeiro” e o “Pronunciamento do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia”. Acreditamos que esses dois textos demonstram os objetivos e o perfil da organização que estava sendo construída. Procuraremos aqui entender se o PCBR de fato é, como se propunha, uma reconstrução de um partido comunista no país pautado pela estratégia da revolução ou uma ruptura incompleta com a tradição estalinista do PCB.

Preliminarmente, é importante entender o que chamamos de estalinismo. Em nossa opinião, no período entre os anos de 1927 e 1953, foi construída uma tradição entre os comunistas no mundo a partir da experiência soviética. Josef Stalin liderou um regime político que tinha entre suas principais características: um partido único que se misturava com o Estado, uma forte burocracia, o culto à personalidade, uma linha de coexistência pacífica com o imperialismo, a visão etapista do processo revolucionário, a perseguição política a qualquer tipo de opositores.

Para a perseguição aos divergentes, o regime estalinista utilizava métodos de espionagem, infiltração, fraudes processuais, manobras políticas, torturas, exílios, prisão em campos de concentração e assassinatos dentro e fora das fronteiras da União Soviética. Isso também podia ser percebido em regimes como o chinês. Do ponto vista da orientação política aos partidos comunistas de vários países, teve centralidade a construção das frentes populares, uma aliança entre o proletariado e as burguesias nacionais, afirmando, assim, a estratégia da conciliação de classes.

Mesmo após a morte de Stalin, esses modos de operar e as linhas políticas gerais seguiram existindo dentro dos partidos comunistas. A divulgação de seus crimes não mudou qualitativamente as práticas nos partidos comunistas alinhados a Moscou. No PCB, podemos observar que o etapismo, a intolerância com as divergências políticas, as manobras e perseguições aos opositores, o culto à personalidade de Prestes, entre outras características, são extremamente arraigadas. Além disso, o partido brasileiro seguia de forma acrítica as

orientações do PCUS.

## 2.1 A luta dentro do PCB (1964-1967)

Durante o governo Jango, o PCB apoiou o presidente e manteve diálogo direto com seus representantes. Essa relação de certa forma refletia uma adaptação ao regime democrático-burguês e a confiança na capacidade revolucionária de setores da burguesia nacional. O partidão acreditou na força do governo e no chamado “dispositivo militar” do Jango para impedir o golpe.

O partido não estava preparado para enfrentar a nova situação, e muitos quadros ficaram vulneráveis diante da repressão. Os dias que sucederam o golpe expôs um quadro de total falta de orientação da organização para os militantes. Quadros foram presos, outros tiveram que improvisar fugas e esconderijos. Para piorar, a polícia encontrou uma série de anotações de Prestes que serviram como prova contra vários dirigentes.

Os comunistas ainda recuperavam o fôlego, quando ocorreu a notícia que companheiros foram presos pelo DOPS ou eram procurados para interrogatório a respeito de documentos encontrados na residência de Prestes. Começava o famoso episódio das cadernetas. Como em todos os casos de erros pessoal e intransferível, Prestes *lançou a culpa* sobre anônimo ferroviário, que supostamente esqueceu de retirar as cadernetas, ao proceder a limpeza da casa. *Isenta de responsabilidade e não faz autocrítica* em depoimento que enganosamente se anuncia autocríticas.<sup>106</sup>

A nova realidade e a situação do partido para enfrentá-la abriu um duro debate dentro das fileiras pecebistas. A direção se divide em dois blocos: a maioria, comandada por Prestes, e a minoria, que contava com a participação de quadros de destaque como Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Teles, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, entre outros.

Em pauta, além do balanço da linha política do partido, despontaram temas profundos como as estratégias e táticas para revolução. E mais à frente surgiria também o tema concepção de partido. O embate final teria no VI Congresso seu momento decisivo. O bloco dissidente começava a ganhar espaço na base das regionais e avançar na disputa interna.

Diante disso, a maioria do Comitê Central começa uma série de manobras e perseguições para garantir a sua vitória no congresso. Cassação de delegados, punição de

---

<sup>106</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit., p. 85, grifos nossos.

dirigentes e intervenções em regionais viram armas da luta política contra a minoria. Diante dessa situação, os dissidentes veem a necessidade de avaliar o que fazer. Entretanto, a oposição interna também tinha muitas divergências entre si.

Apolônio de Carvalho, em seu livro *Vale a pena sonhar*, relatou que houve encontros dos opositoristas com o objetivo de organizar a luta política para disputar do VI Congresso do PCB previsto para ocorrer no fim do ano de 1967.<sup>107</sup> Mas, apesar de estarem juntos na crítica à maioria do Comitê Central do PCB, eles não chegaram a um acordo sobre qual saída propor. Nesse ambiente de árdua disputa política somada à postura tirânica da direção do PCB, articulou-se uma reunião na cidade de Niterói, com cerca de trinta militantes representando estados como Minas Gerais, Pernambuco, Guanabara, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, como descreveu Gorender.<sup>108</sup>

Nessa reunião, o debate político consolidou a fragmentação, e dela saíram militantes para o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul. Dentre os principais quadros que romperam com o PCB, Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho resolveram fundar o PCBR, enquanto Marighella e Câmara Ferreira optaram por construir a ALN – aprofundando, assim, a dispersão da esquerda revolucionária brasileira.

## 2.2 Atmosfera 68

O ano de 1968 foi um marco na história. Momento em que a juventude e os trabalhadores em várias partes do mundo se organizaram em movimentos de contestação. Apesar da Guerra Fria, protestos surgiam por todos os lados: na França, nos Estados Unidos da América, no Leste Europeu e na América Latina explodiam manifestações e movimentos de resistências contra os variados *status quo*.

O “maio francês” marcou a unidade operária e estudantil que tomou as ruas de Paris soprando pelo mundo um grito de rebeldia. A luta contra a Guerra do Vietnã e pelos direitos civis agitou os Estados Unidos da América. Na Tchecoslováquia, a Primavera de Praga enfrentou o autoritarismo estalinista. No Brasil, as manifestações estudantis, as greves dos

---

<sup>107</sup> CARVALHO, Apolônio de. **Vale a pena sonhar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 197-198.

<sup>108</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit., p. 101.

operários de Osasco e de Contagem, a morte de Edson Luís e a resposta ditatorial com a decretação do Ato Institucional nº 5 marcaram a conjuntura.

O ano de 1968 foi um momento de importantes lutas operárias. Como nos relata Gorender<sup>109</sup>, em 16 de abril de 1968, trabalhadores da siderúrgica Belgo Mineira, em Contagem, paralisaram suas atividades, se reuniram na sede do sindicato e em pouco tempo já eram mais de 16 mil grevistas. A potência da greve forçou o governo a negociar e conquistou um abono de 10%. Esse fato animou outros setores e, já no evento de Primeiro de Maio, realizado na Praça da Sé, grupos de esquerda, armados com pedras, paus, etc., escorraçam o governador Abreu Sodré e os pelegos que o acompanhavam no palco do ato em comemoração ao Dia do Trabalhador.

Como reflexo dessa situação, os metalúrgicos de Osasco também vão à luta. No dia 16 de julho, inicia-se a greve com a ocupação da COBRASMA, que se espalhou para algumas outras empresas. Só que, dessa vez, o governo não se dispôs a negociar, e a repressão se fez presente, prendendo cerca de quinhentos trabalhadores e intervindo no sindicato – que havia sido a única entidade representativa de trabalhadores a conseguir eleger e empossar a oposição desde o Golpe de 1964. Fato importante desses processos de mobilização foi a presença de organizações que defendiam a luta armada, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA), como afirma Gorender.<sup>110</sup>

Mesmo com a União Nacional dos Estudantes (UNE) na ilegalidade, o movimento estudantil brasileiro, assim como a juventude em outras partes do mundo, também vivia um momento de enfrentamento contra as medidas do governo. As lutas por mais verbas e melhores condições de educação formavam uma vanguarda juvenil muito atuante. Em março de 1968, o estudante Edson Luís foi assassinado por um militar no restaurante Calabouço, lugar onde estudantes secundaristas e universitários de baixa renda se alimentavam, causando uma comoção nacional. Ato pelo país se multiplicaram, cujo ápice foi a famosa Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro.

É nessa atmosfera que, em abril de 1968, em um sítio na Serra da Mantiqueira, um grupo de militantes oriundos do PCB opta pela reconstrução partidária, fundando o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.<sup>111</sup>

---

<sup>109</sup> Ibidem, p. 143-144.

<sup>110</sup> Ibidem.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 102.

Essa disposição de luta trazia esperança aos revolucionários. Parte das influências desses movimentos se refletiram na nova organização que, mesmo na diante da ditadura, preservava seu otimismo e tentou, em seu documento de fundação, incorporar uma tradição histórica entre os comunistas e ao mesmo tempo absorver o novo, como veremos adiante na análise das posições expressas na fundação do grupo.

Mas 1968 não foram só lutas, greves e grandes passeatas. Foi um ano com contradições profundas, que gerou, a partir do quarto final do ano, sérias consequências para esquerda. Exemplo disso foi a queda do 30º Congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968, quando 739 universitários foram presos. Entre eles, estavam as principais lideranças do movimento estudantil.<sup>112</sup>

Além disso, em 13 de dezembro de 1968, a ditadura empresarial-militar aprofundava seu caráter repressivo com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), suspendendo toda e qualquer garantia individual. Instaurou-se um desequilíbrio exacerbado entre os poderes.

Desse ponto de vista, o AI-5 não se limita a desencadear um novo conjunto de medidas repressivas, ele também amplia as atribuições e prerrogativas da Presidência da República, com cada vez mais autonomia, embora relativa, em face às forças sociais em presença, exacerbando a supremacia do Executivo sobre os demais poderes.<sup>113</sup>

A ditadura, desde seu início, praticava violações contra os direitos humanos e perseguia seus opositores. Mas, com o AI-5, houve a legalização de todo tipo de arbitrariedades, e perseguições, ameaças, torturas, assassinatos passaram a estar autorizados pelo regime. Nas prisões e nos centros de torturas clandestinos, todo tipo de sevícias físicas eram praticadas. O assassinato em seções de tortura e as execuções viraram, na prática, uma sentença de morte extraoficial e algo muito comum.

---

<sup>112</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>113</sup> MACIEL, David; DEMIER, Felipe. O Regime da Espada: o Ato Institucional nº 5 e a consolidação do *cesarismo militar* no Brasil. In: BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe (Org.). **Meio século de 1968: barricadas, história e política**. Rio de Janeiro: Mauad, 2018. p. 115.

### 2.3 A reconstrução partidária: seus primeiros momentos e os alicerces fundacionais do PCBR

Como já dissemos, entre os dias 11 e 12 de abril de 1968, num sítio na serra fluminense, se reuniu a assembleia fundadora do PCBR. Na ocasião, estiveram presentes cerca de 25 pessoas, entre ex-membros do Comitê Central do PCB e delegados de base.<sup>114</sup> Nesse encontro, foi apresentado o documento chamado “Linha política”, redigido por Mário Alves, que definiu as posições da nova organização sobre uma série de temas, como situação do capitalismo brasileiro, caráter da revolução no país, método e táticas de luta e concepção de partido.

Segundo Gorender, o partido tinha uma pequena base em São Paulo, onde a militância comunista insatisfeita aderiu em grande número à corrente marighellista. No atual estado do Rio de Janeiro, o PCBR tinha influência entre estudantes, marítimos, bancários, estivadores, portuários, ferroviários, jornalistas e publicitários. Também eram fortes no Nordeste. Em Pernambuco, por exemplo, chegaram a ganhar o congresso da União Estadual dos Estudantes. E, no Paraná, conseguiram a adesão de um quadro comunista chamado Manoel Jacinto Correia.<sup>115</sup>

Desde sua fundação, o PCBR se deparou com lutas políticas internas que já anunciavam uma possível ruptura. Jover Teles, eleito para direção do partido, segundo Gorender, já estava acertado com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e aliciava militantes do PCBR para mudar de organização.<sup>116</sup>

Segundo Apolônio de Carvalho, logo após o seu surgimento, o PCBR sofre dois baques que dificultam seu desenvolvimento. O primeiro foi a saída de Jover Teles para o PCdoB, e o segundo foi a defecção da base universitária de Niterói, acompanhada pelas células de operários da construção naval, que rumam à construção do primeiro Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).<sup>117</sup>

A realidade já demonstrava as barreiras para a construção de um partido revolucionário clandestino. Além de enfrentar a ditadura e as dificuldades da situação política, era necessário enfrentar a luta fracional dentro da esquerda comunista. Mas isso não

---

<sup>114</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 102.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>117</sup> CARVALHO, Apolônio de. **Vale a pena sonhar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 201.

desanimou os que ficaram no PCBR, que seguiram em frente com seu projeto. Adiante, vamos analisar as bases políticas e de concepção do novo partido.

#### 2.4 O caráter da revolução brasileira

O texto, “Linha política”, aprovado na fundação do PCBR, inicia-se pelo debate acerca do caráter da revolução brasileira,<sup>118</sup> debate que dividia os comunistas naquele período. Nas primeiras linhas, o texto expressa o debate acumulado pelos fundadores da organização, afirmando que entendiam a estrutura econômica do Brasil como essencialmente capitalista, mas que não consideram a economia capitalista brasileira plenamente desenvolvida. Pois, apesar de reconhecerem o surgimento, nas últimas décadas, de uma indústria integrada de bens de consumo e meios de produção, o crescimento do mercado interno e um processo relativo de urbanização, o fato de existir a dominação imperialista e o monopólio do latifúndio impediria o desenvolvimento econômico. Apresentavam também que, no campo, há uma combinação entre o avanço da mão de obra assalariada no centro-sul e relações de trabalho semifeudais e semiescravistas nos latifúndios das outras regiões. Alertam que, pelas características da formação histórica e da estrutura do capitalismo no país, a burguesia nacional é subordinada ao imperialismo e intimamente ligada ao latifúndio. Sendo, assim, incapaz de cumprir um papel revolucionário.

Reconhecem que pode ocorrer contradições entre setores da burguesia nacional e o imperialismo, mas que, devido à condição de dependência, ela sempre procurará um acordo. Avaliam que a burguesia teme que a luta antilatifúndio e anti-imperialista desperte no proletariado a gana de ultrapassar os limites dos interesses burgueses. Para o PCBR, a contradição central é entre burguesia e proletariado, diferentemente das organizações que veem como central a contradição entre a nossa nação e o imperialismo.

Essa caracterização contribui para a definição do caráter da revolução brasileira. Não se trataria, então, de uma luta de libertação nacional na qual a burguesia seria protagonista. Não seria possível uma revolução democrático-burguesa.

---

<sup>118</sup> PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. **Linha política**. Rio de Janeiro, abr. 1968. Documento aprovado no 1º Congresso do PCBR. p. 2-9.

O desenvolvimento capitalista não é capaz, portanto, de libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio, da opressão e do atraso; e a burguesia – portadora das relações de produção capitalista – não é uma força revolucionária. Nestas condições, a revolução brasileira não pode ser democrático-burguesa, que tenha como objetivo a formação de um Estado nacional burguês e a expansão do capitalismo.<sup>119</sup>

Eles apostam na formulação de uma revolução popular como caminho para o socialismo.

O desenvolvimento econômico e social do Brasil só poderá ser impulsionado por uma revolução popular, capaz de derrubar o poder da minoria latifundiária e burguesa, libertar completamente o país do domínio imperialista, eliminar o latifúndio e realizar uma reforma radical na estrutura agrária, abrindo deste modo o caminho para o socialismo.<sup>120</sup>

Neste sentido, foi colocado como condição para o êxito da revolução que o proletariado industrial tivesse papel dirigente numa firme aliança com trabalhadores do campo e apoiado por outros setores da sociedade.

Em primeiro lugar, só poderá ser consequente se nela o papel dirigente for desempenhado pelo proletariado, apoiado nos camponeses e outras forças populares [...] A fim de realizar essas tarefas históricas, a revolução brasileira deverá mobilizar o imenso potencial revolucionário representado pelos operários industriais, que estão chamados a desempenhar o papel dirigente como a classe mais interessada na transformação radical da sociedade; pelos assalariados agrícolas, que sofrem brutal exploração nos latifúndios; pelas massas camponesas sem-terra ou com pouco terra; composta por meeiros, arrendatários, sitiantes, agregados, posseiros, etc., cujas reivindicações só podem ser atendidas efetivamente por uma reforma agrária radical; pelos estudantes e intelectuais, cujas aspirações de liberdade e progresso se chocam com a realidade de opressão e atraso do país; pelas camadas médias da população – empregados no comércio e nos bancos, servidores públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes, artesãos, etc., que, apesar de sua instabilidade característica, são em sua maioria oprimidas pelo atual regime.<sup>121</sup>

Outro elemento fundamental são as tarefas apresentadas, entre as quais se destacam que a classe operária deve exercer o poder acompanhado das forças revolucionárias e destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês latifundiário, substituindo-o por um governo popular revolucionário.

No programa, constam propostas como: a) a dissolução das Forças Armadas e de todo aparelho repressivo, sendo este substituído pelas forças militares populares que surgiriam no processo revolucionário; b) nacionalização das empresas pertencentes ou associadas ao capital monopolista estrangeiro com anulação de todos os contratos lesivos aos interesses nacionais; c) reforma agrária radical que elimine o latifúndio e possibilite o desenvolvimento da

---

<sup>119</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 5-6.

agricultura e eleve as condições de vida dos trabalhadores do campo. Formação de fazendas coletivas que alavanquem a produção de alimentos; d) planificação da economia e controle do comércio exterior pelo Estado revolucionário; e) reforma radical no sistema educacional no sentido de dar acesso para a grande massa do povo à educação e à cultura; f) garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas trabalhadoras e populares, assegurando-lhes real condição de participação nos órgãos de poder; g) política exterior independente, baseada na igualdade de direitos entre os países, na soberania nacional e no apoio às lutas de libertação dos povos. Solidariedade irrestrita às revoluções da América Latina.<sup>122</sup>

Em toda essa parte do programa, podemos observar o resgaste de critérios do “marxismo-leninismo”, como a independência de classe, o proletariado como sujeito social da revolução, a planificação da economia e o internacionalismo proletário. É importante analisarmos qual o sentido que toma esse programa. Ao compararmos com a concepção e com os pontos mais estratégicos do PCB, e até mesmo de organizações como a ALN, que é fruto do mesmo processo de crise do partidão, perceberemos que o grau de ruptura é muito grande.

Parece-nos que o PCBR era, naquele período, uma organização realmente em transformação. Apresentava uma ruptura mais profunda com o estalinismo sem embarcar totalmente no foquismo que embalava quase toda esquerda latino-americana e definia o Brasil como um país capitalista dependente subordinado ao imperialismo, cuja burguesia era ligada ao latifúndio.

O programa partiu da caracterização do Brasil como país capitalista dependente, subordinado ao sistema imperialista mundial. Aliada aos latifundiários e associada ao capital estrangeiro, a burguesia nacional era carente de qualquer potencial revolucionário. Eventualmente, certos setores dela podiam originar oposições nacionalistas e reformistas, em geral muito tímidas.<sup>123</sup>

A organização classificava a burguesia nacional como incapaz de fazer uma revolução burguesa. E afirmava o antagonismo central entre proletariado e burguesia, e não entre nação e imperialismo.

Ao propor um “governo popular-revolucionário”, a análise da ALN aproximava-se daquela de outra grande dissidência do PCB, o PCBR, que na sua Linha Política de abril de 1968 declarava que “o objetivo fundamental da revolução brasileira é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um Governo Popular Revolucionário...”. Indo um pouco além da ALN, o PCBR já colocava que a “Revolução Popular” teria que, no mesmo processo, “seguir

<sup>122</sup> Ibidem, p. 6-7.

<sup>123</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 101.

o caminho socialista de desenvolvimento e converter-se em Revolução Socialista”. Para o PCBR, “a contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia ocupa, neste processo, um lugar fundamental”, ao passo que a ALN privilegiava o “antagonismo” entre nação e imperialismo. Entretanto, vê-se que o PCBR tampouco se identificava com as propostas de revolução socialista sem mediações, projetando inicialmente um “governo popular” que desse “condições para a passagem às transformações socialistas”.<sup>124</sup>

É importante destacar que o PCBR não foi pioneiro nesses questionamentos à linha do PCB. Grupos trotskistas e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) já eram críticos à linha do partido.

A POLOP, por exemplo, apresentava uma dura crítica à visão que o PCB tinha do Brasil, e este foi um dos temas centrais nas elaborações da organização. A oposição à teoria da revolução democrática antifeudal em aliança com a burguesia, defendida pelo PCB, e a defesa do caráter socialista da revolução era um dos alicerces estratégicos da POLOP. Essa diferença tinha como base a caracterização do grau de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O grupo articulou-se em torno de uma crítica ao diagnóstico do PCB sobre a realidade brasileira, centrado nas perspectivas dos limites estruturais – latifúndio e imperialismo – que obstaculizavam o desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil, e, conseqüentemente, à proposta de revolução por etapas – principiada pela revolução democrático-burguesa – defendida pelos comunistas. Em contraposição, afirmavam a caracterização já plenamente capitalista da realidade econômico-social brasileira e propunham, em decorrência que o caráter da revolução no Brasil fosse necessariamente, desde seu início, socialista.<sup>125</sup>

Para Marcelo Badaró Mattos, a POLOP já analisava que o Brasil era plenamente capitalista e integrado a esse sistema. Isso faz que o caráter da revolução seja necessariamente socialista desde o início.<sup>126</sup>

O PCBR, sendo uma organização oriunda do PCB, tem o mérito de buscar pautar a independência de classe ao defender uma revolução popular, da maioria explorada, dirigida pelo proletariado sem aliança com a classe inimiga. Buscou um programa transicional que levasse ao socialismo, no entanto, secundarizaram a consideração sobre a correlação de forças e o nível de consciência das massas.

<sup>124</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 34.

<sup>125</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. v. 6, p. 198.

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 210.

## 2.5 O internacionalismo do PCBR

O PCBR tinha a compreensão da necessidade de derrotar o imperialismo e fomentar revoluções em outras partes do mundo. No texto fundacional, dedica 7 das 28 páginas ao ponto “A revolução brasileira e a situação mundial”. Logo no primeiro parágrafo, afirma que:

A luta revolucionária do povo brasileiro insere-se numa época histórica caracterizada sobretudo pela passagem do capitalismo ao socialismo, em escala mundial, e pelo movimento de libertação dos povos oprimidos contra o imperialismo. As contradições mais importantes do mundo contemporâneo são entre o sistema socialista e o sistema imperialista, entre o proletariado e a burguesia nos países capitalistas, entre nações oprimidas e o imperialismo, entre diversos países imperialistas – estão profundamente entrelaçadas e influem umas sobre as outras, gerando o agravamento sem precedentes da crise geral do capitalismo.<sup>127</sup>

Se faz mais evidente a importância do internacionalismo quando o programa diz: “g) política exterior independente, baseada na igualdade de direitos entre os países, na soberania nacional e no apoio às lutas de libertação dos povos. Solidariedade irrestrita às revoluções da América Latina”.<sup>128</sup> Ou seja, o projeto revolucionário iria pra além das fronteiras nacionais. Algo muito progressivo na tradição marxista que tinha se perdido com a vitória do estalinismo na URSS.

A organização identifica que o elo frágil da cadeia imperialista estava na Ásia, África e América Latina, que, por isso, tinham maior potencial revolucionário, demonstrado pelas vitórias na China, Coreia, Cuba e Argélia e também pelas lutas que se desenvolviam em outros países dessas regiões.<sup>129</sup>

O PCBR era crítico à política reformista do PCUS, que afetou o movimento comunista no mundo; adotou uma postura de independência diante das grandes referências do comunismo no mundo, como a URSS, China e Cuba; e se diferenciou categoricamente da linha pacifista que surgiu após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

No movimento comunista internacional acentuaram-se graves divergências internas, desenvolvendo-se a luta para livrá-lo das concepções oportunistas, reformistas e revisionistas predominantes em suas fileiras nos últimos anos. Estas concepções materializaram-se, entre outras, em teses como do “caminho pacífico” da revolução, a da “vitória da revolução através de reformas de estrutura”, e da “possibilidade de conquistar-se um mundo sem armas e sem guerras, mesmo existindo o

<sup>127</sup> PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. **Linha política do 1º Congresso do PCBR.** Rio de Janeiro, abr. 1968. Documento aprovado no 1º Congresso do PCBR. p. 9.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 6-7.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 10.

imperialismo”, etc., em teses surgidas a partir da realização do XX Congresso do PCUS e que afetaram profundamente o movimento comunista.<sup>130</sup>

Segundo Gorender, por meio um texto de Mário Alves publicado no *Jornal do Brasil*, uma réplica a um texto do PCdoB, o PCBR afirma que os revolucionários têm obrigação de ser solidários aos países socialistas, mas é necessário manter a independência política.<sup>131</sup>

Essa independência fica evidente no documento “Pronunciamento do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia”, no qual podemos constatar as críticas frontais ao estalinismo. Em algumas passagens desse texto, o período em que a União Soviética foi dirigida por Stalin e pelos governos posteriores são apontados como marcados pela ruptura com o “marxismo-leninismo”. Já no primeiro parágrafo do texto, isso fica explícito:

1 – A invasão da Tchecoslováquia por cinco países do Pacto de Varsóvia, liderados pela União Soviética, é um ato de agressão que atenta contra os princípios do marxismo-leninismo e viola as relações de independência e igualdade entre os Estados socialistas.<sup>132</sup>

Mais à frente, o PCBR caracteriza os dirigentes do bloco soviético como uma burocracia. Ou seja, uma degeneração do processo revolucionário.

Na realidade, a violação da soberania do povo tchecoslovaco foi ditada apenas pelos interesses do grupo dirigente burocrático da URSS e de outros países. A intervenção foi feita para garantir o poder aos elementos que haviam sido aliados do governo e serviam de instrumentos servis ao governo soviético. Ao determinarem a ocupação da Tchecoslováquia, estes revelam, mais uma vez, sua concepção “chauvinista” de grande potência, alheia ao marxismo-leninismo.<sup>133</sup>

Apesar de identificar no processo tchecoslovaco elementos de revisionismo e fazer questão de apontá-los no intuito de se diferenciarem de outras correntes que tinham posicionamento diverso, em nenhum momento a organização coaduna com a ação soviética de invadir a Tchecoslováquia. Isso fica evidente neste trecho da declaração do PCBR: “A condenação veemente a esta ação agressiva não implica em qualquer solidariedade às tendências revisionistas e anti-socialistas que realmente grassam na Tchecoslováquia.”<sup>134</sup>

<sup>130</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>131</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 104.

<sup>132</sup> PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. **Pronunciamento do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia**. [Rio de Janeiro, 1968].

<sup>133</sup> Ibidem.

<sup>134</sup> Ibidem

Ao apontar como explicação para essa postura do governo soviético erros herdados do período de Stalin, o documento não só condena tal herança, como aponta os governos pós-Stalin como uma continuidade do momento anterior. Essa análise é uma expressão importante da reflexão desses comunistas.

Os acontecimentos da Tchecoslováquia tem sua raiz e sua causa profunda nas desfigurações do marxismo-leninismo praticado pelos dirigentes soviéticos, quer se trate dos desvios dogmáticos e burocráticos herdados da época de Stálin – e conservados, no essencial, pela equipe de Brejnev e Kosiguin – quer das concepções revisionistas e oportunistas vigentes a partir do XX Congresso do PCUS.<sup>135</sup>

Já o PCB, nas palavras de Gorender, lançou uma nota pública na qual qualificou o processo de democratização da Tchecoslováquia de contrarrevolucionário, dizendo ser necessária a intervenção militar naquele país.<sup>136</sup>

Ainda no documento fundacional, o PCBR expõe como entende as relações que devem nortear os partidos comunistas nesse terreno:

A política leninista de coexistência entre os Estados de regimes sociais diferentes é necessária para a construção do socialismo e para desmascarar a política agressiva do imperialismo. Entretanto, esta política só é correta quando implica uma aguda luta de classes no plano internacional, abrangendo os terrenos econômico, político e ideológico e não pode ser reduzida a uma simples competição econômica ou a relações de amizade e cooperação entre países capitalistas e socialistas. A coexistência não pode, muito menos, ser aplicada às relações entre países opressores e países oprimidos, ou entre as classes exploradoras e as classes exploradas. Seria uma capitulação vergonhosa ante o imperialismo exigir em nome da defesa da paz ou da coexistência pacífica, que os povos oprimidos cessem ou atenuem sua luta revolucionária, a pretexto de que as guerras locais possam conduzir a uma guerra mundial. Para os povos oprimidos, a forma principal de defender a paz é travar a luta armada revolucionária contra o imperialismo, como faz atualmente o heroico povo do Vietnã.<sup>137</sup>

A nova corrente política compreende a ofensiva imperialista na América Latina e aponta que povos de vários países da região optam pela guerra de guerrilha para resistir. Saúda a Revolução Cubana como um exemplo a ser seguido e a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) como um polo aglutinador dos que se opõem à estratégia imperialista para o subcontinente. Entretanto, sustenta a necessidade de se respeitar as peculiaridades de cada país na elaboração de sua linha revolucionária.

---

<sup>135</sup> Ibidem

<sup>136</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 105.

<sup>137</sup> PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. **Linha política**. Rio de Janeiro, abr. 1968. Documento aprovado no 1º Congresso do PCBR. p 13-14.

Essas reflexões são muito importantes para identificarmos que tipo de organização estava sendo construída, já que o internacionalismo e a postura das organizações comunistas diante do tema era um divisor de águas no movimento comunista da época.

## 2.6 As formas de lutas propostas pelo partido

O documento fundacional defendia várias formas de luta, mas todas se hierarquizariam pela luta armada, pois esta seria a única capaz de levar a cabo o avanço do processo revolucionário. Se o imperialismo e a burguesia sempre lançam mão de métodos violentos para manter seu controle sobre a região, então a violência revolucionária é uma necessidade, é o método a ser utilizado para derrotá-los.

A tomada de poder pelas forças revolucionárias e a destruição do aparelho de Estado burguês-latifundiário só podem ser realizadas através da luta armada. Em vista do emprego sistemático da violência pela maioria dominante e da agressividade do imperialismo ianque na América Latina, a vitória da revolução popular não pode ser conquistada por meio de uma revolução pacífica, da via eleitoral, ou do jogo político convencional.<sup>138</sup>

A organização alerta ainda que, no Brasil, sempre que o povo consegue organizar uma luta que ameace os interesses da classe dominante, há o uso da força para derrotar a população. A história do Brasil é marcada por muita violência da classe dominante contra os subalternos. Ou seja, reafirmam que não é possível avançar na luta pelos direitos dos trabalhadores dentro da democracia burguesa, pois ela é uma farsa.

Sempre que o povo brasileiro utiliza as liberdades constitucionais em sua luta e ameaça os privilégios das classes dominantes, ocorre um golpe militar que implanta uma ditadura reacionária, suprime os direitos democráticos e impede a manifestação da vontade popular por meios legais ou pacíficos. “A democracia representativa” não passa, pois, de uma farsa que serve para mascarar o regime reacionário e o jugo imperialista.<sup>139</sup>

Nem por isso, renega a possibilidade de combinar vários tipos de luta, legais e ilegais. O PCBR reconhece que é parte do arsenal tático dos revolucionários aproveitar todas as brechas deixadas pelo regime para buscar se fortalecer e impulsionar as lutas. No entanto,

<sup>138</sup> PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. Linha política. Documento aprovado no 1º Congresso do PCBR. Rio de Janeiro, abr. 1968. p. 15.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 15-16.

tudo estaria subordinado à estratégia da luta armada, pois as forças reacionárias se utilizam da violência extrema para defender seus interesses.

A acumulação de forças e a mobilização das massas exigem a combinação das formas legais e ilegais de luta e de organização. Obviamente, os revolucionários não podem limitar-se aos marcos das leis impostas pelo regime reacionário. Devem dotar as organizações revolucionárias de uma sólida estrutura clandestina, preparando-se para uma luta árdua e prolongada, assim como lançar mão de todas as formas de ação que impulsionem o avanço da revolução, ainda que contrariem a “legalidade” dominante. Entretanto, a necessidade de ligação com as massas impõe a utilização de todos os meios legais de luta, de propaganda e de organização, que forem viáveis nas condições da ditadura. Cumpre participar dos sindicatos e de outras organizações de massas, mesmo que se achem sob o controle reacionário; realizar movimentos reivindicatórios e campanhas políticas, com apoio nas possibilidades legais existentes; aproveitar ao máximo os meios de divulgação legais.<sup>140</sup>

O partido defendia a importância do trabalho junto ao movimento de massas (sindical, estudantil, popular e entre os trabalhadores rurais e camponeses), entretanto, na sua orientação, privilegiavam a atuação nas bases das indústrias e comissões de local de trabalho. Estabelece, em seu texto fundacional, que a revolução deveria se apoiar nos setores mais pauperizados. Nas lutas da classe operária, dos assalariados do campo, dos camponeses pobres.

O documento de fundação expressa que, apesar de a luta revolucionária no Brasil precisar mobilizar grandes massas, naquele momento a tarefa central era construir o núcleo fundacional do exército revolucionário. A guerra de guerrilha teria como terreno inicial prioritariamente o campo, combinando com ações de autodefesa e propaganda nas cidades através da guerrilha urbana. O partido acreditava que essa forma de luta poderia despertar a consciência na classe trabalhadora através de ações exemplares.

Pode ser que existisse certa influência do maoísmo<sup>141</sup> no que propunha o PCBR, apesar de nunca ter aderido a tal corrente, já que esta defendia uma revolução popular e que a luta armada teria como centro o campo, com um exército como braço armado do partido. Mas opino que o que preponderou foi a referência no processo da Revolução Cubana, que impactou profundamente a esquerda revolucionária do continente.

As guerrilhas atuarão como detonadoras de movimento insurrecional, fustigando e desmoralizando as forças armadas de reação, galvanizando a consciência popular, acirrando todas as contradições do regime reacionário. Através de uma luta difícil e prolongada, chegará o momento em que a guerra popular abrangerá novas e extensas

---

<sup>140</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>141</sup> Maoísmo é uma das linhas de pensamento do marxismo referenciada no líder da Revolução Chinesa Mao Tsé-Tung.

regiões, envolverá as populações das cidades e se alastrará por todo o país, destruindo os fundamentos do poder latifundiário-burguês.<sup>142</sup>  
[...]

A tarefa fundamental e imediata do movimento revolucionário no Brasil, consiste, portanto, em organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada, a partir da guerra de guerrilhas. A essa tarefa devem ser consagrados os esforços e os recursos principais das forças revolucionárias e do Partido. O primeiro passo é a criação, sob a direção do Partido, do comando unificado político-militar, que deverá dirigir o movimento armado.

Colocar a luta armada, sob a forma de guerra de guerrilhas, como tarefa principal, não exclui – mas, pelo contrário, acentua – a necessidade de impulsionar o movimento de massas nas cidades e no campo.<sup>143</sup>

O PCBR defende a formação de uma frente única. Aponta que a mobilização das massas é uma necessidade, e que, para que ela ocorra, propõe a unidade das forças populares. Mas, dentro dessa linha, renega os acordos de cúpula e aposta na ação direta pra lutar. Essa repulsa ao chamado acordo de cúpula ou de direções nos parece reflexo da negação das experiências protagonizada pelas direções do partidão. A nova organização defende a importância que a direção política do movimento esteja com a esquerda.

A mobilização do povo contra a ditadura e o imperialismo exige a unidade das forças populares. A frente única popular, que se há de forjar no fogo da própria luta, incluirá operários industriais, trabalhadores agrícolas e camponeses, estudantes e intelectuais, setores das classes médias, grupos religiosos progressistas, elementos das forças armadas, etc. Esta frente única será realizada através das ações de massas e da luta armada, e não por meio de conchavos de cúpula. Por seu conteúdo social, deverá representar a grande maioria da nação, excluindo a burguesia e os latifundiários que constituem a minoria reacionária dominante. Mas só poderá ser consequente se tiver por base um sólido núcleo de forças de esquerda.<sup>144</sup>

Desde a fundação, o PCBR define como tarefa do partido lutar pela preservação da independência de classe dos trabalhadores em todos os terrenos: político, ideológico e organizativo. Pois somente assim o proletariado conseguiria cumprir papel dirigente do processo revolucionário. Aponta para a necessidade de um programa que consiga combinar e fazer a ponte entre as necessidades objetivas do proletariado e a luta política pelo poder. Para que isso se desenvolva, é fundamental a criação de organizações de massa nas fábricas, fazendas, escolas, etc.

---

<sup>142</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 17-18.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 18-19.

Outro ponto fundamental do texto aprovado no congresso de fundação é a conclusão de que a luta tem por objetivo um governo de transição ao socialismo, e não o reestabelecimento de uma democracia de fachada, como era classificado o regime anterior ao golpe.

Ao lutarmos contra a ditadura, devemos colocar como objetivo a conquista de um governo popular revolucionário, e não a chamada “redemocratização” ou a volta a um regime reacionário sob a capa democrático-representativa, como o existente antes do golpe de abril. A luta pelas liberdades democráticas de grande importância na situação atual, não significa um fim em si, mas um meio para aglutinar forças contra a ditadura, criar condições mais favoráveis à ação das massas e obter a vitória dos objetivos revolucionários.<sup>145</sup>

Ao definir como objetivo a luta pela derrubada da ditadura como uma luta pela construção de um governo transicional para o socialismo, e ao ter como critério a independência de classe e a luta guerrilheira como método prioritário de intervenção, o PCBR renega a construção de uma frente ampla e apoio ao MDB. Tinham em seu radar a possibilidade de um processo de restituição de uma democracia liberal como uma manobra da burguesia. Essas definições são reflexos de uma avaliação equivocada da correlação de forças entre as classes e da situação do governo.

No curso da luta, devemos estar preparados para a possibilidade de substituição da ditadura por outro governo que se revista de uma fachada democrático-representativa, mas exclua o povo do poder político e defenda os privilégios da reação e do imperialismo. Em vista do crescente desgaste do governo ditatorial, as classes dominantes podem antecipar-se à ação revolucionária das massas, substituindo-o por outro governo reacionário com uma roupagem constitucional.<sup>146</sup>

A organização considerava que os setores liberais e progressistas da burguesia nacional não poderiam alavancar uma luta consequente contra o regime e que os revolucionários deveriam desmascará-los implacavelmente, evitando, assim, qualquer confusão no seio da classe trabalhadora.

---

<sup>145</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>146</sup> Ibidem.

## 2.7 O partido e sua concepção

No que toca à concepção de partido, é fundamental preliminarmente apontar um parâmetro do que seria um partido leninista. Pierre Broué, em seu livro *O partido bolchevique*, afirma que, para Lenin, o partido, para ser capaz de confrontar as forças repressivas da Rússia do início do século passado, deveria ser uma organização muito disciplinada e centralizada. Deveria saber combinar a atuação clandestina e aproveitar as brechas para atuação legal. É o partido dos militantes com dedicação profissional que tem no centro de suas vidas a construção da revolução. Uma organização “concebida como ‘a ponta de lança da revolução’, como o estado-maior e a vanguarda da classe operária”.<sup>147</sup>

É muito importante destacar que a flexibilidade tática de Lenin em tentar aproveitar todas as oportunidades se enfrentava com qualquer tipo de capitulação no sentido de só se atuar nos limites da lei.

Que fazer? Insiste na absoluta necessidade de organizar o partido de forma clandestina, fazendo disto uma condição indispensável para sua existência. No entanto, tais apontamentos não excluem a possibilidade de uma ação e de uma propaganda legais se isto for permitido pelas circunstâncias históricas. Portanto, uma vez que a revolução de 1905 deu aos operários a liberdade de organização e aos partidos políticos, inclusive aos socialistas, a liberdade de expressão, os bolcheviques não vacilaram em aproveitar-se deste fato. Lenin também considera como “liquidacionista” a concepção de alguns mencheviques que aceitam os limites impostos à sua ação pelo inimigo de classe, resignando-se a não fazer propaganda ou a não desenvolver outras atividades que não as legais. Afinal, a lei limita a atividade dos partidos, e se ela concede aos revolucionários uma liberdade de ação e expressão relativas, o faz apenas para melhor preservar aquilo que é mais essencial para a manutenção de sua dominação.<sup>148</sup>

O título da parte do texto “Linha política”, que trata desse aspecto, deixa claro sua referência: “O Partido de vanguarda Marxista-Leninista”. Nessa parte, se vê de forma bem explícita que os militantes do PCBR pretendiam reconstruir o partido comunista no Brasil. Inclusive a palavra “reconstrução” aparece várias vezes. Isso implica o reconhecimento da existência, em um momento anterior, de um partido nos moldes que defendiam. Além disso, apresentam a existência do partido como condição para a revolução dirigida pela classe operária.

<sup>147</sup> BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014. p. 33.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 48.

A classe operária brasileira só poderá desempenhar o papel dirigente no processo da revolução se tiver à sua frente um partido de vanguarda, guiado pela teoria marxista-leninista e capaz de dirigir o movimento revolucionário de acordo com os interesses fundamentais do proletariado. Nestas condições, o que se coloca na ordem do dia é a reconstrução do partido da classe operária em todos os terrenos: ideológico, político e orgânico.<sup>149</sup>

Considerando que a existência do partido é uma condição para a revolução proletária, a construção do partido é uma tarefa do processo de construção da revolução. A razão de existir do partido é fazer a revolução. Portanto, ele deve ser construído no calor da luta revolucionária para a tomada do poder político no país. E, naquele momento, isso queria dizer se vincular à luta armada.

O caminho a seguir para a reconstrução do Partido é determinado pelas tarefas políticas colocadas ante a classe operária. A reconstrução do Partido precisa ser realizada em estreita vinculação com a preparação e o desenvolvimento da luta armada, em função da qual devemos colocar a política de organização, a mobilização de quadros e a distribuição de recursos materiais. Não há, portanto, contradição entre a construção do Partido e a organização da guerrilha e outros tipos de luta armada, desde que esta seja considerada a tarefa principal do Partido para a tomada de poder.<sup>150</sup>

O texto aponta que a construção da luta armada é a prioridade, só que, para ser vitoriosa, ela precisa estar vinculada ao movimento de massas da cidade e do campo. Sejam as lutas desses movimentos as mais elementares até as que balançam os governos de plantão.

Ao empreendermos a reconstrução do Partido, devemos ter em conta que a tarefa política principal – a luta armada – só poderá ter êxito se for entrelaçada com o movimento de massas na cidade e no campo. A ação do partido no seio da classe operária, dos camponeses e das camadas médias urbanas é de grande importância, não só para a ajuda direta às frentes guerrilheiras como para desencadear lutas de massas – desde as mais elementares até a forma superior, a luta armada – que abalem a estabilidade de regime e preparem a sua derrocada. Daí a necessidade da estruturação partidária nas fábricas e nas minas, nos transportes e vias de comunicação, nas fazendas, nos bancos, nas escolas e nos quartéis, nos bairros operários e populares.<sup>151</sup>

O texto aponta ainda que a tarefa da reconstrução ideológica do partido é muito importante devido ao fato de ideologias burguesas e de tendências do pensamento burocrático-conservador, que se expressam na subestimação do caminho armado para a revolução, terem penetrado na classe trabalhadora. Essa reconstrução se dá pelo retorno aos

---

<sup>149</sup> PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. **Linha política do 1º Congresso do PCBR.** Rio de Janeiro, abr. 1968. p. 23

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 23-24.

princípios do marxismo-leninismo. Alerta que esse retorno aos princípios não pode ser confundido com aplicação dogmática das teses gerais do marxismo à realidade brasileira. É fundamental um estudo das experiências revolucionárias no mundo, em especial nos países subdesenvolvidos, e desenvolver uma política adequada à realidade do Brasil. Parte dessa tarefa está no combate ao revisionismo e ao oportunismo – pressões que levam o movimento operário a se transformar em serviçal do nacionalismo burguês e o partido comunista em uma organização social-democrata. Além disso, para se levar adiante os princípios do partido revolucionário, é necessário considerar as especificidades da realidade brasileira, em meio a uma ditadura cruel que persegue duramente os opositores, combatendo, assim, também o sectarismo.

Outro elemento fundamental para a construção do partido é sua estruturação nas bases do movimento operário, camponês, popular e de juventude. Priorizando as grandes concentrações, o partido revolucionário deve ter um trabalho político ativo nesses setores. Combinando as regras da clandestinidade e as possibilidades de trabalho legal, deve captar para a organização os mais abnegados e firmes.

Para construirmos uma organização marxista-leninista combativa e revolucionária, precisamos, em primeiro lugar, criar bases atuantes nas empresas industriais e de transportes, nas fazendas e bairros operários, seguindo uma política de concentração nos setores fundamentais do proletariado e da massa camponesa. As organizações partidárias devem dominar as regras da vida clandestina – mas, ao mesmo tempo, combinar o trabalho ilegal com o trabalho legal, evitando que o cumprimento rigoroso das normas indispensáveis de segurança fechem o Partido dentro de si mesmo e o separem das massas. Sem afrouxar a vigilância contra a penetração de agentes do inimigo em nossas fileiras, é necessário recrutar para o Partido os melhores lutadores da classe operária e do povo, os mais conscientes, firmes e abnegados, cujas qualidades se revelem na própria luta.<sup>152</sup>

A filiação à concepção marxista-leninista de partido também é vista como condição para sobrevivência nas condições políticas que a luta de classe se apresenta no país, assim como o combate à condução burocrática do partido.

A estruturação do partido revolucionário da classe operária requer a aplicação acertada do princípio do centralismo democrático. É necessário assegurar o exercício da democracia interna e garantir, dentro das normas partidárias, o direito de divergir e a luta de opiniões, educando os militantes, ao mesmo tempo, no respeito às exigências da disciplina revolucionária consciente sem a qual o Partido não terá condições de atuar unido nem de resistir aos golpes do inimigo. Tem importância primordial, igualmente, a observância do princípio da direção coletiva, a qual exige o combate aos métodos mandonistas, caudilhescos e burocráticos. As condições de ilegalidade impõem, de outro lado, o máximo de estímulo à iniciativa das direções

---

<sup>152</sup> Ibidem, p. 24-25.

intermediárias e das bases, segundo uma política de descentralização que não deve afetar, no entanto, a unidade de orientação e o respeito às decisões dos órgãos centrais.<sup>153</sup>

O texto apresenta uma preocupação: apesar de haver uma grande unidade sobre a necessidade da ação direta, as forças revolucionárias no país estão dispersas em várias organizações. Identifica a evolução de vários elementos no sentido do marxismo-leninismo. Na busca por uma unificação estratégica, definem como primeiro passo a unidade na ação. A ação comum e o diálogo franco são apontados como fundamentais para essa aproximação.

Por fim, reafirma a necessidade de um partido firme ideologicamente, ligado ao internacionalismo proletário, mas independente em relação às grandes referências do mundo comunista. Elaborando, assim, um caminho mais adequado para a revolução brasileira, considerando suas características específicas.

## 2.8 A primeira direção nacional

Nos apoiando nos estudos de Renato da Silva Della Vechia<sup>154</sup> que, em sua dissertação de mestrado, nos informa que, apesar de o PCBR ter acabado com o cargo de secretário-geral, não abandonou a ideia da existência de uma tarefa com mais relevância dentro da direção. Com a extinção do cargo de secretário-geral, o secretário-político passou a ter papel mais destacado, se constituindo em um representante da organização.

Entre os membros identificados do primeiro Comitê Central do PCBR, Apolônio de Carvalho, eleito secretário-político, não se via em condições de assumir a tarefa. Julgava que, pela situação do partido, Mário Alves seria o mais indicado. Mas Alves, alegando problemas de saúde, não aceita, sendo eleito secretário de organização.<sup>155</sup> Jacob Gorender era o secretário de agitação e propaganda e Salatiel Teixeira Rolim, o responsável pelas finanças. Para a comissão política foram eleitos Miguel Batista, Jarbas Amorim e Manoel Jover Teles. Os demais membros eram Helena Boaventura Neto, Augusto Henrique Maria D'Aurelie, Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, Rômulo Araújo Lima, Armando Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque e Manoel Jacinto Correa.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>154</sup> VECHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 95-96.

<sup>155</sup> CARVALHO, Apolônio de. **Vale a pena sonhar**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 201.

## 2.9 Algumas conclusões sobre o caráter do PCBR

Neste capítulo, nos propusemos a analisar o processo de luta política dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que gerou a ruptura do grupo que deu origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a situação política do ano de 1968 e as linhas políticas fundamentais do PCBR em sua fundação.

Nessa reflexão inicial, tendemos a concluir que a luta política dentro do PCB foi profunda, pois já expressava uma divergência estratégica que ia para além dos métodos de luta, e foi marcada por manobras burocráticas que inviabilizaram a participação dos divergentes no congresso. Concordamos, assim, com Gorender quando este afirma que o PCB havia sofrido uma transformação qualitativa.<sup>156</sup>

A burocracia interna, apegada ao aparato partidário, não aceitava qualquer mudança que envolvesse autocrítica. Nesse sentido, a conclusão de que os erros do PCB eram esquerdistas, e não de adaptação à democracia burguesa é uma expressão desse processo. As ameaças a militantes profissionais que discordavam da linha, a cassação de dirigentes e a expulsão de outros são típicos elementos de acentuação do estalinismo no regime partidário. Não fora a primeira vez, pois o próprio Marighella, que dessa vez era vítima, tinha cumprido o papel de algoz contra a direção paulista do PCB na década de 1930.<sup>157</sup> Só que dessa vez a atuação da direção levou a um processo de fragmentação até então não visto nas fileiras do PCB.

Do ponto de vista político, as rupturas tiveram graus diferentes. Algumas organizações, como a ALN, seguiam ainda com a ideia de que a burguesia nacional faria parte de uma luta de libertação nacional. Ou seja, ela ainda teria um papel revolucionário, pois a contradição central estava entre a nação e o imperialismo. Já o PCBR, como dissemos, optou por entender que a revolução popular seria uma forma de transição ao socialismo. O fato de ser uma proposta transicional pode sugerir que não se tratava de uma ruptura profunda. Opinamos que é muito importante analisar essa definição combinada com o programa proposto. Assim, teremos a dimensão da ruptura com o PCB. A combinação do caráter da revolução como uma revolução popular somado ao programa constitui uma ruptura com o

---

<sup>156</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 92.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 161-170.

etapismo, pois as medidas apresentadas no programa são radicais e chegam a elementos fundamentais do sistema socialista, como a planificação da economia.

Do ponto de vista da concepção, a definição por um internacionalismo realmente independente, sem submissão aos interesses das grandes referências do campo comunista, e a opção pela reconstrução de um partido marxista-leninista regido pelo centralismo democrático são muito importantes. O PCBR pretendia combinar trabalho ilegal e legal. A opção pela luta armada deveria ser acompanhada pelo trabalho político em setores do proletariado. Confirmava-se, assim, que a nova organização se filiava ao chamado modelo bolchevique de partido.

Gorender classificou as definições do PCBR como ecléticas, pois essa posição de combinar a opção pela luta armada e a atuação no movimento de massas se tornou um problema para o partido. Gorender coloca que, apesar de apresentar claramente uma diferenciação do foquismo, a nova organização sofria fortes pressões, e esse tema seria objeto de luta política interna. Pois, naquele momento, o imediatismo da luta armada era uma tendência muito forte entre as organizações revolucionárias.<sup>158</sup>

Para analisar as pressões militaristas impostas às correntes que defendiam a luta armada para derrubar a ditadura, Ridenti dividiu as organizações em dois grupos: os militaristas, como a ALN, por exemplo, e os massistas, que defendiam um trabalho mais profundo junto ao movimento de massas em paralelo ao desenvolvimento das ações armadas, como o PCBR.<sup>159</sup>

Justamente por essa situação dentro da esquerda, achamos que levantar a bandeira da defesa do leninismo contra o pacifismo do PCB e o militarismo de outras organizações é tão importante e um marco para a caracterização do PCBR.

A defesa de uma revolução sem a presença da burguesia, apresentando um programa de ruptura com o capitalismo, a definição da classe do proletariado da cidade e do campo e as grandes massas exploradas como sujeito da revolução, e a construção de um partido marxista-leninista fazem do PCBR, na nossa opinião, uma organização comunista, revolucionária, que estava em um processo de transformação no sentido de se constituir como uma corrente antiestalinista.

---

<sup>158</sup> Ibidem, p. 13-104.

<sup>159</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 59.

### 3 ESTRUTURA, ATUAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PCBR NO RIO DE JANEIRO

#### 3.1 A forma organizativa nacional

Neste capítulo, vamos apresentar a estrutura organizativa nacional do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), assim como sua estrutura, atuação e composição no Rio de Janeiro. Como fontes, usaremos documentos dos órgãos de repressão, confrontando-os com depoimentos de ex-militantes da organização.

O partido se organizou da seguinte forma: Comitê Central, Secretariado, Comitê Executivo, Comitês Regionais, Comitês Zonais, organizações de base e uma estrutura paralela chamada Comitê Político Militar Nacional (CPMN) e regionais. Essa estrutura foi encontrada na leitura do relatório assinado pelo coronel Gustavo Adolpho Tufvesson no dia 6 de maio de 1970, que se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Fundo da Polícia Política,<sup>160</sup> e dos organogramas contidos no documento do Serviço Nacional de Informação (SNI) 215/ARJ/SNI/70. O documento do SNI 467/ARJ/970 também corrobora essa estrutura.

Em julho de 1968, foi realizada a primeira reunião do Comitê Central para fazer avaliação da situação política nacional diante das passeatas, greves e dificuldades enfrentadas pelo governo. Também foi debatida a reestruturação dos organismos do partido. Como resultante, do ponto de vista político-programático, o PCBR definiu a seguinte linha: aplicação de reformas profundas, visando a alienação do latifúndio em nossa economia rural, através de uma reforma agrária; a nacionalização de empresas estrangeiras e das grandes empresas nacionais a elas associadas; e garantia das liberdades democráticas. Identificavam essa política como parte de um programa patriótico avançado, apoiado na ação política das forças populares. Eram entendidas como forças populares: a classe operária, as massas camponesas, a intelectualidade, o funcionalismo público e a pequena burguesia em geral. Esse programa deveria estar associado às reivindicações populares de caráter econômico. E, para sua implementação, caberia usar todas as formas possíveis, legais, ilegais e semilegais.<sup>161</sup>

---

<sup>160</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo da Polícia Política. Nome / tema PCBR relatório, setor comunismo, notação 90, folhas 176/225.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 223.

Do ponto de vista organizativo, houve uma reestruturação do Comitê Central, a criação de organismos de direção regional e a criação do Comitê Político Militar Nacional (CPMN) – um organismo com funções paralelas à estrutura partidária.

O Comitê Político Militar Nacional (CPMN), por uma questão de segurança, era vinculado diretamente ao secretário-geral, Mário Alves, e tinha como principal tarefa a implementação das ações armadas. A esse organismo cabia: a formação de grupos de guerrilhas, a escolha dos locais de atuação, o planejamento de ações e a criação e orientação dos Comitês Políticos Militares Regionais (CPMR).

Como se percebe, o CPMN, de fato, é a principal instância de direção, já que o partido tem como definição o caminho armado para a tomada do poder. Além disso, o principal quadro, Mário Alves, estava diretamente vinculado a esse espaço decisório. A justificativa para tal forma organizativa estava vinculada a um debate sobre segurança, mas podia expressar também as pressões militaristas que começaram a se abater sobre a organização.

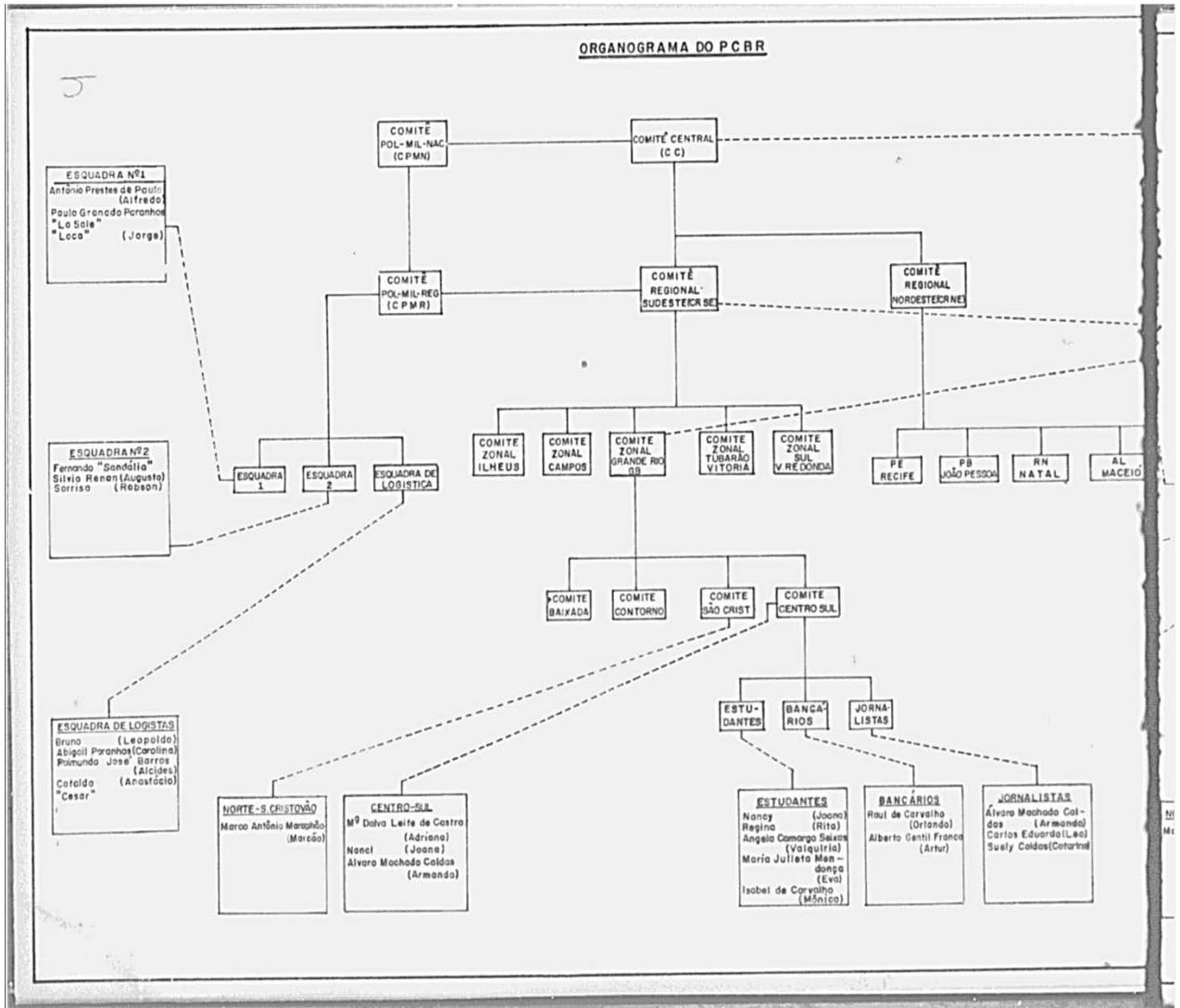
Outra parte da reestruturação podemos ver nos organogramas montados pelas forças repressivas. Esse documento é fruto do cruzamento de vários depoimentos e documentos obtidos pela repressão. Ao analisarmos os organogramas, os relatórios e depoimentos, podemos perceber que a estrutura proposta procurava responder ao crescimento da organização.

Uma fonte importante para entendermos a estrutura do partido é o documento confidencial do Serviço Nacional de Informações (SNI).<sup>162</sup> Podemos deduzir que a repressão trabalhou com dois organogramas que tinham muitas coisas em comum, mas que ainda há imprecisões, como vamos ver mais à frente, na declaração dada pelos militantes entrevistados nesta pesquisa. Conforme se colhiam depoimentos e se apreendiam documentos, os investigadores iam buscando precisar a estrutura do PCBR. Mas, devido à fragmentação das informações, os próprios membros da organização não dispunham dos dados precisos. Apesar disso, é nítido que as forças de segurança chegaram a hipóteses bem plausíveis. Nunca é demais lembrar que parte fundamental dessas informações foram conseguidas por meio de ações brutais que lançaram mão de todo tipo de tortura e ameaça.

---

<sup>162</sup> Informação 215/AJR/SNI/70. Data: dois de abril. Assunto: atividades do PCBR. Difusão: AC/SNI. Anexo Organograma do PCBR, Protocolo Agência Central do SNI 004730 – 3 de abril de 1970.

Figura 1 – Organograma (1)



Fonte: Documento confidencial do Serviço Nacional de Informações (SNI).<sup>163</sup>

<sup>163</sup> Documento confidencial do Serviço Nacional de Informações (SNI). Informação 215/AJR/SNI/70. Data: dois de abril. Assunto: atividades do PCBR. Difusão: AC/SNI.



último, o Comitê Regional Sul, que correspondia ao Rio Grande do Sul.<sup>165</sup> Ao confrontarmos essas informações com as de Antônio “Lúcio”,<sup>166</sup> aparece uma divergência, na medida em que ele relata que o Comitê Regional Sudeste era responsável pela Bahia, o que corresponde às informações que constam do documento do Serviço Nacional de Informação (SNI) 215/ARJ/SNI/ 70.<sup>167</sup> Álvaro Caldas, em entrevista, alega que essa estrutura era algo como um objetivo, mas que, pelas dificuldades concretas, na prática não funcionava exatamente dessa forma.<sup>168</sup> Essa divisão geográfica dos Comitês Regionais nos demonstra a dimensão da implantação do PCBR no país. É nítido que o partido conseguiu algum tipo de implantação nacional apesar das dificuldades de se militar naquele período.

Dentre as regiões onde o PCBR tinha intervenção, o Nordeste era a que conseguiu maior implantação, segundo depoimento de Paulo Sérgio Granado Paranhos às forças de segurança e do entrevistado Antônio “Lúcio” Soares.<sup>169</sup> O partido tinha forte presença no movimento estudantil e e, ainda que menor, no movimento camponês. Podemos dizer que o PCBR tinha sua maior força no Nordeste, seguido pelo trabalho no Rio de Janeiro e no Paraná, para onde foram girados quadros a fim de implementar a guerrilha rural. O relatório supracitado, assinado pelo coronel Gustavo Adolpho Tufvesson no dia 6 de maio de 1970, apresenta uma estimativa de que o PCBR tinha cerca de duzentos militantes distribuídos da seguinte forma: membros do Comitê Regional nº 2 – 93 militantes; do Comitê Regional nº 3 – 65 militantes; do Comitê Regional nº 4 – 9 militantes; do Comitê Regional nº 5 – 21 militantes; e do Comitê Regional nº 6 – 12 militantes.<sup>170</sup> Álvaro Caldas concorda com a estimativa de duzentos militantes, e acha que no Rio de Janeiro pode ter chegado a pouco mais de 70 militantes.<sup>171</sup>

Após a reunião do Comitê Central de julho, o Comitê Político Militar Nacional (CPMN), em outubro de 1968, aprova uma resolução que define como suas tarefas gerais o planejamento; logística; organização de unidades armadas e instrução militar. As tarefas imediatas são as ações concretas, como aquisição de fundos e meios, sequestros para troca por presos políticos e justicamentos. Para isso, era tarefa do CPMN a formação de grupos

---

<sup>165</sup> Ibidem p. 220.

<sup>166</sup> Antônio Soares de Lima Filho, natural da Paraíba, foi girado para o Rio de Janeiro em 1973 e depois incorporado ao CPMN.

<sup>167</sup> Documento do Serviço Nacional de Informação (SNI) 215/ARJ/SNI/ 70, p. 1.

<sup>168</sup> CALDAS, Álvaro Machado. Entrevista a Alexandre de Oliveira Barbosa. Rio de Janeiro, 2 dez. 2019. Foi militante do PCBR e autor do livro *Tirando o capuz* (Rio de Janeiro: Garamond, 2004).

<sup>169</sup> LIMA FILHO, Antônio Soares de. Entrevista a Alexandre de Oliveira Barbosa. Rio de Janeiro, 10 ago. 2019.

<sup>170</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo da Polícia Política. Nome / tema PCBR relatório, setor comunismo, notação 90, p. 218-220.

<sup>171</sup> CALDAS, Álvaro Machado. Entrevista a Alexandre de Oliveira Barbosa. Rio de Janeiro, 2 dez. 2019.

armados nas regionais para efetivar tais ações. Essa tarefa, na prática, era construir os CPM regionais, compostos pelas “esquadras”, uma responsável pela logística e outras pelas ações armadas, também chamadas “grupo de fogo”.

Toda essa reforma estrutural que relatamos fica mais fácil de entender ao olharmos os organogramas feitos pelas forças de repressão juntando informações que conseguiram obter nos interrogatórios. Vale ressaltar que tais interrogatórios, na verdade, eram brutais seções de torturas, que incluíam ameaças, socos, chutes, choques elétricos, afogamentos, estupros, uso de animais, como jacaré, para coagir as vítimas, torturas de parentes na frente do interrogado e até ameaças de torturas contra filhos dos militantes. Portanto, quando trabalhamos com essas fontes documentais oriundas dos órgãos estatais, devemos ter ciência dos métodos pelos quais elas foram construídas. Por fim, também cabe ressaltar que não fazemos juízo de valor das pessoas que, sob todas essas tormentas, acabaram passando as informações a seus algozes. A morte na tortura era uma hipótese para todos os presos políticos naquele momento. Mas, de fato, ao mostrar esses documentos a ex-militantes, eles afirmaram que era realmente o proposto pelo partido, mas nem tudo funcionava com precisão como aparece nos organogramas.

Sobre a composição social do PCBR em nível nacional, podemos trabalhar com um quadro de processos judiciais que nos dá uma dimensão da composição das organizações, já que não existe um censo preciso. Baseado nessas fontes, Ridenti afirma que o PCBR tinha 4%, de autônomos, 12,4% de empregados, 0,5% de empresários, 39,8% de estudantes, 9% de funcionários públicos, 0,5% de lavradores, 0,5% de militares oficiais, 5% de professores, 15,4% de profissionais liberais, 3,5% de técnicos médios, 9,4% de trabalhadores manuais urbanos. Do total, em 15 casos não consta profissão, somando 216 militantes.<sup>172</sup>

Ao analisarmos essas informações, percebemos a forte presença de setores médios da sociedade na conformação do partido. A forte presença estudantil também reflete o setor mais dinâmico na resistência à ditadura, e a pouca presença de operários demonstra o estágio em que se encontrava esse movimento. Outra conclusão, ainda que óbvia, é que, num país de dimensões continentais, ficam nítidas a marginalidade da organização na sociedade e seu isolamento político.

---

<sup>172</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 275.

### 3.2 O PCBR no Rio de Janeiro

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) teve, no atual estado do Rio de Janeiro, sua maior concentração de forças. Nesse estado, no processo de ruptura com o PCB, conseguiram a maioria dos delegados ao congresso e saíram com quadros importantes. A presença de militantes como Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Renê de Carvalho, Jover Teles, Salathiel Teixeira Rolin e Elinor Brito, prestigiado dirigente do movimento estudantil da Frente Única dos *Estudantes do Calabouço* (FUEC), entre outros. Isso fez com que a organização conseguisse ter alguma expressão política em setores como estudantes, metalúrgicos, bancários e jornalistas.

Assim, o PCBR no Rio de Janeiro, que chegou a ter cerca de setenta militantes, pôde contar com a presença de quadros muito experientes oriundos do PCB, que desenvolviam tarefas nacionais na nova organização.

O partido no Rio de Janeiro, apesar do peso da dissidência universitária que saiu do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e deu origem ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), teve importante presença no movimento estudantil do estado. Isso se reflete na existência de organizações de base do PCBR na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Universidade do Estado da Guanabara (UEG), na Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de militantes em outras universidades e secundaristas.

Mas isso não livrou a regional de crises. Como já dissemos, logo no início de sua construção, o PCBR enfrentou uma significativa ruptura encabeçada por Jover Teles, importante dirigente desde a época do PCB. As divergências vinham desde a formação da Corrente Revolucionária. Já na fundação do PCBR, era sabido que uma pequena parte dos presentes estava a caminho do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), conforme relata Gorender:

Já então estávamos informados de que Jover Teles fazia aliciamento na Guanabara para o PCdoB. Além dele, sabíamos que Armando Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque e mais dois delegados presentes eram membros do partido stalinista-maoísta. Preferimos não levantar a questão da duplicidade, uma vez que desviaria a reunião de sua finalidade de formalizar a existência do novo partido. Mas poderia se prever que ele nascia sob o signo da cisão e não da unidade.<sup>173</sup>

---

<sup>173</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 102.

Segundo Apolônio de Carvalho, essa ruptura atingiu centralmente o setor operário e popular no qual Frutuoso e Jover tinham influência. Mais à frente, veremos a intervenção do PCBR no setor metalúrgico e teremos dimensão da importância desse trabalho para o partido, ainda mais nas condições às quais a militância estava submetida.

Mas nem só de ruptura vivia o PCBR. A organização conseguiu ganhar para suas fileiras alguns quadros, inclusive de origem militar, oriundos de outras organizações. Foram os casos de Bruno Deuster Magalhães e Silva, Ângela Cunha Neves e Arthur Jader Cunha Neves, que haviam sido da Ação Popular (AP). O partido captou também alguns membros oriundos do Movimento Armado Revolucionário (MAR), que traziam consigo experiência militar, o que era muito importante para uma organização como o PCBR.

O PCBR havia atraído experientes quadros provindos do Movimento Armado Revolucionário (MAR), em processo de dissolução: Paula Prestes, Capitani, Marco Antônio – o que facilita as ações de assaltos a banco até aqui restritas ao Nordeste. Com isso procura marcar presença espaço na hierarquia da esquerda armada.<sup>174</sup>

Como vemos, a disputa entre os grupos da esquerda em tempos de escassez de militantes era duríssima. Houve vários outros casos de mudanças de organização, inclusive de figuras de destaque, como o capitão Carlos Lamarca, que era dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e foi para o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

### 3.3 A forma organizativa do PCBR no Rio de Janeiro

Como o estado do Rio era uma das maiores regionais do partido, a organização conseguiu manter trabalho político em vários setores. Por isso, precisou adotar uma forma organizativa que conseguisse responder a essa heterogeneidade de frentes. Como já dissemos, a estrutura não conseguiu se efetivar completamente como proposta, porque havia locais em que o trabalho era muito frágil e a relação era com simpatizantes.

A direção regional era responsável pela região Sudeste, que abarcava Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Dessa forma, tentaram uma estrutura de funcionamento contendo: o Comitê Regional, Comitê Zonal Ilhéus (Sul da Bahia), Comitê Zonal Campos,

---

<sup>174</sup> CARVALHO, Apolônio de. **Vale a pena sonhar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 204.

Comitê Zonal Guanabara/Grande Rio, Comitê Zonal Tubarão/Vitória e o Comitê Zonal Volta Redonda.

Destes todos, vamos avançar aqui na análise sobre o Comitê Zonal Guanabara/Grande Rio, que se subdividia em: Comitê Baixada; Contorno, abrangendo desde Niterói até Rio Bonito; São Cristóvão, que atendia o setor operário e envolvia a Zona Norte da cidade; e Centro/Sul, que articulava o trabalho na chamada pequena burguesia.

Esse comitê Centro/Sul coordenava a atuação no meio estudantil, entre os bancários e entre os jornalistas. Ligados a ele, existia uma Organização de Base (OB) de jornalistas, uma de bancários e algumas nas universidades (UEG, UFRJ, PUC), sendo este o principal trabalho político da corrente. Paralelamente a essa estrutura, existia o Comando Político Militar Regional, que tinha vinculado a ele a esquadra de logística e as esquadras de “ação”.

### **3.4 Os setores de atuação do PCBR no Rio de Janeiro**

Desde sua fundação, o partido entendia que deveria combinar todas as formas de lutas possíveis para derrubar o governo. A estratégia de combinar a atuação política no movimento de massas e a luta armada se pautava pelo uso de todo tipo de tática, a luta legal, semilegal e ilegal. Acreditava ser esta a melhor forma de tentar disputar setores da sociedade com objetivo estratégico de ampliar sua influência política, construindo, assim, uma base social para o desenvolvimento da organização.

Como todas as correntes da esquerda naquela época, o movimento estudantil era o grande celeiro de quadros e local privilegiado para ganhar adeptos. O grau de radicalidade, o ascenso nas lutas políticas que viveram em 1968, além da força e desprendimento típicos da idade ajudavam nessa tarefa. De uma forma geral, o espaço oposicionista se localizava em setores como juventude, bancários, professores e jornalistas.

Mas algumas organizações, como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), por exemplo, conseguiram herdar das relações políticas construídas desde o Partido Comunista Brasileiro (PCB) contatos e militantes no setor operário. Essa constatação é possível devido à presença dessas correntes em categorias como ferroviários e metalúrgicos.

### 3.4.1 O trabalho metalúrgico

Os partidos comunistas, de uma forma geral, sempre buscaram ter influência na classe operária. Isso nem sempre foi possível, mas era um objetivo estratégico de qualquer corrente política que reivindicava a concepção leninista de organização, já que se tratava de ter influência sobre o sujeito social da revolução. No caso do PCBR, destacamos o trabalho político de base no setor de metalúrgicos, no qual, através de contatos herdados da época do PCB, chegaram a ter influência no sindicato.

O grupo de metalúrgicos com o qual o partido mantinha relação conseguiu ganhar a eleição do sindicato em 1967. Abriu-se, assim, uma possibilidade de atuação legal a partir da entidade representativa de uma importante categoria operária. Assim, a orientação de combinar todos os tipos de trabalhos (legais, semilegais e ilegais) se concretizava de forma categórica numa frente de atuação.

Com militantes e contatos na categoria, o PCBR entrou com força na campanha para a eleição sindical e, com os companheiros Waldir Vicente de Barros, Antônio Paulo Terra Huckert, João de Deus da Silva, João Teixeira de Carvalho e Geraldo Seixas Patrício, ajudou a chapa a sair vitoriosa.<sup>175</sup>

O trabalho nesse setor estava sob a responsabilidade do Comitê Zonal São Cristóvão, e o partido, tentando ampliar seu trabalho junto à base da categoria, passou a publicar o jornal *Resistência Metalúrgica*, além de panfletos e materiais na porta das empresas. Esse veículo de comunicação ficou sob responsabilidade de Sonia Hinds de Oliveira, dirigente da organização com origem no movimento estudantil, deslocada para ajudar a intervenção na categoria. Além dessa militante, dirigentes importantes, como Manoel Jover Teles, Armando Frutuoso e Salathiel Teixeira Rolins, também acompanhavam o trabalho.

Em 1968, Armando Frutuoso e Jover Teles dirigiram uma importante ruptura com o PCBR no sentido da adesão ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Jover foi flagrado por Salathiel tentando aliciar operários para militar no PCdoB. Isso precipitou a ruptura que, apesar da censura, ganhou espaço nas páginas do *Jornal do Brasil*. Esse jornal publicou, em 25 de agosto de 1968, o texto “Um reencontro histórico”, de Teles, chamando os militantes do PCBR a entrarem no PCdoB. Publicou também o texto de resposta de Mário Alves, intitulado “Reencontro histórico ou reles mistificação?”, em 1º de setembro de 1968. Apesar desse

---

<sup>175</sup> SOUZA, Márcio. **Entre fato:** o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e suas lideranças, Apolônio de Carvalho e Mário Alves. Goiânia: Kelps, 2018. p. 95.

rompimento, o PCBR conseguiu manter seu trabalho e suas relações políticas privilegiadas com a direção do sindicato.

A atuação no setor sindical naquele momento encontrava muitas dificuldades, pois a vigilância e a repressão eram muito fortes. O governo já estava atento depois das grandes greves metalúrgicas de Osasco e da greve de Contagem, na qual o PCBR conseguiu intervir. Em setembro de 1968, alguns diretores do sindicato foram presos e levados para o DOPS por conta da convocação de uma assembleia. Entre eles, estavam José Costa Barros (diretor de Extensão de Base), Sadiel Lopes Moreira (secretário de Assistência Social), João de Deus da Silva (diretor do Departamento Jurídico) e Manoel José de Souza (diretor suplente). Junto com eles, foram presos também os funcionários Lourenço Fernandes de Lima, Luís Raposo da Silva e Edson Sanchis. A arbitrariedade foi tamanha, que o próprio delegado regional do Trabalho, Herculano Carneiro, foi ao DOPS explicar que os trabalhadores não incorriam em nenhum crime, pois estavam, apenas, colando cartazes de convocação de uma assembleia e que atuavam em conformidade com a lei de greves.<sup>176</sup>

Com a atuação sindical cada vez mais cerceada, o partido começa a pressionar por uma linha mais radical, a exemplo das greves de Osasco e Contagem. Fazendo esse debate junto à base da categoria, o PCBR vai aumentando sua diferenciação política com a direção do sindicato, que não via possibilidades de êxito na linha proposta pelo partido.

Essa relação seguiu até novembro de 1968, quando estava sendo preparada uma greve que pautaria questões econômicas da categoria. Como a direção do sindicato resolveu abortar o movimento paredista, abriu-se uma crise na relação entre o partido e os sindicalistas. Isso gerou uma forte divergência, levando ao afastamento de Geraldo Seixas Patrício da assessoria da direção do sindicato e um distanciamento nas relações políticas.

### 3.4.2 Setor bancário

Como sabemos, o partido tinha como objetivo combinar os trabalhos políticos de massa e as ações armadas. A dificuldade de desenvolver essa atuação sob uma ditadura levava à necessidade de se priorizar alguns setores. É notório que os setores médios da sociedade eram mais sensíveis às lutas contra o regime. Entre o movimento estudantil se encontrava a

---

<sup>176</sup> DOPS PRENDE METALÚRGICOS QUE CONVOCAVAM ASSEMBLÉIA. *Correio da Manhã*, 27 set. 1968. p. 9. Disponível em: <https://bit.ly/2TyVT17>. Acesso em: 4 jan. 2020.

mais dura oposição ao governo, o que o tornava um local propício para a atuação política das organizações oposicionistas. Como a categoria bancária, por seu perfil, acabava tendo contato e relação com as universidades, mesmo que em menor grau, também havia nesse setor um pequeno espaço para se desenvolver a militância. O caso do “bom burguês”, um jovem bancário chamado Jorge Medeiros do Valle, que aplicou golpes no sistema financeiro e repassou o dinheiro para grupos revolucionários, entre eles o PCBR, é um exemplo. Por isso, essa categoria mereceu especial atenção da direção do PCBR no sentido de conquistar apoio e inserção.

A linha política de atuação no setor era tentar mobilizar por questões econômicas, como reajuste salarial, e por pautas ligadas às liberdades democráticas, como sindicato livre, sempre que possível fazendo uma ponte entre as questões concretas e particulares da categoria aos temas nacionais. Buscava-se, assim, desgastar o governo.

Militantes do PCBR, como Paulo Sérgio Granado Paranhos, foram parte do Comando de Unidade Bancária, organismo clandestino que tinha como objetivo estratégico criar um sindicato livre. O movimento editava o jornal *Unidade Bancária* e panfletos que apresentavam a greve como saída para derrotar o arrocho salarial.

O setor estava subordinado ao Comitê Centro-Sul, do PCBR na Guanabara, que era responsável pelo trabalho nos setores médios ou pequeno-burgueses. Essa instância partidária deslocou quadros para trabalhar na categoria, como Raul de Carvalho (Banco Lar Brasileiro-Matriz) e Túlio Roberto Cardoso Quintiliano (Banco Central). “Girou” dirigentes, como Bruno Deuster Magalhães e Silva, para ser o assistente desse trabalho. Foram enviados outros militantes para ajudar e apoiar o setor, como o estudante de direito da UFRJ, Alberto Gentile Filho, e o estudante de direito da Cândido Mendes, Raimundo José Barros Teixeira Mendes, que ajudava na impressão do jornal.

O objetivo estratégico desses “giros” era a construção partidária. Buscavam, além de apoiar a luta da categoria, localizar os ativistas mais abnegados para tentar recrutá-los para o PCBR. Com a prisão de Paulo Sérgio Granado Paranhos em dezembro de 1969, o trabalho no setor se desarticula.

### 3.4.3 Setor estudantil

O fim dos anos 1960 foi de extrema efervescência. As lutas de contestação explodiam por toda parte. Da França ao Brasil, a juventude era a protagonista. A resistência ao *status quo* movia corações e mentes. No Rio de Janeiro, as lutas estudantis tomavam as ruas. A juventude era o setor que mais sentia a crise política do PCB e era um terreno fértil de construção para os revolucionários. O movimento estudantil pulsava nas universidades e escolas.

Todas as lutas partiam de questões concretas. A truculência da repressão facilitava fazer a ponte com as críticas ao governo. A AP, as DIs, a POLOP, o PCB, o PCdoB, a VPR, entre outras correntes, apresentavam suas posições e se digladiavam na disputa pelo melhor da vanguarda.

O PCBR não era diferente. Sabia que no movimento estudantil se podia arregimentar mais quadros rapidamente. Apesar de ter uma importante localização no Calabouço, na UEG, em algumas faculdades particulares e na UFRJ, eram, pelo menos, a terceira força do movimento estudantil, atrás da AP e da Dissidência da Guanabara.

Essa situação foi possível especialmente pela localização herdada da Corrente Revolucionária, que tinha seu principal trabalho político do meio estudantil no restaurante Calabouço, no centro do Rio.

O Calabouço foi fundado em 1951 e pertencia ao Ministério da Educação, mas era administrado pela União Metropolitana dos Estudantes (UME). O nome vem de sua primeira localização. Há uma relação entre o nome do restaurante e a existência, no século XVI, de uma prisão de escravos perto de onde hoje se localiza o Museu Histórico Nacional. No “complexo” do Calabouço, durante um período, funcionavam um teatro, uma policlínica, pequenas lojas e um restaurante estudantil. Com o golpe empresarial-militar, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi colocada na ilegalidade e a sede da entidade, incendiada. O Calabouço também sofreu com a ação da ditadura e foi fechado. Após três meses, o restaurante foi reaberto, já sob controle dos militares. Desde então, virou um espaço de resistência e articulação política do movimento estudantil, onde atuavam organizações como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) e a Ação Popular (AP). Com a crise do PCB, todos os grupos oriundos desse processo, que viriam a se organizar, passaram a ter algum tipo de intervenção nessa frente de atuação, com destaque para a Corrente Revolucionária.

Foi nos anos de 1967 e 1968 que o Calabouço ganhou destaque como um local de efervescência política. No ano de 1967, Negrão de Lima, então governador da Guanabara, em virtude de uma reunião do Fundo Monetário Internacional, anuncia que, dentre outras coisas, pretende fechar o Calabouço. Tal medida gera reação dos estudantes, e o movimento estudantil (ME) se articula em torno da defesa do restaurante. Essa luta, então, assume um protagonismo no conjunto das lutas estudantis. Ocorrem duros enfrentamentos com as forças repressivas, e um processo crescente de mobilização faz com que o governador prometa construir outro restaurante. Só que a demolição do antigo Calabouço se dá sem a construção do novo.

O estudante Elinor Brito declara ao jornal *Extra* o seguinte: “Fomos traídos por Negrão de Lima. O velho Calabouço foi demolido sem que o novo estivesse pronto. Tentamos impedir, quebrando as máquinas, mas eles cercaram com a PM.”<sup>177</sup> Devido à quebra do acordo, durante três meses os estudantes passam a fazer o “pendura” em vários restaurantes.<sup>178</sup>

Em 21 de agosto de 1967, é reaberto o Calabouço. Só que a obra está inacabada. Ainda não tinha piso nem ladrilhos, e a quantidade de poeira era enorme. A precariedade do restaurante estudantil torna-se mais uma pauta de reivindicação desde sua reabertura, já que o local não estava em condições de atender aos estudantes. Mas, mesmo assim, segue funcionando e sendo o centro do ME do Rio de Janeiro.

No dia 25 de setembro ocorreria a reunião do Fundo Monetário Internacional. Essa reunião seguramente se daria em meio a protestos estudantis. A ditadura estava cada vez mais intolerante com o movimento estudantil. Na tentativa de evitar um ato contra reunião do FMI no Rio de Janeiro, no dia 19 de setembro prendem Elinor Mendes Brito, presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC). Dessa forma, além da conclusão da obra do restaurante, o ME incorpora mais uma pauta, a libertação de Elinor.

A Corrente Revolucionária, da qual se origina o PCBR, é a força política que tem a melhor localização no processo e ganha Elinor Brito, a principal liderança entre os estudantes que usavam o restaurante. Elinor vai se consolidando, junto com Vladimir Palmeira, Franklin Martins e Daniel Aarão Reis, como uma das principais lideranças estudantis naquele momento.

---

<sup>177</sup> PALCO de resistência em 68, restaurante do Calabouço foi palco de manifestações históricas contra a ditadura. *Extra*, 15 mar. 2008. Disponível em: <https://glo.bo/2IqnNFZ>. Acesso em: 4 jan. 2020.

<sup>178</sup> Um grupo de estudantes entrava em um restaurante, comiam e, na hora de sair, anunciavam que não pagariam, pois o governo tinha fechado o Calabouço e eles não tinham como se alimentar.

Os estudantes do Calabouço haviam organizado a Frente Unida dos Estudantes do *Calabouço (FUEC)*, da qual Elinor foi a principal liderança. Segundo Elinor, o ME do Calabouço era mais avançado quando o assunto era organização de atos e autodefesa. Já tinham divisão de tarefas no sentido da preservação da integridade dos estudantes em atos, equipes, materiais que usavam para conter os ataques da polícia etc. Em entrevista, Elinor Brito explica que, no Calabouço, eles já praticavam a orientação do partido de utilizar as formas legal, semilegal e ilegal de luta contra a ditadura.<sup>179</sup> Por tudo isso, dirigir politicamente o movimento estudantil do Calabouço fazia da Corrente Revolucionária, futuro PCBR, uma das principais organizações com atuação no ME do Rio de Janeiro. Essa forte participação entre os estudantes refletia duas coisas: a primeira, que de fato era o setor social em que havia mais espaço político; e a segunda está vinculada à compreensão do PCBR de ligar as ações de massas às ações militares como parte de um mesmo processo político.

Na tentativa de reformar o restaurante, os estudantes começaram uma campanha para recolher dinheiro para a obra, que teve início em janeiro de 1968. As atividades se constituíam em formação de pedágios nas ruas. Mas a ditadura resolveu reprimir essa atividade política, pois ela era em si uma denúncia de que o governo não concluía as obras. Nos primeiros protestos, as forças de segurança obtiveram êxito e desarticularam a atividade dos estudantes, mas, em 26 de janeiro, a coisa foi diferente. E a tradicional organização dos estudantes do Calabouço impôs uma derrota aos agentes do DOPS, que foram obrigados a fugir do local.

Nos meses seguintes, houve várias lutas e forte repressão. Até que, em março, ocorreu o assassinato do estudante Edson Luís dentro do Calabouço, abrindo uma nova conjuntura de lutas. A morte de Edson Luís sensibilizou a sociedade, ensejando alguns atos de massa, como a Passeata dos Cem Mil.

Nesse processo, a Corrente, que viria a se tornar PCBR, ganha, através de Elinor, muita projeção. Este era, junto com Vladimir Palmeira, um dos principais oradores da Passeata dos Cem Mil. Sem dúvidas, naquele momento, eles eram as duas principais figuras do ME carioca: Elinor, do PCBR, e Vladimir, da Dissidência Universitária da Guanabara. Elinor, representando os estudantes do Calabouço, que contava com muitos secundaristas e universitários vindos de fora do Rio. Gente pobre que estudava e trabalhava e que precisava daquela alimentação para continuar estudando. Vladimir era presidente do tradicional Centro Acadêmico Cândido de Oliveira da Faculdade Nacional de Direito. As opções políticas separaram os dois dirigentes. Elinor seguiu para a luta armada e foi preso no Paraná tentando

---

<sup>179</sup> BRITO, Elinor. Entrevista concedida a Alexandre de Oliveira Barbosa. Rio de Janeiro, 19 set. 2019.

organizar a guerrilha rural do PCBR no interior do estado; Vladimir não aderiu à guerrilha e foi preso no congresso da UNE em Ibiúna. Os dois libertados, em momentos diferentes, em virtude de sequestro de diplomatas estrangeiros.

O trabalho estudantil no PCBR estava vinculado ao Comitê Zonal Centro/Sul, que, além do Calabouço, reunia estudantes ligados às universidades públicas e privadas, como a Universidade do Estado da Guanabara (UEG), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) e a faculdade Cândido Mendes. Chegaram a publicar dois jornais: *Unidade e Ação Faculdade de Filosofia da UEG* e o *Luta Estudantil*.

Todo trabalho político consistia em estar próximo aos estudantes, discutindo as necessidades do local de estudo, tentando organizar alguma forma de reivindicação, construir instrumentos de comunicação com eles, como jornais, fazer a ponte entre as questões imediatas e os debates mais gerais e o governo. Dessa forma, os militantes das correntes políticas buscavam localizar os melhores e mais abnegados ativistas e iniciavam um debate mais profundo sobre como o capitalismo é um sistema injusto, sobre a falta de democracia no país, sobre o socialismo, a revolução e a necessidade de haver uma organização política. Nesse bojo, abarcavam-se as discussões sobre as polêmicas entre as organizações políticas da época. Assim entendiam ser a melhor forma de atuar e ganhar novos militantes.

Nesse sentido, o PCBR teve um bom trabalho na UFRJ com militantes em alguns cursos, como o de Belas Artes, no qual conseguiu uma importante vitória ao eleger Anita de Moraes Slade presidente do centro acadêmico. Além disso, possuíam quadros como Renê Louis Laugeru de Carvalho, Sônia Hinds de Oliveira e Bruno Dauster Magalhães Silva, alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ. Na organização de base (OB) da Faculdade de Direito, o partido contou com a militância de Alberto Gentile Filho e Paulo Sérgio Granado Paranhos, entre outros.

Já na Universidade do Estado da Guanabara (UEG), o partido também construiu um bom trabalho atuando nos diretórios acadêmicos e no conselho do Diretório Central dos Estudantes (DCE). A OB da UEG contava com a estudante de Direito Francisca Abigail Barreto Paranhos, Marco Aurélio Borba (que foi o dirigente do diretório acadêmico do curso), Maria Dalva Leite Castro e Marcelo Nogueira da Cruz. Na Faculdade de Economia, estava Sylvio Renan Ulissea de Medeiros. Na Filosofia, Fernando Augusto Valente da Fonseca (Sandália). Ainda fazia parte Paulo Sérgio Paranhos, que não estudava na UEG, mas deu assistência à OB durante um período.

Na UEG, além da tradicional militância no ME e dos debates políticos que isso envolve, o PCBR, com Sylvio Renan Ulissea de Medeiros à frente, organizou grupos de estudos em alguns cursos. Tratava-se de uma iniciativa importante na disputa e formação dos elementos da vanguarda, já que a batalha entre as correntes pelos ativistas era duríssima e a universidade era um espaço de debate privilegiado.

Entre as instituições particulares, o PCBR teve atuação na Faculdade Cândido Mendes, na qual ganharam Raimundo José Barros Teixeira Mendes; da PUC, incorporaram Ângela Camargo Seixas, estudante de Engenharia, Isabel Guimarães de Abreu, que cursou Sociologia, e a aluna de filosofia Nancy Mangabeira Unger. Na OB da PUC, ainda participavam os militantes Maria Julieta Mendonça e dois dirigentes que atuaram como assistentes, Bruno Dauster Magalhães Silva e Paulo Paranhos.

Todo esse trabalho nas universidades serviu também de apoio a outros setores. Por exemplo, Ângela Camargo Seixas, estudante de engenharia da PUC, se deslocou para tentar reconstruir o trabalho secundarista, fazendo prova para a escola técnica Celso Suckow da Fonseca. Alberto Gentile Filho, da Faculdade de Direito da UFRJ, “girou” para bancários; Sônia Hinds de Oliveira e Anita de Moraes Slade ajudaram no setor operário. Ou seja, as universidades eram um celeiro de quadros que “abastecia” a organização, inclusive em outros setores. Muitos desses quadros também foram parte importante das ações armadas da organização, tendo sido alguns presos e outros, mortos.

#### 3.4.4 Setor jornalistas

Assim como em outros setores, o partido tentava manter vínculos com a sociedade através de seus trabalhos políticos. No caso do trabalho entre os jornalistas não era diferente. Assim como bancários e estudantes, esse setor era vinculado ao Comitê Centro/Sul, o CZ que reunia os setores ligados à chamada pequena burguesia.

A imprensa foi duramente reprimida pela ditadura. Prisões, demissões, ameaças e demais formas de perseguições se abateram sobre o setor. Para os militantes, além disso tudo, ainda tinha a ameaça da tortura e da morte. Assim sendo, uma das principais tarefas dos militantes jornalistas era tentar furar o cerco da censura e divulgar algo importante e também ter acesso às notícias censuradas, pois assim teriam melhores condições para elaborar e fazer luta política contra o regime.

O PCBR chegou a ter uma Organização de Base de jornalistas, que contava com Álvaro Caldas (Armando), Carlos Eduardo Rzeak Ulup (Leo), Ronaldo Buarque de Holanda (Max), Luís Alberto Andrade de Sá Benevides (Careca/Bebeto/Otavio/Hugo/Ari) e Suely Caldas (Catarina). Mas, por causa das dificuldades da realidade e da própria categoria, o trabalho não conseguiu grandes resultados.

### **3.5 As ações armadas e o processo de quedas**

No fim de 1969, realizou-se um treinamento de tiro na cidade de Cabo Frio, na Região dos Lagos, estado do Rio de Janeiro. Dentre os militantes que participaram desses treinamentos, estavam: Antônio Prestes de Paula (instrutor), Fernando Augusto da Fonseca, Sílvio Renan Ulissea de Medeiros, Paulo Sérgio Granado Paranhos, entre outros. Tudo era muito amador, e a iniciativa não supria as necessidades de uma organização armada que se dava a tarefa de derrubar a ditadura.

O PCBR, durante um bom tempo, conseguiu se poupar da necessidade de realizar ações armadas visando a obtenção de recursos financeiros. A relação política com o jovem bancário Jorge Medeiros do Valle, que ficou conhecido como o “bom burguês”, garantiu a doação de vultuosa quantia em dinheiro para que o partido se desenvolvesse.

Valle conseguiu, através de manobras e fraudes bancárias, muito dinheiro para ajudar a luta contra a ditadura. Com esses recursos, o partido adquiriu seis apartamentos na avenida Gomes Freire, no Rio de Janeiro, entrou de sócio numa gráfica, adquiriu carro legal, sítios para implantação da guerrilha rural no interior do Paraná etc. Além do PCBR, o “bom burguês” ajudava outras organizações e também usou parte do dinheiro para interesses pessoais.

Com a prisão de Jorge Medeiros do Valle, a organização é asfixiada financeiramente. Os imóveis adquiridos não tinham liquidez, e o dinheiro para a sustentação de toda a estrutura partidária tinha acabado. Nesse momento, já havia vários militantes na clandestinidade que dependiam financeiramente do partido.

Além desse problema concreto, havia uma inquietação entre os militantes do PCBR, pois as outras organizações concorrentes estavam realizando várias ações armadas e o PCBR, não. Essa pressão aumentou quando o partido passou a não ser mais atrativo para a vanguarda e os ativistas tenderam a se aproximar de outras correntes mais ativas militarmente. Isso gerou

um debate interno da base à direção. No Comitê Central, havia duas posições: aprofundar as ações armadas e outra crítica a essa investida, pois entendia que a situação política era muito difícil e havia o risco de se cair no militarismo. Essa divisão também se expressou nas regionais, sendo o Nordeste o polo mais radicalizado.

Então, a conjunção desses fatores levou ao partido a realizar o assalto ao Banco Sotomaior no fim do ano de 1969. Na primeira quinzena de dezembro de 1969, foram expropriados quatro automóveis para a ação do banco. O primeiro foi um veículo Volkswagen, próximo à rua São Francisco Xavier, no bairro do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro. Participaram da ação Paulo Sérgio Granado Paranhos, Adair Gonçalves Reis e Fernando Augusto da Fonseca. No bairro do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, outro veículo Volkswagen foi expropriado para a ação do banco. Estiveram envolvidos na ação os seguintes militantes: Sílvio Renan Ulissea de Medeiros, Adair Gonçalves Reis e Fernando Augusto da Fonseca. Entretanto, esse carro foi recuperado pela polícia. Uma Kombi foi expropriada numa ação armada no bairro do Grajaú no Rio de Janeiro com a participação dos militantes Fernando Augusto da Fonseca ainda, na primeira quinzena de dezembro de 1969, na rua José Higino, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, foi expropriado mais um veículo marca Volkswagen, numa ação que contou com a participação de Sílvio Renan Ulissea de Medeiros e Adair Gonçalves Reis.

Então, no dia 17 de dezembro de 1969, o PCBR realizou sua ação mais ousada no Rio de Janeiro até então: o assalto ao banco Sotomaior. A agência estava localizada na Praça do Carmo, em Brás de Pina, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Participaram da ação na esquadra de Assalto: Adair Gonçalves Reis, Antônio Prestes de Paula, Fernando Augusto da Fonseca e Sílvio Renan Ulissea de Medeiros. Na esquadra de Segurança, Avelino Bioni Capitani, José Adeildo Ramos, Paulo Sérgio Granado Paranhos e Marco Antônio da Silva Lima. No setor de Logística, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Nanci Mangabeira Unger, Luís Alberto de Sá e Benevides, Francisca Abigail Barreto Paranhos, Luiz Carlos de Souza Catalpo, Álvaro Machado Caldas, Alberto Gentile Filho, Ronaldo Arantes Lobato, Raimundo José de Barros Teixeira Mendes, Sônia Hinds de Oliveira, Carlos Eduardo Rezezak Ulup, Mario da Fonseca Rodrigues e Maria Luíza de Araújo Lins.<sup>180</sup>

A ação renderia a quantia de CR\$ 79.403,72 ao PCBR. Dentro do banco, o assalto ao banco inicialmente transcorreu como planejado. Entretanto, durante a operação de fuga,

---

<sup>180</sup> Centro de Informações da Aeronáutica. Relatório Especial de Informações nº 3 CISA/86.

ocorreram dificuldades e houve confronto com as forças de segurança, na qual veio a falecer um policial militar.

No processo de mudança de veículo, surgiu um camburão da PM em uma ronda de rotina, e o pânico tomou conta dos militantes. Em meio a orientações para fugir, Paranhos é preso. Um dos principais quadros do partido no Rio, Paulo Sérgio Granado Paranhos sabia de muitas informações que, se caíssem nas mãos da polícia, poderiam ser devastadoras para o PCBR. Preso e muito torturado, Paranhos revelou uma série de informações que levaram a um processo de quedas de militantes do PCBR.

As regras de segurança eram claras: todos os imóveis que eram de conhecimento de um militante preso deveriam ser abandonados. Porém, em meio à confusão, parte do dinheiro foi levado para um apartamento na Zona Sul do Rio que Paranhos conhecia, sendo então recuperado pela polícia. Outra parte foi levada para um “aparelho” no bairro do Grajaú, Zona Norte do Rio.

No dia 18 de dezembro de 1969, a polícia, na caçada aos militantes, foi a outro apartamento revelado pelo preso. Em novo confronto com as forças da repressão, dessa vez na rua Baronesa de Uruguaiana, próximo ao número 70, no bairro do Lins de Vasconcelos no Rio de Janeiro, o soldado da Polícia do Exército Elias dos Santos foi alvejado por Antônio Prestes de Paula e morreu. Esse incidente levou a várias prisões.<sup>181</sup>

Em janeiro de 1970, Salathiel Teixeira Rolin foi preso na Baixada Fluminense. Salathiel, apesar de ser um dos principais dirigentes do partido, estava sem contato com a organização. Como afirma Gorender, corriam boatos de que ele havia se aproximado da ALN. Salathiel sabia muita coisa, e sua prisão decretou a queda do partido.

Dentro de um cinema na baixada fluminense, Salathiel Teixeira Rolin foi apanhado numa batida policial e entregue ao quartel do Exército na rua Barão de Mesquita. Um dos fundadores do PCBR e membro de sua direção nacional, havia meses que Salathiel deixara de manter contatos com partido. Aproximou-se da ALN e se entendeu com próprio Marighella. Por norma de segurança clandestina, os aparelhos que ele conhecia precisavam ser desativados, o que não se fez devido a evidente negligência. Depois de muito torturado, Salathiel abriu a localização de aparelhos do PCBR e de dois sítios comprados no Paraná. A partir de 12 de janeiro, começaram as prisões, que arrastaram Apolônio, Miguel Batista e outros da direção.<sup>182</sup>

No mesmo janeiro de 1970, foram presos Mário Alves, Apolônio de Carvalho, René de Carvalho, Aldo Caldas, Jacob Gorender, Miguel Batista, Raul de Carvalho, Raimundo

<sup>181</sup> SOUZA, Márcio. **Entre fato:** o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e suas lideranças, Apolônio de Carvalho e Mário Alves. Goiânia: Kelps, 2018. p. 107-114.

<sup>182</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira:** das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 180.

Teixeira Mendes, entre outros. Ou seja, caíram os principais dirigentes e o partido sofreu forte baque.

Mário Alves, o principal dirigente da organização, foi preso no subúrbio do Rio de Janeiro e levado para o quartel da rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Mario foi brutalmente torturado e, mesmo muito debilitado, nada falou. O baiano de corpo franzino foi um gigante enfrentando seus algozes. Não resistindo a tantas agressões, o velho comunista morre e entra para a lista dos desaparecidos. Mário levou até o fim aquilo que ensinava aos militantes:

Quando um revolucionário se acha em poder do inimigo enfrenta uma das situações mais duras de sua vida. É o momento que põe à prova sua firmeza ideológica, suas qualidades morais, sua dignidade pessoal. É preciso ter profunda convicção revolucionária, confiança na causa que defende e disposição para enfrentar todos os sacrifícios. O medo surge quando o prisioneiro se sente sozinho, isolado e impotente diante do inimigo. Mas o revolucionário consciente nunca se sente só. Sabe que além dos muros do cárcere estão seus companheiros, está o povo que luta. Ele se sente parte dessa grande força que há de vencer o regime de exploração e opressão. Dessa compreensão retira energia para enfrentar com coragem seus algozes.<sup>183</sup>

A direção vai ser reorganizada com outros membros por cooptação. Essa nova direção elabora uma série de documentos que são aprovados no meio do ano.

### **3.6 Balanço e reorientação do partido na visão da nova direção: o aprofundamento na luta armada**

Com a chegada da década de 1970, o PCBR amplia suas atividades armadas. As necessidades financeiras de manutenção da organização fazem com que a dinâmica passe a ser dada pelas ações armadas, em especial as expropriações. Entretanto, ocorreram ações como justicamentos também.

Segundo o levantamento do SNI realizado em 1986, na cidade Rio de Janeiro, entre 1968 e dezembro de 1969, foram realizadas seis ações armadas, sendo que cinco foram roubos de carro para viabilizar o assalto ao Banco Sotó Maior. Já entre os anos de 1971 e 1973, foram feitas dezenove ações. Dentre elas, dois justicamentos: o primeiro em fevereiro de 1973, do delegado do DOPS/SP Otávio Gonçalves Moreira Júnior no bairro de

---

<sup>183</sup> VIEIRA, Mário Alves de Souza. **Sete normas de comportamento na prisão e no tribunal**. [S.l., 196-]. Mimeografado. p. 1 e seguintes.

Copacabana, e o segundo em julho de 1973, do ex-dirigente do Comitê Central Salathiel Teixeira Rolins, no bairro do Leblon.

Salathiel havia sido um importante dirigente que, durante um período, fora o responsável de finanças da organização. Ele foi condenado por um “tribunal revolucionário” por ter sido considerado traidor. Mas esse fato nos impõe a necessidade de algumas reflexões. Salathiel foi submetido a violentas seções de tortura e abriu informações de aparelhos que já deveriam estar desativados. Salathiel era funcionário de um bar e estava afastado de das atividades políticas quando foi preso. Existiam provas das acusações? Seria então legítima a ação de justicamento? Gorender nos ajuda entender o caso:

Menos de um mês depois, na manhã do dia 22 de julho, três militantes do PCBR mataram a tiros Salatiel Teixeira Rolim, no interior de um bar no Leblon, onde era empregado. Acusações para o justicamento: desvio de dinheiro do partido em proveito particular e delação do ponto em que caiu Mário Alves. Ambas acusações pendiam sobre Salatiel sem terem sido provadas.<sup>184</sup>

Considerando que o ano de 1970 foi muito difícil para o partido no Rio de Janeiro, pois, fruto das quedas, houve uma desarticulação momentânea da organização, podemos perceber que houve um importante aumento das ações armadas.

Como já vimos, a direção do PCBR era composta por alguns dos principais quadros do PCB: Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, Miguel Batista, entre outros. Entretanto, essa direção acabou. Seus membros estavam presos, mortos ou no exílio. Mesmo a primeira direção tendo sido composta por quadros históricos do marxismo brasileiro que conduziram a luta contra a maioria da direção do partidão e a organização do PCBR, não foi poupada de duras críticas por parte da nova comissão executiva.

Essa nova direção, composta por Bruno Maranhão, Marcelo Mario de Mello e Paulo Guillain elaborou um longo documento dividido em 9 partes: I – O desenvolvimento capitalista no Brasil; II – O aparelho do Estado: do liberalismo ao militarismo; III – O movimento revolucionário: massismo e militarismo; IV – Balanço político e ideológico do partido; V – Linha militar; VI – Linha de massas; VII – A frente revolucionária popular; VIII – A luta contra os desvios de direita e de esquerda; IX – Política de organização.<sup>185</sup>

Não pretendemos analisar a totalidade do texto, mas destacar aqui as principais críticas apresentadas no balanço e a nova orientação pretendida. Gorender, mesmo sendo um dos

<sup>184</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, op. cit., p. 245-246.

<sup>185</sup> Todo esse documento encontra-se disponível na Fundação Mário Alves em Pelotas, Rio Grande do Sul.

alvos das duras críticas, reconhece que o documento, em sua parte inicial, tem o importante mérito de localizar a retomada do desenvolvimento industrial no país.

A análise da parte inicial constitui o primeiro reconhecimento de uma organização da esquerda radical de que a economia brasileira havia retomado o desenvolvimento industrial, puxado pela produção de bens de consumo duráveis. O que o documento do PCBR atribuiu ao mercado de alta renda da classe média, de acordo com a tese inspiração Keynesiana que começava a circular e seria formalizada por Celso Furtado em 1972.<sup>186</sup>

A segunda parte do documento de julho de 1970 faz uma precisão: o Ato Institucional nº 5 (AI-5) é uma mudança de qualidade no Estado brasileiro. Indica que a burguesia avançou para um Estado militarista, com aperfeiçoamento do aparelho repressivo, e que essa mudança acabava com a tolerância, inclusive para as oposições burguesas moderadas, como a Frente Ampla.

O AI-5 marcou o final da transição do Estado liberal para o Estado militarista. Uma característica nova do AI-5 foi fugir da perspectiva imediatista dos atos promulgados durante a gestão de Castelo Branco, tendo prazo de vigência indeterminado e munindo a ditadura de uma força jurídico-repressiva potencial, sobrepondo-se à constituição imposta e eliminando a necessidade de novos atos.<sup>187</sup>

Mais à frente, o texto apresenta outra caracterização importante de militarização das instituições do regime.

A militarização é uma tendência estratégica. A substituição gradativa de civis por militares nos principais postos de decisão político-administrativa, a militarização crescente nos âmbitos estadual e municipal, a centralização rigorosa em torno do núcleo de poder e a repressão cada vez mais desenfreada, constituem uma tendência constante do Estado capitalista brasileiro uma tendência que vem se afirmando a partir de 64, aprofundou-se e foi completada em suas linhas essenciais no AI-5, continuou e continuará progredindo.<sup>188</sup>

Outra coisa importante que o texto afirma é a reorganização do aparato de repressão com as seguintes características: centralização do comando e das informações, concentração de efetivo, maior mobilidade, treinamento e aumento das tropas e serviços especializados. O texto destaca também os novos órgãos de repressão e a integração do sistema de informação, seus métodos e localiza as dificuldades que a oposição teria frente à nova situação.

<sup>186</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira:** das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 181.

<sup>187</sup> PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. **Sem título.** [S.l.], jul. 1970. Capítulo II: O aparelho de Estado: do liberalismo ao militarismo. p. 2. Documento disponível no arquivo Mário Alves em Pelotas (RS).

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 3.

Na terceira parte: “O movimento revolucionário: massismo e o militarismo”, começam a surgir as críticas à direção anterior, localizando o que chamam de desvios reformistas e como se refletem nos temas em debate. Mesmo reconhecendo a importância da ruptura com o PCB, é também na origem no PCB que eles imputam os problemas. Apontam, talvez, para algo como uma ruptura incompleta. Como toda ruptura é um processo, é possível que isso realmente seja uma hipótese para se refletir.

No começo do capítulo, pontuam um possível problema de composição social na esquerda que pode justificar as dificuldades de avançar na ruptura com reformismo.

Em função da composição social predominantemente pequeno-burguesa e urbana nas esquerdas e ausência de uma prática anterior não reformista, a luta contra o reformismo, nos primeiros anos posteriores ao golpe, caracterizou-se pelo surgimento e a divulgação de posições revolucionárias, limitadas ao plano teórico. Verificou-se o fracionamento das esquerdas em cisões, unificações, novas cisões, aparecimento de dezenas de grupos atomizados que proclamavam posições mais diversas e não comprovadas pela prática.<sup>189</sup>

Dentre os desvios massistas, se aponta no texto: o espontaneísmo na preparação dos confrontos com a repressão, a não existência de uma organização ilegal de parcelas avançadas da massa em cada local de estudo ou trabalho, as organizações que dirigiam as lutas não tinham esquemas próprios e se confundiam com a massa e a vanguarda, subestimação pela formação de frentes militares e pelo desencadeamento de ações de vanguarda, e o cupulismo no movimento estudantil.

Ainda nas críticas contidas nesse capítulo, eles alertam que as direções das organizações em 1968 foram surpreendidas pelo AI-5 assim como a direção do PCB foi pelo Golpe de 1964. Isso seria prova de uma certa continuidade de postura, que se refletia em tudo, inclusive no movimento de massas.

O texto aponta o surgimento de uma resposta ao massismo, mas como uma reação deformada no movimento estudantil, que foi a tentativa de dar ao movimento de massas, já no fim do ascenso, um funcionamento muito militarizado. Ou seja, tentou-se impor uma disciplina difícil de ser mantida na vanguarda e incompatível com as massas.

Tudo isso demonstra que a ruptura com o PCB, ao se negar a sua linha política e não aceitar como organização, não significava ainda, a ruptura completa com o reformismo como corrente político-ideológica, mas apenas o primeiro e mais importante passo para elaboração de uma teoria depurada e o encaminhamento de uma prática sem influência reformista.<sup>190</sup>

---

<sup>189</sup> Ibidem. Capítulo III: O movimento revolucionário: massismo e militarismo. p. 1.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 4.

Nesse texto, a nova direção tenta demonstrar que ninguém estaria imune ao reformismo, mesmo já tendo rompido com o partidão.

No quarto capítulo, começa a parte mais importante para entender os processos vividos internamente pelo PCBR. Nessa parte, o texto vai abordar os balanços político e ideológico do partido. A primeira crítica é que, no fundamental, o partido mantinha os mesmos critérios de militância do PCB, além de não ter uma tática definida, dando margem para que em cada lugar se implementasse uma linha.

Já na página dois, vem uma crítica contundente aos membros do primeiro CC, digna das lutas políticas dos partidos estalinistas.

Mas estes companheiros, com longa prática de direção do PCB, desligados das bases, na maioria intelectuais ou burocratas traziam consigo os germes do ecletismo, da conciliação e do burocratismo, e não poderiam combatê-los consequentemente. Marcaram também com a conciliação e o burocratismo a sua atuação na luta interna do partido.<sup>191</sup>

Apesar de a nova direção reconhecer os méritos desses tradicionais dirigentes por terem feito a luta interna no PCB, rompido e construído um partido revolucionário, as críticas seguem muito duras. Acusa a existência de uma estrutura burocrática dos órgãos de direção, herdada do PCB, com um Comitê Central, um executivo e um secretariado, que o CC não dirigia de verdade, ficando para o executivo essa tarefa. Alega um desligamento da direção em relação à organização, expresso no fato de que os planos não correspondiam à realidade, os documentos não refletiam as necessidades do partido. Ou seja, a direção não representava o partido.<sup>192</sup>

No documento, os novos dirigentes imputam ao CC um liberalismo no controle das tarefas, descaso com as críticas, falta de centralização política etc. Essa situação fazia com que houvesse muitas divergências regionais, que quase levaram o partido à ruptura, fato que não se concretizou devido à impossibilidade de realizar a reunião do CC.

A direção anterior foi acusada de conciliar com o reformismo e com o militarismo. Havia regionais que nunca tinham realizado ações armadas, enquanto outras já estavam em plena implementação da guerrilha urbana. A não implementação da luta armada no conjunto da organização, e a acusação à direção de combater o reformismo só da boca pra fora – que foi chamado de “antirreformismo verbal” – eram pontos de tensões importantes no PCBR. Ou seja, o novo CC acusa o antigo de ter sido incapaz de orientar a prática militar.

---

<sup>191</sup> Ibidem. Capítulo IV: Balanço político e ideológico do partido. p. 2.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 4-5.

Por outro lado, os novos dirigentes criticam seus antecessores por terem incorrido num oportunismo militarista que se expressava em captar indivíduos sem preparo político e solidez ideológica apenas por terem habilidades com armas e disposição de implementar a luta armada. E também criticam o fato de esse tipo de militante ter sido alçado a direções regionais não por sua capacidade política, mas, sim, por sua habilidade técnica com armas.<sup>193</sup>

O fato do CC ter uma prática profundamente burocrática, levou a que ele pudesse se dar ao luxo de fazer o casamento do militarismo com a burocracia – o que resultou num militarismo burocrático, concorrencial, reboquista e defensivo. O caráter militarista fica claro, na compreensão da principalidade tática como sendo lançamento do foco guerrilheiro, na visão agrupamentista da tática, nos recrutamentos, na formação dos comitês militares, na visão concorrencial da luta armada, nas formas de organização, no apego às velharias orgânicas, na lentidão de desencadear a luta armada sem romper com as velhas formas, em se querer dirigir de gabinete, na ponta do lápis, sob a pressão de decretos utópicos.<sup>194</sup>

Ou seja, as críticas são duríssimas e refletem o grau de tensão interna em que vivia o PCBR. Mário Alves, antes de morrer, estava convencido da necessidade de aprofundar a luta armada, apoiado por jovens dirigentes, como Bruno Maranhão, e as regionais do Nordeste. Do outro lado, Gorender e Apolônio, com uma visão mais moderada, não viam muito espaço para acelerar a luta armada. A base pressionava, pois o PCBR ainda não estava na linha de frente do enfrentamento em regionais como no Sudeste, ao contrário do Nordeste, onde já ocorriam os assaltos a banco, entre outras ações armadas. A situação era limite. Caso tivesse ocorrido a reunião do CC na segunda metade de 1969, era provável uma ruptura envolvendo os principais dirigentes. Mas as quedas impediram a realização da reunião, e parte da tensão daquele momento se expressa nesse documento de julho de 1970.

Este também avança numa proposta de orientação para organização. No capítulo V, chamado “Linha militar”, o texto faz uma análise das fases que existem na luta armada: defensiva estratégica, equilíbrio de forças e ofensiva estratégica. Essas definições estão vinculadas a uma análise da correlação de forças entre os revolucionários e o governo.

A nova direção define então que vivia-se uma situação que chama de “defensiva estratégica” e apresenta esse conceito da seguinte forma:

A característica fundamental da defensiva estratégica é a existência de um cerco militar sobre as forças revolucionárias. O objetivo estratégico do movimento revolucionário em etapa é o rompimento deste cerco. Mas nem o lançamento da guerrilha rural, nem a sua transformação em exército, nem a simples existência de regiões liberadas significam, ainda, o rompimento do cerco militar. O que determina

---

<sup>193</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>194</sup> Ibidem, p. 10.

é o predomínio da guerra de posições sobre a guerra de movimento e o combate em condições de igualdade – o que só haverá com equilíbrio de forças.<sup>195</sup>

A etapa da defensiva estratégica é separada em três momentos: o primeiro é chamado de fase preparatória e de lançamento da guerrilha rural, o segundo é a transformação dessa guerrilha em um exército revolucionário, e o terceiro é a evolução da guerra de movimento para a guerra de posições, com o surgimento de regiões libertas.

Adiante, o documento traz caracterizações importantes sobre a situação política: as massas estão desorganizadas e desmobilizadas, os sindicatos não conseguem aglutinar os trabalhadores, o movimento estudantil está desarticulado. A direção percebe que as organizações armadas estão isoladas e que esse isolamento dificulta o recrutamento para repor as baixas sofridas. Além do isolamento político, outro elemento que dificultava o crescimento do partido era a maior eficácia do aparelho repressivo – propiciado pelo novo caráter do Estado após o AI-5, o Estado militarista.

Nesse capítulo são colocados argumentos tentando apontar para a necessidade de a organização combinar melhor a atuação no movimento de massas com a atuação militar. Algumas formas organizativas são propostas, e há críticas ao foquismo e ao gradualismo.<sup>196</sup>

Como dissemos no início do capítulo, não vamos analisar o conjunto do documento, e sim algumas partes que julgamos serem as mais importantes para o debate. Entretanto, o mais importante a se observar é que as orientações propostas no documento estão em contradição ou desconsideram todas as análises feitas. As análises apresentam uma brutal derrota da classe trabalhadora e um processo de fortalecimento e consolidação do regime; enquanto o que se vê como resposta para a derrota é aprofundar o que vinha sendo feito, ou seja, seguir o caminho da luta armada.

### **3.7 Os principais dirigentes do PCBR**

Ao definir essa seleta lista, procuramos trabalhar com um critério político. Não é tarefa fácil, mas optamos por tentar avaliar qual papel cada quadro cumpriu e seu grau de

---

<sup>195</sup> Ibidem. Capítulo V: Linha militar. p. 1.

<sup>196</sup> O gradualismo se refere a uma ideia de transformação da sociedade através da acumulação de forças gradual e ininterrupta do movimento dos trabalhadores. Essa estratégia, em última instância, propunha a chegada ao socialismo como fruto de processo de acumulação dentro dos limites dos regimes democrático-burgueses.

referência para os militantes da organização. Nesse sentido, elegemos quatro dirigentes: Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Bruno Maranhão.

O baiano Mário Alves de Souza Vieira, nascido em 1923, ingressou nas fileiras do PCB ainda bem jovem durante a ditadura do Estado Novo. Iniciou sua militância como estudante na luta contra o fascismo. Devido a seu talento e dedicação, foi deslocado para o Rio de Janeiro e, como intelectual destacado e profissional do partido, se transforma em editor do jornal do partido. Mário chegou a ser da Executiva Nacional do partidão e foi um dos principais elaboradores da divergência que levou à ruptura com o PCB. Fundou o PCBR e foi seu principal dirigente até ser assassinado pela ditadura em janeiro de 1970. Sua morte foi um símbolo da luta contra a ditadura. Foi brutalmente torturado, mas, segundo depoimentos de ex-presos políticos, enfrentou seus algozes com bravura e dignidade, não dando nenhuma informação sobre sua organização.

Apolônio de Carvalho nasceu no ano de 1912 em Corumbá. Foi militante da Aliança Nacional Libertadora, preso e expulso do Exército em 1936 e, em 1937, ingressou no PCB. Lutou na Guerra Civil Espanhola e na Resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial. Foi um dos membros do Comitê Central do PCB que, após o Golpe de 1964, se colocou na oposição à maioria da direção, saindo com outros dirigentes para fundar o PCBR. Sendo o primeiro secretário-geral do novo partido, foi uma das grandes figuras históricas da esquerda brasileira. Preso em 1970, entrou em luta corporal com os policiais e foi muito torturado. Mesmo assim, não entregou nenhuma informação que pudesse comprometer algum companheiro. Foi trocado pelo embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, ocasião em que foi exilado. Após a anistia, participou do PT e manteve sua militância política.

Jacob Gorender, judeu e baiano, integrou a Força Expedicionária Brasileira (FAB) na Segunda Guerra Mundial. Ingressou no PCB em 1942, sendo um de seus principais dirigentes durante anos. Um dos grandes historiadores do Brasil, Gorender foi um dos quadros do PCB que romperam com o partido para fundar o PCBR. Já no ano de 1969, era crítico ao militarismo reinante na esquerda revolucionária. Mesmo durante a ditadura, seguiu seus estudos sobre o Brasil. Em janeiro de 1970, atuava em São Paulo numa célula do PCBR. Na prisão, mediante violentas torturas, tentou se matar, mas não obteve êxito nesse objetivo. Mesmo sofrendo várias sevícias, não entregou nenhuma informação que pudesse levar à prisão de algum camarada. Gorender tem vasta produção intelectual, entre as quais se destacam *Combates nas trevas* e *O escravismo colonial*.

Bruno Albuquerque Maranhão, filho de usineiros de Pernambuco, ainda jovem optou pela luta armada e foi um dos fundadores do PCBR. Com a morte de Mário Alves e a prisão

de outros dirigentes, Maranhão passou a ser um dos principais quadros da organização, dirigindo-a até a década de 1980.

## CONCLUSÃO

Este trabalho, levando em conta as dificuldades que era militar durante uma ditadura, tentou trazer reflexões sobre as opções tomadas por uma pequena parcela da esquerda socialista carioca na década de 1960, enfatizando o estudo sobre o PCBR no Rio de Janeiro (1968-1970). O centro das reflexões se deu na busca por uma análise, a mais precisa possível, das transformações pelas quais passou essa organização em relação à sua corrente de origem, o PCB.

Vivemos um momento na realidade nacional em que se questiona até mesmo a existência de uma ditadura entre 1964 e 1985 no Brasil. Se questiona, desde o presidente da República, a realização de violações de direitos básicos do ser humano durante a ditadura. Há defesa de censura e tortura abertamente nos pronunciamentos de membros do governo de plantão.

Portanto, entender o processo da ditadura empresarial-militar deixando explícito seu caráter de classe, denunciando suas arbitrariedades e refletindo sobre as formas de resistência, ou seja, lutar em defesa da verdade histórica, hoje se faz fundamental. Isso não é menor devido ao risco que a democracia burguesa brasileira sofre hoje. Não que este seja o melhor regime para a classe trabalhadora, mas diante do bonapartismo crescente é muito importante defender as liberdades democráticas. E, para isso, é preciso conhecer esse passado. Esta foi uma das justificativas para a pesquisa e também é uma conclusão necessária nos dias de hoje.

A vitória do Golpe de 1964 e a crise do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi o pano de fundo para o desenvolvimento do processo que origina o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Inicialmente, o questionamento ao pacifismo do partidão, mas também indagações de temas mais profundos, como o grau de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o caráter da revolução, qual seria o tipo de luta necessária para se chegar à revolução, e o tipo de organização que era preciso para fazer a revolução são parte de um rico debate iniciado com a postura do PCB diante do golpe. Ou seja, a linha política, a concepção e a direção dos comunistas brasileiros estavam em xeque.

Procuramos, a partir dos documentos encontrados no Fundo da Polícia Política do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, no Instituto Mário Alves, no relatório da Comissão da Verdade, na bibliografia existente, nos estudos pretéritos e nos depoimentos de militantes da época, avançar sobre as hipóteses inicialmente propostas. Sem

dúvida, Jacob Gorender e Renato da Silva Della Vechia merecem destaque, pois nos apresentam trabalhos excepcionais que nos ajudaram muito no desenvolvimento do trabalho.

Preliminarmente, reafirmamos que, sobre o Golpe de 1964, concordamos com René Dreifuss. Não há como negar o caráter de classe do golpe. Os militares e os empresários tiveram papel central no processo. O relatório da Comissão da Verdade deixa explícitas as relações entre os militares e os empresários, inclusive no que diz respeito ao aparelho repressivo propriamente dito, com financiamento através de “caixinhas”, acesso a informações sobre funcionários etc.

Sobre a definição de modelo de organização, tomamos como referência o modelo de partido leninista – centralizado democraticamente, hierarquizado, com independência política e de classe, com imprensa própria, entre outros critérios – para analisar o PCBR.

Como forma de luta, o pacifismo pecebista é negado de pronto. Mas, dentre os que defendiam a luta armada, havia alguns matizes importante. Então, esse debate de certa forma se liga ao anterior, o de modelo de organização. O foquismo, por exemplo, para além de um referencial de como fazer a revolução, ele apresenta uma forma organizativa que melhor se adequa a essa tática. Procuramos analisar as opções do PCBR nessa perspectiva.

A respeito do caráter da revolução, existiam basicamente dois polos: de um lado, a conciliação de classes, que dava base à revolução por etapas, de outro, independência de classes, crítica essa visão etapista. Dentro disso, buscamos compreender o que propunha o PCBR.

Portanto, nosso objetivo geral foi nos debruçarmos sobre o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) para analisar seu programa, sua concepção de partido, sua composição social e sua atuação no Rio de Janeiro entre os anos de 1968 e 1970. Nesse processo, tendemos a enfatizar as aproximações e divergências entre o PCB e o PCBR.

Iniciamos esse trabalho com a hipótese de que o PCBR viveu um processo de transformação entre o velho programa de conciliação de classes do PCB e a busca por um programa de transição. Sendo, assim, um partido comunista, mas não estalinista. As outras hipóteses eram as seguintes: uma apontava que o PCBR tentava conjugar a violência revolucionária com algum tipo de trabalho de massa, o que permitiu a sobrevivência da corrente mesmo diante da brutal repressão no Rio de Janeiro. Outra, que o PCBR, devido à brutal repressão, não conseguiu pôr em prática parte fundamental daquilo que propunha como forma de luta e caiu na dinâmica da maioria das organizações guerrilheiras, se afastando, a partir de 1970, ainda mais dos objetivos iniciais de conjugação de trabalho político e ações armadas.

Como vimos no Capítulo 1, a dispersão em vários pequenos agrupamentos é a marca da crise da esquerda pós-golpe. A dificuldade de síntese entre os grupos, inclusive os que saíram do partidão, demonstra o grau da confusão política e dos ressentimentos frutos da luta fracional. O PCB entrou em um semicolapso, perdendo muitos quadros, e seu futuro de decadência é traçado nesse momento. A esquerda sofreu um profundo processo de enfraquecimento nessa fragmentação. Nenhum grupo conseguiu se consolidar como alternativa de direção, e, após o AI-5, com o recrudescimento da repressão, quase todos foram dissolvidos.

O PCBR, como uma pequena fração desse processo, se diferencia pela qualidade de seus quadros e, conseqüentemente, pela densidade de suas elaborações. No segundo capítulo, analisamos esse novo partido. A jovem organização não se limita a um debate sobre a forma de combater a ditadura, mas apresenta um interessante processo de ruptura política com o estalinismo, corrente majoritária na esquerda comunista. Percebemos isso de forma nítida em alguns pontos da declaração política e na postura diante da invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia.

A diferenciação mais importante, do ponto de vista programático, foi o rompimento com o etapismo. Não se tratava de uma luta de libertação nacional. Mesmo não apontando para uma revolução socialista imediatamente, a formulação de revolução popular, como é descrita, significa uma revolução da maioria dos explorados e oprimidos sem a presença da burguesia e do latifúndio. Essa revolução teria como condição para seu êxito, dentro do que propunham, a direção pelo proletariado, com participação de vários setores das camadas médias da sociedade. Na verdade, uma revolução contra a classe dominante.

O programa proposto traz elementos de um programa de transição, como: nacionalização das empresas pertencentes ou associadas ao capital monopolista estrangeiro com anulação de todos os contratos lesivos aos interesses nacionais; planificação da economia e controle do comércio exterior pelo Estado revolucionário; reforma radical no sistema educacional no sentido de dar acesso à educação e cultura à grande massa do povo; dissolução das Forças Armadas e de todo aparelho repressivo, sendo este substituído pelas forças militares populares que surgirem no processo revolucionário; reforma agrária radical que elimine o latifúndio; e garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas trabalhadoras e populares, assegurando-lhes real condição de participação nos órgãos de poder. Isso não é menor, pois a aplicação de um programa de transição que levaria a revolução à implementação do socialismo é estratégico e constitui uma diferença fundamental em relação aos etapistas.

O PCBR entendia que cada país tinha seu próprio processo revolucionário, mas que a revolução no Brasil deveria servir como um ponto de apoio às lutas dos oprimidos. Nesse sentido, a revolução brasileira seria internacionalista, ou seja, parte de um processo superior de libertação dos oprimidos no continente e no mundo. O governo popular revolucionário, dirigido pelo proletariado, mas composto por todas as forças que fizessem a revolução, seria o produto desse processo.

Embora de certa forma fosse uma etapa para o socialismo, não se trata da estratégia estalinista de conciliação de classes. A própria Revolução Russa não conseguiu instaurar o socialismo imediatamente, mas teve esse objetivo como estratégia do processo revolucionário. É dessa forma que entendemos a proposta de revolução do PCBR.

Outro elemento fundamental para definir uma caracterização sobre o PCBR é sua postura independente perante os governos das grandes referências do comunismo mundial naquele momento, como URSS, China e Cuba. Esse posicionamento, dentro da esquerda do período, era algo raro. A ALN, por exemplo, tinha uma relação umbilical com Cuba. Carlos Eugênio Paz, em seus livros, deixa isso claro, inclusive quando relata a sua passagem pela ilha caribenha.<sup>197</sup> A relação do PCdoB com a China e do PCB com a União Soviética não se diferenciava muito. Isso tinha implicação no financiamento, no suporte, mas também nas posições políticas adotadas pelas organizações.

Nesse sentido, analisando os textos e posicionamentos do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), fundado e dirigido por Mário Alves, podemos afirmar que foi uma organização que defendia o regime leninista baseado no centralismo democrático e na independência de classes; que buscou apresentar um programa de transição para o país e rompeu profundamente com o etapismo. Confirmando-se, então, a primeira hipótese, na medida em que se constitui como uma organização revolucionária e antiestalinista. Logo, apresentou uma profunda ruptura com PCB em aspectos centrais.

No terceiro capítulo, analisamos se, na intervenção concreta, o PCBR de fato buscava conjugar o trabalho de massa e a defesa da luta armada. Vimos também em que setores a organização tinha trabalho político, sua estrutura, ações e as críticas sofridas após as quedas que dissolveram a direção histórica.

Do ponto de vista da estrutura organizativa, podemos dizer que, diferentemente do programa e da política, o PCBR guardava ainda semelhanças com PCB. A hierarquia entre os organismos, a existência de um comitê central, uma comissão executiva, um secretariado,

---

<sup>197</sup> PAZ, Carlos Eugênio. **Nas trilhas da ALN**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

comitês zonais e organizações de base (OB) eram na realidade uma adaptação da estrutura do PCB. O que existia de diferente envolvia os organismos voltados para ações armadas, como os Comandos Político Militar Nacional e Regionais. Isso, inclusive, foi alvo de duras críticas da direção reestruturada em julho de 1970.

No que toca ao trabalho político, ele pode ser dividido em dois momentos: antes e após os efeitos do AI-5. O PCBR chegou a ter entre 65 e 75 militantes no Rio de Janeiro. Herdou alguns trabalhos importantes que tinham relação com o partidão. O trabalho mais importante se deu no movimento estudantil. A juventude era a vanguarda das lutas no Brasil e no mundo. Nesse setor, o PCBR conseguiu desenvolver importante trabalho e influenciar processos relevantes, como as lutas do restaurante Calabouço. Essa localização fez com que o partido tivesse destaque nas mobilizações que surgiram na cidade do Rio em virtude do assassinato do estudante Edson Luís. Nesse setor, foi possível perceber como se ganhou quadros, como se implementou a linha do partido com suas variantes táticas e como se construiu uma base social.

Já nos setores bancários e jornalistas, apesar de o perfil ser similar aos dos estudantes, o êxito foi menor. O partido tentou intervir nos processos de luta econômica dos bancários, apresentou uma proposta de movimento unificado, defendeu liberdades democráticas e reforçou o setor com giros de quadros, mas a influência permaneceu limitada. No caso dos jornalistas, a situação era pior, pois não havia lutas da categoria, e o objetivo de driblar a censura era quase impossível. As redações eram infestadas de olheiros do regime. O último setor importante que verificamos com o qual o PCBR teve certa relação política foi o metalúrgico, categoria operária estratégica para a revolução. O partido conseguiu se localizar muito bem durante um período, chegando a influenciar o sindicato e ganhar alguns operários. Também foram deslocados quadros vindos do ME para fortalecer o trabalho, mas isso não perdurou muito tempo.

Apesar de ter contado com alguns operários e alguns militares oriundos do Movimento de Ação Revolucionário (MAR), o PCBR foi uma organização, assim como boa parte da esquerda, com forte presença da pequena burguesia em sua composição social. Apesar dos esforços, não conseguiram romper esse ciclo social e adentrar na classe trabalhadora. E quanto mais se intensificava a repressão, maior era o isolamento e mais distante dos setores populares ficava a organização.

Nas frentes em que entrevi, o PCBR conseguiu durante um curto período combinar o trabalho legal e o ilegal, mas não conseguiu conjugar a atuação no movimento de massas e as ações armadas. Quando Jorge Medeiros do Valle é preso e acaba o dinheiro que ele repassava,

o partido se viu obrigado a se dedicar a ações de expropriação, se expondo demais, o que acabou levando-o a ser vítima da repressão. Além disso, a base do PCBR, na prática, não entendia o porquê de eles, diferentemente das outras organizações, não estarem assaltando bancos ou fazendo propaganda armada e pressionavam a direção para que se iniciassem as ações. Isso já expressava as pressões foquistas existentes sobre toda a vanguarda que optou pela luta armada. De conteúdo, não existia a compreensão da necessidade dos trabalhos de massas e armado andarem juntos, como parte do mesmo processo. A política e a estratégia aprovadas pela direção vivia, de certa forma, um descompasso com a base.

Então, podemos dizer que, a partir do último bimestre de 1970, temos uma contradição entre o que a organização propõe e defende como teoria e os anseios e necessidades da base. Na realidade, há uma transformação e uma divisão interna sobre o que se deve fazer e ser como partido. As pressões militaristas depreciavam as avaliações políticas. O pressuposto de que o PCBR seria um partido em armas no qual a política estaria no posto de comando começou a ser questionado na prática.

Entretanto, a linha oficial não foi nesse período, pois o Comitê Central não conseguiu se reunir. A reunião que aprovaria ou não as mudanças, e que certamente selaria um racha importante, nunca aconteceu, devido às várias quedas e ao desmantelamento da direção pela repressão.

O que podemos perceber é que, no ano de 1970, no Rio de Janeiro, o partido enfrenta muitas dificuldades, as quedas se multiplicam, quadros são girados para o Nordeste para realizar o sequestro de um diplomata estrangeiro que não dá certo, gerando outra onda de quedas. A atividade política no Rio de Janeiro diminui muito, só sendo retomada no ano seguinte, já com uma série de ações armadas. As atividades militares do partido crescem bastante após 1970, muitas delas vinculadas a ações de expropriações, além de dois justicamentos.

Do ponto de vista político, a nova comissão executiva formada por cooptação em 1970 produziu um documento muito crítico publicado no mês de julho desse ano. Nesse documento, não pouparam ataques à antiga direção. Apesar de analisarem, corretamente, que a situação estava mais difícil, a orientação foi aprofundar as ações armadas. Na realidade, devido ao isolamento político e ao cerco da repressão, aderiram a algo comum às organizações do período: um ciclo vicioso de ações de expropriação para sobrevivência material dos militantes, prisões, mortes; e a falta de trabalho de base impedia a reposição dos militantes.

Apesar disso, o PCBR sobreviveu, ao contrário de muitas organizações guerrilheiras. Mas tal fato foi possível porque alguns militantes no exílio mantiveram a existência da corrente, na cadeia alguns permaneceram filiados, e os que estavam soltos reduziram muito sua atuação. No relatório do SNI, que usamos no terceiro capítulo, é afirmado que a organização estaria inativa no Brasil. Com a abertura lenta, gradual e restrita do governo Geisel, o movimento pela anistia e a volta dos exilados, eles voltam à ativa. Reabrem uma série de trabalhos políticos, participam da fundação do Partido dos Trabalhadores e, em 1986, o PCBR da Bahia até protagoniza um episódio anacrônico, o assalto a um banco.

Por fim, opinamos que o PCBR foi uma rica experiência de ruptura com o estalinismo que demonstrou a capacidade de evolução e transformação política de uma organização e de seus quadros. Entretanto, a dureza da situação impediu que o projeto apresentado na fundação prosseguisse. Os caminhos foram por demais tortuosos. Os erros foram inúmeros, mas isso não apaga a coragem e a disposição de luta e reflexão dos que se dispuseram a abraçar esse projeto.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. *Na contracorrente da história: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. São Paulo: Sundermann, 2015.

BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-1964*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-1964*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe. (Org.). *Meio século de 1968: barricadas, história e política*. Rio de Janeiro: Mauad, 2018.

BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CARONE, Edgard. *O movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984.

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELGADO, Lucia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. *Revista Tempo*, Niterói, v. 14, n. 28, jun. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/332ml67>. Acesso em: 10 abr. 2017.

DREIFUSS, RENÉ. *1964. A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCON, Gustavo. *Do reformismo à luta armada: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. Salvador: EDUFBA: Versal, 2008.

FARIA, Fabiano Godinho. *Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB (1962-1979)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira:** das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRUPO DE TRABALHO DITADURA E REPRESSÃO AOS TRABALHADORES, ÀS TRABALHADORAS E AO MOVIMENTO SINDICAL. **A luta dos trabalhadores por verdade, justiça e reparação.** Relatório. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/livro%20a%20luta%20dos%20trabalhadores\[1\].pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/livro%20a%20luta%20dos%20trabalhadores[1].pdf). Acesso em: 2 set. 2019.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENIN, Vladimir Ilich. **Centralismo democrático:** liberdade para criticar e unidade de ação. [1906]. Disponível em: <https://bit.ly/3aysauI>. Acesso em: 11 mar. 2019.

MACIEL, David; DEMIER, Felipe. O Regime da Espada: o Ato Institucional nº 5 e a consolidação do *cesarismo militar* no Brasil. In: BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe (Org.). **Meio século de 1968:** barricadas, história e política. Rio de Janeiro: Mauad, 2018.

MAGALHÃES, Mario. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARIGHELLA, Carlos. **Questão da organização.** [S.l.], dez. 1968. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Mini-manual do guerrilheiro urbano.** 1969. Mimeografado. Disponível em: <https://bit.ly/2TxCuNQ>. Acesso em: 4 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Carta ao Comitê Central. In: CARONE, Edgard. **O movimento operário no Brasil (1964-1984).** São Paulo: Difel, 1984.

MANZUR, Tânia Maria P. G. **A política externa independente (PEI):** antecedentes, apogeu e declínio. São Paulo: Lua Nova, 2014.

MARQUES NETO, José Castilho; KAREPOVS, Dainis. Os trotskistas e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil.** Campinas: Ed. Unicamp, 2002. v. 6.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil.** Campinas: Ed. Unicamp, 2002. v. 6.

MELO, Demian Bezerra de. **O plebiscito de 1963:** inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_\_. **Nas trilhas da ALN.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Terni em greve: 2004. In: BOSI, A. et al. (Org.). **Mundos dos trabalhadores: lutas e projetos**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO. **Relatório**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. p. 69.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a referência da revolução cubana**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil**. **Tempo**, v. 14, n. 27, p. 199-217, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2TtBjPq>. Acesso em: 10 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1964)**. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Partido Comunista do Brasil – PCdoB: propostas teóricas e prática política – 1962-1976**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2TODzzX>. Acesso em: 2 set. 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. De estudantes a guerrilheiros: a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro e a luta armada no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. **Diálogos**, Rio de Janeiro, n. 5, 2011.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira. **Um combate ao silêncio: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a repressão política**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SOUZA, Márcio. **Entre fato: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e suas lideranças**, Apolônio de Carvalho e Mário Alves. Goiânia: Kelps, 2018.

TEIXEIRA, Edson. A Ação Libertadora Nacional em foco. **Revista do Mestrado em História**, Vassouras, v. 4, n. 1, p. 131-148, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3cGE0oj>. Acesso em: maio 2017.

TROSTKY, Leon. **Minha vida**. São Paulo: Usina, 2017.

TROSTKY, Leon. **Os processos de Moscou**. São Paulo: Traço, 1983.

VECHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VIEIRA, Mário Alves de Souza. **Sete normas de comportamento na prisão e no tribunal**. [Rio de Janeiro, 196-]. Mimeografado.

### **Entrevistas**

BRITO, Elinor. Entrevista a Alexandre de Oliveira Barbosa. Rio de Janeiro, 19 dez. 2019.

CALDAS, Álvaro Machado. Entrevista a Alexandre de Oliveira Barbosa. Rio de Janeiro, 2 dez. 2019.

LIMA FILHO, Antônio Soares de. Entrevista a Alexandre de Oliveira Barbosa. Rio de Janeiro, 10 ago. 2019.

### **Arquivos**

Arquivo do Instituto Mário Alves – Pelotas/RS.

Arquivo Nacional.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo da Polícia Política.

Nome / tema PCB Revolucionário, setor comunismo, notação 153, folhas 123.

Nome / tema PCB Revolucionário – PCBR/Brasil, setor DOPS, notação 193, folhas 83.

Nome / tema PCBR Responsabiliza-se Atentado a LAN Chile, setor DOPS 189, folhas 142 – 147.

Nome / tema PCBR, setor Comunismo, notação 128, folhas 108.

Nome / tema Partido Comunista Brasileiro Revolucionário PCBR, setor comunismo, notação 161, folhas 66.

Nome / tema Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, setor DGJE, notação 305-P, folhas 153.

Nome / tema PCBR relatório, setor comunismo, notação 90, folhas 176/225.

Documento confidencial do Serviço Nacional de Informações (SNI). Informação 215/AJR/SNI/70. Data: dois de abril. Assunto: atividades do PCBR. Difusão:AC/SNI.

Documento confidencial do Serviço Nacional de Informações (SNI). Informação 467/970/AJR/SNI/AC. Data: vinte de maio. Assunto: atividades do PCBR. Referência: 215/AJR/SNI/70. Difusão: SNI/ABSB – ASP – ACT – ABH – ARE – APA e AMA. Centro de Informações da Aeronáutica. Relatório Especial de Informações nº 3 CISA/86.

## Documentos

DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA. Linha política. abr. 1969. In: REIS, Daniel Aarão Reis; SÁ, Jair Ferreira de. (Comp.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda, 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Comitê central. Declaração sobre a política do PCB. **A Voz Operária**, mar. 1958. Disponível em: <https://bit.ly/3cydZHM>. Acesso em: 13 maio 2019.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. **Linha política do 1º Congresso do PCBR**. Rio de Janeiro, abr. 1968. Arquivo Mário Alves. Disponível em: <https://bit.ly/2IEk3B3>. Acesso em: 28 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia**. [Rio de Janeiro, 1968].

\_\_\_\_\_. **Sem título**. [Rio de Janeiro], jul. 1970. Documento disponível no arquivo Mário Alves em Pelotas (RS).

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA–POLÍTICA OPERÁRIA. **Estatutos**. [196-]. Disponível no site do Centro de Estudos Victor Meyer: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Estatutos-da-ORM-PO.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Convocatória para o Primeiro Congresso**. [1961]. Disponível no site do Centro de Estudos Victor Meyer: <http://centrovictormeyer.org.br>. Acesso em: abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Programa socialista para o Brasil**. 1967. Disponível no site do Centro de Estudos Victor Meyer: <https://bit.ly/2TxHUZp>. Acesso em: abr. 2017.

## Artigos de jornais

BOLSONARO elogia ditador paraguaio Alfredo Stroessner em público. **El País**, 26 fev. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/internacional/1551213499\\_127441.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/internacional/1551213499_127441.html). Acesso em: 1º mar. 2019.

BOLSONARO encerra grupo de trabalho que identificava ossadas de Perus. **Estado de Minas**, 22 abr. 2019. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/22/interna\\_politica,1047921/bolsonaro-encerra-grupo-de-trabalho-que-identificava-ossadas-de-perus.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/22/interna_politica,1047921/bolsonaro-encerra-grupo-de-trabalho-que-identificava-ossadas-de-perus.shtml). Acesso em: 4 jan. 2020.

BOLSONARO recomendou “comemorações devidas” do golpe de 1964, diz porta-voz. **Folha de S. Paulo**, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>. Acesso em: 26 mar. 2019.

DOPS prende metalúrgicos que convocavam assembléia. **Correio da Manhã**, 27 set. 1968. p. 9. Disponível em: <https://bit.ly/2TyVT17>. Acesso em: 4 jan. 2020.

EDUARDO Bolsonaro celebra impeachment agradecendo torturador. **Exame**, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/eduardo-bolsonaro-celebra-impeachment-agradecendo-torturador>. Acesso em: 1º ago. 2018.

OLIVEIRA, Eliane. Em telegrama à ONU, governo Bolsonaro afirma que não houve golpe militar em 64. **O Globo**, 4 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-telegrama-onu-governo-bolsonaro-afirma-que-nao-houve-golpe-militar-em-64-23573803>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PALCO de resistência em 68, restaurante do Calabouço foi palco de manifestações históricas contra a ditadura. *Extra*, 15 mar. 2008. Disponível em: <https://glo.bo/2IqnNFZ>. Acesso em: 4 jan. 2020.